



**Cecília Freire Martins**

**Da sublimação à idealização: implicações psíquicas  
das transformações no mundo do trabalho**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Profa. Claudia Amorim Garcia

Rio de Janeiro  
Março de 2011



**Cecília Freire Martins**

**Da sublimação à idealização: implicações psíquicas  
das transformações no mundo do trabalho**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Claudia de Amorim Garcia**

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Suelena de Castro Werneck Pereira**

Autônoma

**Prof. Júlio Sérgio Verztman**

Instituto de Psiquiatria - UFRJ

**Profa. Denise Berruezo Portinari**

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação  
e Pesquisa do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, \_\_/\_\_/2011

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Cecília Freire Martins**

Graduação em Psicologia pela PUC-Rio em 2007. Membro Associado da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, Membro Associado do Instituto Cultural Freud. Áreas de interesse: psicanálise, clínica e cultura.

#### Ficha Catalográfica

Martins, Cecília Freire

Da sublimação à idealização : implicações psíquicas das transformações no mundo do trabalho / Cecília Freire Martins ; orientadora: Claudia Amorim Garcia. – 2011.

100 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2011.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Trabalho. 3. Sublimação. 4. Dessexualização. 5. Proteção. 6. Idealização. I. Garcia, Claudia Amorim. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

## Agradecimentos

Aos meus avós, pelas minhas raízes.

Aos meus pais, pelo suporte e pela confiança de sempre.

À minha irmã, pela cumplicidade.

Aos meus amigos, pelo incentivo e pela alegria.

À Claudia Garcia, por toda atenção dispensada em orientações sempre ricas.

À CAPES pelo apoio financeiro.

## Resumo

Martins, Cecília Freire; Garcia, Claudia Amorim. **Da sublimação à idealização: implicações psíquicas das transformações no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro, 2011. 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica.

Esta dissertação tem o objetivo de realizar, a partir do ponto de vista da psicanálise, uma investigação a respeito das conseqüências subjetivas trazidas pelas recentes transformações no mundo do trabalho. Na psicanálise, identificamos uma associação entre trabalho e sublimação, considerada elemento central para a produção de cultura e para o funcionamento psíquico. Um exame acerca da construção do conceito de sublimação na obra de Freud permite destacar como seus traços distintivos o caráter assexual, a produção de cultura derivada de sua realização, além de uma forma de proteção psíquica. No entanto, a avaliação do trabalho na atualidade põe em questão a relação entre trabalho e sublimação, especialmente no que se refere à função protetora da atividade sublimatória. Considerando, então, que a idealização também pode estar envolvida na construção da cultura, a partir da inibição da meta pulsional em que se sustenta, sugerimos que esta desempenha um papel central na composição do cenário atual do trabalho, sobrepondo-se à importância tradicionalmente atribuída à sublimação.

## Palavras-chave

Trabalho; sublimação; dessexualização; proteção; idealização.

## Abstract

Martins, Cecília Freire; Garcia, Claudia Amorim (Advisor). **From sublimation to idealization: psychic consequences of changes in the work field** Rio de Janeiro, 2011. 100p. MSc. Dissertation– Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica.

This dissertation has the objective of accomplishing a psychoanalytical investigation about the subjective consequences of changes in the field of work. In psychoanalysis there is an association between work and sublimation which is considered central to the production of culture and the psychic functioning. A review on the construction of the concept of sublimation in Freud's texts points at its distinctive features such as its asexual character, the production of culture and a form of psychic protection. However, the evaluation of the work field today calls into question the relationship between work and sublimation, especially when it comes to the protective function of sublimation. Considering that idealization can also be involved in the construction of culture, based on aim-inhibited drives, we suggest that it plays a central role in the composition of the current work field, overriding the importance traditionally attributed to sublimation.

## Keywords

Work; sublimation; dessexualization; protection; idealization

## Sumário

1. Introdução	9
2. O conceito de sublimação na obra de Freud	19
2.1. Marcas de origem, traços distintivos da sublimação	21
2.1.1. Entre <i>solução conveniente</i> e <i>exploração abusiva</i> : a perspectiva clínica	26
2.2. A sublimação no contexto da 1ª tópica: <i>Três ensaios e Leonardo</i>	28
2.3. A transição de 1914: a sublimação não é idealização	34
2.4. A sublimação no contexto da 2ª tópica: <i>O ego e o id e Mal-estar</i>	36
2.5. Sublimação, uma forma de proteção contra o desamparo	41
3. As transformações sociais do trabalho	45
3.1. Da Antigüidade à Modernidade: as transformações sociais no mundo do trabalho	46
3.2. O cenário contemporâneo	54
4. Trabalho e sublimação na atualidade	65
4.1. Em xeque a função protetora: a hipótese do excesso sublimatório e a ação da pulsão de morte	66
4.2. Os limites entre a sublimação e a idealização	72
4.2.1. Sublimação e idealização na constituição psíquica	75
4.2.2. Dessexualização e inibição quanto à meta	80
4.2.3. Sublimação e idealização em Leonardo	84
5. Conclusão	89
6. Referências bibliográficas	97

“Em poucas palavras, os alunos foram convocados a não abrir mão do rigor – mas só de dia. À noite, devem se libertar dele para 'sonhar deslumbrados com o milagre dos céus’”.

João Moreira Salles. Revista Piauí\_52.  
*Deus não faz matemática vagabunda.*



# 1 Introdução

A revista *CULT*, em sua edição de setembro de 2009, publicou um dossiê intitulado “Para onde vai o mundo do trabalho?” que reúne ensaios nos quais autores da sociologia, da filosofia e da psicologia social tentam, de alguma maneira, responder à questão colocada já no título do documento. De acordo com os editores da revista, uma investigação ampliada a respeito do trabalho se justifica neste momento, uma vez que os recentes acontecimentos na economia global parecem pôr em questão o estatuto do trabalho no bojo do sistema produtivo e, ao mesmo tempo, exigem novas referências para se pensar os rumos do trabalho no século XXI. Assim, nesta publicação, foram oferecidas diferentes análises a respeito de temas variados como índices de desemprego, motivação de trabalhadores e os novos moldes da condição operária, nas quais foram apontadas direções diversas, sem, no entanto, que fosse possível sintetizar uma conclusão única. A apresentação deste dossiê aponta, portanto, não apenas a necessidade de uma análise cuidadosa sobre o mundo do trabalho hoje, como também evidencia a complexidade de um contexto cuja compreensão certamente não se restringe a uma única área do conhecimento.

Assim, considerando, inicialmente, o campo das Ciências Sociais e Políticas, verifica-se que, frente às metamorfoses em curso nas últimas décadas, há autores que percebem um movimento de negação e descentralização do trabalho que, junto com a produção de mercadorias, estaria sendo gradativamente substituído pela esfera das comunicações e da informação (ANTUNES, 1999). De acordo com esta proposta, o sistema econômico vigente depende essencialmente do capital imaterial e intangível, o que faz com que o papel do sujeito protagonista do trabalho diminua expressivamente, diferentemente do que teria caracterizado as primeiras configurações do capitalismo. Neste contexto, as previsões acerca do futuro do trabalho apontam para uma tendência à pulverização das atividades laborativas, acompanhada de uma atenuação da clássica oposição entre capital e trabalho que, desta forma, experimentariam uma aliança e uma acomodação inéditas (ANTUNES, 1999).

Por outro lado, há também aqueles que entendem que tais análises restringem-se apenas às aparências de um período em que ganha destaque uma

concepção mais abstrata do trabalho. Para estes estudiosos, o trabalho ainda se afirma e se confirma como uma categoria central no tecido social atual, de forma que o entendimento a respeito das mutações observadas hoje precisa se estabelecer a partir de bases mais amplas e profundas. Neste sentido, propõe-se haver uma “*interpenetração*” (ANTUNES, 1999:13) entre produção e informação, atividades fabris e serviços, e não simplesmente uma substituição entre estes elementos. Assim, ao contrário das teorias que preconizam uma substituição das atividades laborativas, os defensores da centralidade do trabalho no contexto atual sugerem existir determinadas contradições inerentes ao sistema capitalista que as flexibilizações em curso hoje não são capazes de remediar, podendo apenas escamotear e, com isso, acentuar suas conseqüências. Neste sentido, a precarização das formas de contratação, longe de indicar uma superação da importância do trabalho produtivo, confirma sua centralidade ao implicar um aumento na intensidade da exploração e da vulnerabilidade dos próprios trabalhadores. Diante de tais diferenças entre as perspectivas teóricas aparece um único aspecto em comum, isto é, a constatação por todos os pesquisadores de que estamos diante de um contexto marcado por “*uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho*” (ANTUNES, 1999:209), sem que seja possível, no entanto, estabelecer qualquer conclusão ou descrição definitiva.

A constatação desta complexidade característica do momento atual do trabalho não se restringe, contudo, à escala sócio-política, já que a vivência destas novas configurações pelos trabalhadores também traz conseqüências significativas. É, então, justamente no que diz respeito à experiência subjetiva da nova realidade do trabalho que propomos uma reflexão a partir do ponto de vista da psicanálise. Nosso trabalho se constitui, portanto, como uma investigação sobre os efeitos psíquicos da relação trabalhadores/mundo do trabalho, privilegiando as especificidades que ela adquire no contexto contemporâneo.

O emprego do termo *trabalho* em psicanálise aparece, em um primeiro momento, a partir de sua associação a operações intrapsíquicas, o que se dá principalmente através de conceitos como os de “trabalho do sonho” (FREUD, 1900) e “trabalho do luto” (FREUD, 1917[1915]), e também a partir da clássica definição de pulsão como “*uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em conseqüência de sua relação com o corpo*” (FREUD, 1915:148). De

forma mais indireta, também a noção de “elaboração” - expressão presente já em estudos realizados por Charcot no final do século XIX - está incluída nesta perspectiva, uma vez que seu radical “-labor”, embora tenha uma origem etimológica bastante diferente daquela encontrada no termo *trabalho*, também indica, em última análise, a “*realização de uma tarefa*” (FERREIRA, 1993:473), expressão que pode ser tomada como uma primeira definição de trabalho. Estas noções, por sua vez, podem ser aproximadas e articuladas entre si, já que estão todas “*em referência à concepção freudiana de um aparelho psíquico que transforma e transmite a energia que recebe*” (LAPLANCHE e PONTALIS, 1982:143), isto é, realiza um trabalho psíquico. Neste sentido, André Green (2002) enfatiza:

Na verdade, se o aparelho psíquico é concebido como o lugar dos processos de transformação no interior das instâncias e entre elas, a própria idéia de trabalho tem essa mesma essência (GREEN, 2002:260)

O trabalho do sonho, o trabalho do luto e a elaboração representam, portanto, formas pelas quais a noção de trabalho se faz presente em psicanálise, articulada à metapsicologia freudiana, mais especificamente ao ponto de vista econômico. Assim, estas diferentes formas de representação do trabalho em psicanálise contribuem na realização da função principal do aparelho psíquico, qual seja garantir que a energia psíquica permaneça no nível mais baixo possível, obedecendo, assim, ao princípio de constância e ao princípio de prazer.

Como destaca Ruffino (2000) a noção de trabalho ainda aparece de outra maneira, ao longo dos textos de Freud, descrevendo, então, a realização de uma atividade produtiva. Com isso, ao lado da concepção de trabalho que tem como palco o aparelho psíquico e como operadores as instâncias que o compõem, emerge uma segunda forma de utilização da idéia de trabalho na obra de Freud, a qual privilegia o indivíduo em sua inserção na realidade sócio-histórica (RUFFINO, 2000). Aparentemente, é este segundo uso do termo *trabalho* que é enfatizada quando, em seus escritos técnicos Freud sugere que a restauração da capacidade de amar e de trabalhar como é o grande objetivo de um processo de análise. Assim, em um dos primeiros textos dedicados especificamente à técnica da psicanálise, *O método psicanalítico de Freud* (1904[1903]), já fica bastante

claro que a restauração da “*capacidade de rendimento e gozo*” (FREUD, 1904[1903]:237) deveria ser tomada como a principal meta do tratamento.

A articulação entre o amor e esta segunda concepção de trabalho enquanto exercício de uma atividade produtiva, para além do aspecto clínico, também protagoniza a compreensão de Freud sobre o processo civilizatório. Em *O mal-estar na civilização* (1930[1929]) estes dois elementos são apresentados como as bases do laço social ou ainda como o fundamento das comunidades humanas:

A vida comunitária dos seres humanos teve, portanto, um fundamento duplo: a compulsão para o trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual – a mulher – e a mulher, em privar-se daquela parte de si própria que dela fora separada – seu filho. (FREUD, 1930[1929]:121)

Assim, de acordo com Freud, o trabalho se estabeleceu nas sociedades humanas fundamentalmente em função da necessidade de obter alimento e proteção. Neste contexto, trabalhar em conjunto se revelou uma forma bastante eficiente de controle das forças da natureza, assegurando a sobrevivência de todos e minimizando o inevitável sofrimento causado pelo mundo externo (FREUD, 1930[1929]:96).

Ao mesmo tempo, junto a estas funções de subsistência e proteção, o trabalho desempenharia ainda um outro papel, também essencial para a manutenção das sociedades, referente à produção de cultura e à regulação das relações entre os indivíduos. Para tanto, Freud (1930[1929]) supõe que o trabalho se dá pelo deslocamento da libido de seus objetivos originais. Então, na busca por sua felicidade, o ser humano se utiliza de diferentes recursos para minimizar o sofrimento que inevitavelmente emerge a partir de sua relação com o mundo, pretendendo, com isso, elidir a frustração e encontrar diferentes formas de obtenção de prazer. O deslocamento da libido é, assim, apontado pelo autor como sendo uma das soluções mais interessantes, já que, ao se reorientar os objetivos pulsionais para uma atividade não sexual, se estabelece uma forma de satisfação que não rivaliza com os propósitos sociedade (FREUD, 1930[1929]:98). Esta forma de deslocamento pulsional em jogo na realização do trabalho seria representada pela sublimação das pulsões e se afirmaria como uma forma de satisfação pulsional que “*possui uma qualidade especial que, sem dúvida, um dia poderemos caracterizar em termos metapsicológicos*” (FREUD, 1930[1929]:98).

A partir disso, é possível perceber como os dois usos do termo “trabalho” em psicanálise são, na verdade, indissociáveis. Neste sentido, a produção cultural, ao mesmo tempo em que se destaca como diferencial do trabalho considerado em sua dimensão sócio-política, só pode ser compreendida a partir do entendimento do trabalho psíquico em que esta atividade se fundamenta. Assim, a proposta de que a realização de uma atividade produtiva, como o trabalho intelectual e profissional, se dá através da sublimação é o que permite conhecer a movimentação e a transformação pulsional nele implicadas, bem como a obtenção de prazer e a proteção psíquica por ele oferecidas.

Esta relação entre trabalho e sublimação, proposta como um dos pilares da civilização, fundamenta também o entendimento a respeito da forma de trabalho que, mais recentemente, as culturas instituíram em sua organização: o trabalho profissional. Em um comentário a respeito deste tipo de trabalho, apresentado também no contexto do *Mal-estar*, Freud (1930[1929]), inicialmente, reforça a importância desta atividade como uma técnica eficiente para assegurar ao homem um lugar seguro na comunidade humana (FREUD, 1930[1929]:99). A seguir destaca o fato de ser a atividade sublimatória o que viabiliza a realização do trabalho profissional “*comum e aberto a todos*” (FREUD, 1930[1929]:99):

[Nota]. Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende tanto o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional, e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade. A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida, isto é, se por meio de sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes, de impulsos instintivos persistentes ou constitucionalmente reforçados. (FREUD, 1930[1929]:99)

Apesar da dificuldade de se “*examinar adequadamente a significação do trabalho para a economia da libido*” (FREUD, 1930[1929]:99), a sublimação é, então, confirmada como um importante mecanismo psíquico em jogo na realização do trabalho que, desta forma, revela ser cultural e subjetivamente relevante.

A associação entre trabalho e sublimação não foi, entretanto, inaugurada no *Mal-estar*, estando presente já no texto de Freud sobre Leonardo da Vinci (FREUD, 1910b):

A observação da vida cotidiana das pessoas mostra-nos que a maioria conseguiu orientar uma boa parte das forças resultantes do instinto sexual para a atividade profissional. O instinto sexual presta-se bem a isso, já que é dotado de uma capacidade de sublimação: isto é, tem a capacidade de substituir seu objetivo imediato por outros desprovidos de caráter sexual e que possam ser mais altamente valorizados. (FREUD, 1910b:72)

Assim, tanto nesta passagem do texto de 1910 quanto no argumento de 1930, a associação com a sublimação sugere que o trabalho é uma forma de satisfação “*mais refinada e mais alta*” (FREUD 1930[1929]:98), aliada à busca pela felicidade, à construção da cultura e à proteção psíquica e, portanto, implicada na mediação das relações do sujeito com o mundo externo.

A partir disso, algumas questões se impõem na reflexão acerca do contexto contemporâneo do trabalho. Afinal, a realização do trabalho profissional, tão ampliada nas últimas décadas a todas as classes sociais, tendo se tornado acessível a homens e mulheres, de fato, é hoje experienciada como uma atividade capaz de propiciar uma fonte especial de satisfação? Será possível assumir que os sujeitos têm atualmente o trabalho como uma atividade capaz de oferecer uma forma de proteção psíquica?

Uma matéria publicada no dia 16 de setembro de 2007, pelo caderno “Boa Chance”, do jornal *O Globo*, apresenta os resultados de uma pesquisa segundo a qual levar trabalho para casa virou rotina entre os trabalhadores. O estudo foi realizado a partir de entrevistas com profissionais ligados à área de serviços, tais como advogados, designers, médicos, publicitários, além de funcionários públicos, e pessoas que trabalham no comércio. Em comum, todos os entrevistados tinham o fato de estarem ligados a uma empresa por algum tipo de contrato, o que excluía, portanto, os profissionais liberais. De acordo com os resultados apresentados, mais da metade dos trabalhadores conclui suas tarefas em casa mais de uma vez na semana, em função de atrasos no cumprimento de prazos e da falta de tempo para conclusão das tarefas dentro do horário de trabalho. Desta forma, quase 60% dos profissionais afirma deixar de fazer alguma coisa de que gosta para trabalhar além do expediente normal. A pesquisa ainda aponta que,

segundo os entrevistados, caso não fosse ocupado pelo trabalho, este tempo poderia ser destinado à diversão, ao relacionamento com a família, a atividades físicas, entre outros. Especialistas procurados pelo jornal apontam que a utilização de celulares e da internet tem possibilitado a flexibilização dos horários de trabalho, o que, no entanto, não se reflete como uma maior comodidade para os trabalhadores. Ao contrário, como afirma o diretor de uma multinacional de Recursos Humanos entrevistado, o que se verifica é que frequentemente trabalha-se das 8h às 18h em um escritório, dentro da empresa e, depois disso, ainda é exigido pelo empregador que se esteja disponível. Segundo o estudo, como consequência destas circunstâncias em que o trabalho ocupa excessivamente a rotina pessoal, emergem ambientes de trabalho marcados pela insegurança, nos quais tudo se torna urgente, contribuindo para que os trabalhadores se sintam cansados e desmotivados.

Tais resultados evidenciam a ocorrência de certas formas de sofrimento e desgaste ligadas à atividade profissional e que emergem especificamente em um ambiente marcado pela intensidade e pelo excesso de trabalho. Em um primeiro momento, este cenário parece ir na contramão do valor positivo atribuído ao trabalho a partir de sua articulação com o processo de sublimação. Assim, considerando a relação entre trabalho e sublimação estabelecida por Freud, como sendo extremamente benéfica cultural e subjetivamente, de que forma podemos compreender o sofrimento psíquico associado ao trabalho hoje?

No *Rascunho A* dos documentos encaminhados a Fliess, escrito provavelmente em 1892, encontra-se a afirmativa de que “*O excesso simples e a sobrecarga de trabalho não são fatores etiológicos [da neurose]*” (FREUD, 1950a[1892-1899]:254). Assim, em sua primeira aparição na obra de Freud, o excesso de trabalho é descartado como uma das causas do quadro neurótico, o que é reafirmado em *A sexualidade e a etiologia das neuroses* (FREUD, 1898). Neste segundo texto, no entanto, o excesso de trabalho é discutido em mais detalhes, a partir dos quais Freud propõe pela primeira vez uma forma de se compreender os sintomas psíquicos decorrentes destas circunstâncias:

Mas o elemento do ‘excesso de trabalho’, que os médicos tanto gostam de apontar a seus pacientes como causa de suas neuroses, é com demasiada frequência indevidamente usado. É bem verdade que qualquer pessoa que, devido a perturbações sexuais, tenha-se predisposto à neurastenia, tolera mal

o trabalho intelectual e as exigências psíquicas da vida; mas ninguém se torna neurótico apenas por efeito do trabalho ou da agitação. O trabalho intelectual é, antes, uma proteção contra a neurastenia; são precisamente os mais incansáveis trabalhadores intelectuais que escapam da neurastenia, e aquilo de que os neurastênicos se queixam como ‘excesso de trabalho’ que os faz adoecerem não merece, em geral, ser chamado de ‘trabalho intelectual’, seja por qualidade, seja por quantidade. (FREUD, 1898:243)

Nesta passagem, o trabalho é confirmado como uma atividade bastante benéfica ao funcionamento psíquico, capaz, inclusive, de proteger os sujeitos contra o adoecimento neurótico. Neste sentido, pode-se dizer que em 1898, o trabalho intelectual, bem como outras tarefas exigidas pela organização civilizatória, assumem um valor semelhante ao que adquiririam posteriormente, com a aproximação com relação à idéia de sublimação. O reconhecimento das vantagens psíquicas trazidas pelo engajamento em atividades desta natureza, no entanto, contrasta com as formas de adoecimento ligadas ao excesso de trabalho, que seriam observadas pelos médicos com bastante frequência, já no século XIX. Assim, confirmando sua posição já expressa no *Rascunho A* (FREUD, 1950a[1892-1899]) escrito alguns anos antes, Freud repudia a hipótese de que seja o trabalho a causa de tais sintomas e propõe que intolerância ao excesso destas atividades seria, na verdade, decorrente de um adoecimento neurótico anterior, ligado à sexualidade. Além disso, esta forma de trabalho capaz de agravar ou mesmo desencadear um conflito psíquico, ainda que não seja compreendida como uma das razões do adoecimento, não poderia ser considerada trabalho intelectual - e, portanto, sublimatório -, pois não desempenharia a função de proteção psíquica própria deste tipo de trabalho.

Trinta anos depois, em *Análise terminável e interminável* (FREUD, 1937), o excesso de trabalho voltou a ser mencionado por Freud a partir de outro ponto de vista, de acordo com o qual é reconhecido o “*direito à importância etiológica de fatores não específicos, tais como o trabalho excessivo, o choque, etc.*” (FREUD, 1937:258). Assim, ainda que seja como um fator não específico, em 1937, o excesso de trabalho figura entre as causas do adoecimento neurótico, ao contrário do que havia sido proposto anteriormente. No que diz respeito ao excesso de trabalho, portanto, Freud parece ter uma posição marcada por certa ambigüidade, uma vez que ora destaca que “*ninguém se torna neurótico apenas por efeito do trabalho ou da agitação*” (FREUD, 1898:243), ora inclui este fator como



significativo na etiologia da neurose. Apesar desta ambigüidade, nota-se que, em ambos os casos, o excesso de trabalho aparece associado a um sofrimento psíquico para o qual Freud não parece ter uma explicação definitiva.

Algumas hipóteses podem ser levantadas frente a estas questões. Por um lado, considerando a articulação entre trabalho e sublimação, pode-se indagar se os sintomas comumente atribuídos a um excesso de trabalho não se deveriam, na verdade, à configuração do que seria um excesso sublimatório. Neste sentido, será que as formas de sofrimento ligadas ao trabalho na atualidade poderiam ser também atribuídas a um abuso da capacidade sublimatória? Um maior esclarecimento acerca de tais questões certamente exigiria uma investigação em torno da sublimação e de seu funcionamento, no sentido de se compreender o que acontece quando esta se torna excessiva – e se, de fato, a hipótese de um excesso sublimatório é pertinente.

Por outro lado, podemos questionar também se a relação entre trabalho e sublimação é mesmo tão consolidada e estável. Neste sentido, em uma discussão a respeito das fontes da sexualidade infantil, Freud (1905b) destaca que a concentração de atenção em um trabalho intelectual pode, de fato, suscitar uma excitação sexual. Então, sem vincular, neste momento, este tipo de trabalho à sublimação, Freud volta a citar a *“tão duvidosa prática de derivar as perturbações nervosas do ‘excesso de trabalho’ intelectual”* (FREUD, 1905b:192), supondo que o que geralmente se identificaria como sintoma seria, na verdade, derivado da excitação sexual comum nestas situações. Aqui, portanto, a possibilidade de o trabalho promover uma excitação sexual parece caminhar na contramão da proposta sublimatória, que conferiria um caráter assexual ao trabalho, uma vez que sua realização supõe um abandono dos objetivos originais da pulsão e sua substituição por outros, afastados da esfera da sexualidade e socialmente valorizados. Sendo assim, o que, então, estaria em jogo na realização desta atividade? Esta possível contestação da articulação entre trabalho e sublimação colocaria em questão a hipótese da sublimação como via privilegiada de produção da cultura? Neste caso, que outros mecanismos estariam implicados na produção cultural, em especial na realização do trabalho?

A tentativa de investigar estas questões resultou neste trabalho, dividido em três capítulos. No primeiro deles, realizamos uma retrospectiva do conceito de

sublimação na obra de Freud, investigando o modo como este processo psíquico foi abordado em diferentes momentos da teoria. Assim, procuramos definir como o funcionamento da atividade sublimatória foi descrito no contexto da primeira e da segunda tópica, articulado também às mudanças na teoria sobre as pulsões.

No segundo capítulo, traçamos um panorama sobre as transformações sociais sofridas pelo trabalho ao longo da história ocidental, através das quais foi, aos poucos, adquirindo as características que se fazem perceber no cenário atual. Assim, a partir de autores das Ciências Sociais, apresentamos alguns elementos que se destacam na organização do mundo do trabalho hoje e na atual experiência subjetiva dos trabalhadores.

O terceiro capítulo traz uma discussão a respeito dos processos psíquicos que hoje atravessam a experiência do trabalho. Assim, a partir da teoria psicanalítica, procuramos, inicialmente, ampliar o entendimento das conseqüências acarretadas pela configuração de um excesso sublimatório. Em seguida, propusemos uma retomada detalhada da diferenciação entre os conceitos de sublimação e idealização, a fim de investigar de que forma estes processos psíquicos estariam relacionados à vivência do trabalho hoje.

## 2

### O conceito de sublimação na obra de Freud

Em psicanálise, o conceito de sublimação foi originalmente proposto e desenvolvido no texto de Freud. Sua construção, no entanto, não rompeu completamente com os significados que os campos da química e da moral tradicionalmente já associavam à idéia de “sublimar”. Em química, a sublimação é compreendida como o processo de transformação da matéria do estado sólido diretamente para o estado gasoso. Já no âmbito da moral, “sublimar” está associado à idéia de purificação, de elevação à perfeição ou ainda de “*tornar-se sublime*” (PEREIRA, 2000a:103). A psicanálise, por sua vez, utiliza a noção de sublimação para designar as atividades humanas que, aparentemente, não estão relacionadas à sexualidade, mas cuja gênese só é possível a partir da pulsão sexual. Neste sentido, a sublimação estaria referida a uma mudança nos objetivos desta pulsão, que abandonaria seus objetos originais, de ordem sexual, para se ligar a outras metas, estas não-sexuais e socialmente valorizadas (LAPLANCHE, 1980). Nota-se, então, que na circunscrição psicanalítica do termo, a noção de sublimação conserva, em certa medida, sua associação com as idéias de “transformação” e de “sublime” anteriormente estabelecida por outras áreas de conhecimento.

Em Freud, a noção sublimação se faz bastante presente em textos que vão desde a correspondência com Fliess, ainda no século XIX, até 1938, em *Esboço de psicanálise* (FREUD, 1940[1938]). Contudo, apesar das significativas menções a este mecanismo psíquico, em momento algum Freud ofereceu à atividade sublimatória uma conceituação elaborada, o que, em certa medida, se apresenta como um obstáculo à sua adequada compreensão. Ao mesmo tempo, é curioso notar que nem a falta de uma robusta “costura metapsicológica” impede que, quando se trata da idéia de sublimação, “*todos [saibam] do que se está falando*” (PINHEIRO, 1999:12).

A falta do texto metapsicológico que abordaria exclusivamente um estudo sobre a sublimação é freqüentemente apontada como o principal empecilho à sintetização deste conceito em psicanálise (GARCIA, 1998). Entretanto, esta razão parece insuficiente para justificar o caráter lacunar desta noção, principalmente se considerarmos que Freud se destaca por ser um pesquisador

extremamente atento ao rigor e à precisão conceitual em sua produção. Então, a impossibilidade de se obter uma pujante circunscrição do conceito, mesmo com a articulação dos fragmentos oferecidos ao longo de diversos trabalhos de Freud, parece sugerir que a própria idéia de sublimação traz, em si, algumas imprecisões (GARCIA, 1998:76).

De modo geral, a noção de sublimação aparece sempre em segundo plano na obra de Freud, isto é, sustentando ou se opondo a algum outro tema que esteja sendo abordado de forma mais central. Trata-se, portanto, de uma noção à qual Freud recorre na demonstração de outros assuntos (PEREIRA, 2000b:122), o que, longe de minimizar a importância deste conceito, parece, ao contrário, apontar para um vigor heurístico que o caracteriza, apesar de sua inconsistência metapsicológica.

Diante desta perspectiva, Garcia (1998) chama atenção para três aspectos que merecem destaque quando se considera a construção do conceito de sublimação na obra freudiana. Em primeiro lugar, estaria a fragmentação e a dispersão de informações importantes à sua definição, ao longo de diferentes textos. Em segundo lugar, paradoxalmente, destaca-se o caráter de continuidade entre estes mesmos fragmentos, capaz de assegurar a possibilidade de reuni-los e articulá-los em um todo coerente. E, finalmente, o terceiro aspecto refere-se a advertências recorrentes de Freud contra os riscos de um possível excesso na atividade sublimatória (GARCIA, 1998:76). Parece, portanto, que apesar da dispersão dos comentários sobre a sublimação, é possível, mesmo assim, encontrar no texto de Freud uma definição do mecanismo sublimatório, sempre marcada por sua preocupação com os possíveis efeitos negativos de um eventual exagero sublimatório.

É no que tange aos fundamentos do mecanismo que possibilita a atividade sublimatória que verificamos as mais significativas transformações conceituais. Assim, de modo geral, é possível identificar na obra de Freud duas hipóteses a respeito dos processos psíquicos envolvidos na sublimação. A primeira delas ligada elementos teóricos como a noção de apoio, pulsões parciais, formações reativas e vias de influência recíproca, enquanto a segunda hipótese estaria associada ao narcisismo, à proposta de uma dessexualização da libido, às instâncias ideais e à identificação (PEREIRA, 1999; 2000a). Embora sejam

significativamente distintos, estes dois percursos teóricos não são excludentes e foram construídos de acordo com as mudanças verificadas no próprio desenvolvimento da teoria psicanalítica. Ainda assim, não há dúvidas de que esta amplitude da abordagem metapsicológica do conceito de sublimação se consolida como uma das grandes dificuldades inerentes à sua delimitação.

## 2.1

### **Marcas de origem, traços distintivos da sublimação**

Mesmo toda a fragmentação que marca a construção da noção de sublimação no texto de Freud não impediu que este conceito se mantivesse ligado a determinadas características capazes de conferir certa coesão à sua definição teórica. Há, portanto, aspectos aos quais a sublimação foi associada desde suas primeiras utilizações em psicanálise, e que foram constantemente retomados e ratificados na obra freudiana. Seu caráter assexual, sua vinculação ao campo da cultura e a proteção que oferece aos sujeitos frente à intensidade própria da esfera sexual estrita poderiam, então, ser identificados como alguns destes aspectos que ajudaram a compor as primeiras definições da sublimação e que gradualmente foram se confirmando como traços distintivos deste conceito (GARCIA, 1998). Desta forma, já nas referências iniciais à sublimação encontramos as raízes destes elementos constituintes de sua delimitação em psicanálise.

O caráter assexual deste mecanismo psíquico pode, assim, ser identificado já na primeira utilização da palavra sublimação por Freud, em 1897, em uma carta a Fliess, ainda sem designar um conceito psicanalítico propriamente dito. Nesta correspondência, Freud recorre a este termo para se referir a fantasias trazidas à análise pelas histéricas, descrevendo-as como “*estruturas protetoras, sublimações dos fatos, embelezamentos deles*”, que tentariam obstruir o caminho para lembranças de cenas primevas, de origem sexual (FREUD, 1950b[1892-1899]:341-343). Portanto, já em sua aparição inicial no texto de Freud, a idéia de sublimação foi associada a um afastamento com relação à esfera da sexualidade, característica esta que permaneceu vinculada à noção de sublimação, revelando-se como um dos pilares do conceito.

A compreensão da sublimação como um processo em que a energia psíquica originalmente vinculada à sexualidade é redirecionada para outros objetivos, de

natureza assexual, foi proposta já na definição inaugural do conceito em psicanálise, em *Fragmento da análise de um caso de histeria* (FREUD, 1905a[1901]:53-54), e também nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, 1905b:224). Entretanto, foi apenas em 1908, com a publicação de *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (FREUD, 1908b) que a atividade sublimatória foi definida de forma mais consistente, como o processo através do qual a pulsão troca “*seu objetivo sexual original por outro, não mais sexual, mas psiquicamente relacionado com o primeiro*” (FREUD, 1908b:193). Esta descrição da transformação pulsional em curso na sublimação - que, por sua vez, tornou-se a definição clássica deste conceito em psicanálise<sup>1</sup> (FLOURNOY, 1965) - evidencia o caráter assexual da atividade sublimatória ao destacar o abandono do componente sexual da pulsão sublimada.

Em diferentes textos de Freud o afastamento com relação ao campo do sexual engendrado pelo processo de sublimação é reafirmado. Assim, em trabalhos de 1908 e 1914 encontramos a atividade sublimatória associada à idéia de uma “deflexão da sexualidade” (FREUD, 1908a:165; 1914a:111) e, da mesma forma, em 1923, a sublimação é definitivamente aproximada de uma “*dessexualização da libido*” (FREUD, 1923b:44). Parece, portanto, que o caráter assexual, de fato, é distintivo da atividade sublimatória em psicanálise.

Contribuindo para esta discussão, no contexto da primeira teoria pulsional, Laplanche (1980) sugere que a descrição da sublimação como um processo através do qual se verifica a perda do componente sexual da pulsão já aponta para o que seria, em sua opinião, um dos grandes impasses sobre este conceito em psicanálise. Isso porque, levado às últimas conseqüências, o abandono do caráter sexual da pulsão implicaria situar a sublimação e as produções que dela decorrem

---

<sup>1</sup>Posteriormente, esta definição foi ampliada, de forma que a sublimação seria a vicissitude pulsional em que “*tanto o objeto quanto o objetivo são modificados*” (FREUD, 1923b[1922]:309). A introdução da questão do objeto que aqui se observa não foi comentada na obra freudiana - apenas reafirmada posteriormente, nas *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (FREUD, 1932:121)-, mas poderia propor reflexões importantes acerca desta noção já tão marcada por certos enigmas. Entretanto, como ressalta Laplanche (1980), o objeto já fora destacado por Freud como sendo o componente mais variável da pulsão (LAPLANCHE, 1980:21). Deste modo, a evidência de que a sublimação supõe também uma troca do objeto da pulsão não traria nada de novo, a não ser pelo fato de estar associada à troca do objetivo da pulsão, este sim elemento constitutivo da sublimação (LAPLANCHE, 1980).

(inclusive a cultura) exclusivamente no campo da auto-conservação. E, segundo o autor, esta seria uma visão excessivamente restritiva (LAPLANCHE, 1980:211)

Contudo, talvez seja possível abordar a questão da troca de metas da pulsão a partir de um outro ponto de vista. Neste sentido, ao invés de assumi-la como referente ao vasto campo da pulsão sexual - que, por sua vez, se oporia ao domínio da auto-conservação, *à la* Laplanche (1980) -, a sublimação designaria um processo de afastamento da sexualidade *stricto sensu*. Assim, Pinheiro (1999) propõe que ao se descrever a atividade sublimatória como um processo que implica um afastamento com relação à satisfação sexual, toma-se a sexualidade como “*algo que diz respeito a uma materialidade corporal, a um prazer de corpo e de fato observável no campo desta superfície corporal*” (PINHEIRO, 1999:13). Então, segundo esta hipótese, a sublimação permaneceria compreendida no campo da sexualidade *lato sensu*. Talvez possamos encontrar no próprio texto de Freud a confirmação de que o conceito de sublimação, neste segundo sentido, representa essencialmente um distanciamento do aspecto físico da sexualidade:

Uma satisfação deste tipo, como, por exemplo, a alegria do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias, ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui qualidade especial que, sem dúvida, um dia poderemos caracterizar em termos metapsicológicos. Atualmente, apenas de forma figurada podemos dizer que tais satisfações parecem ‘mais refinadas e mais altas’. Contudo, sua intensidade se revela muito tênue quando comparada com a que se origina da satisfação de impulsos grosseiros e primários; ela não convulsiona o nosso ser físico. (FREUD, 1930[1929]:98)

Assim, conservando-se no campo da sexualidade, a sublimação se confirma como um mecanismo que oferece outras formas de “*escoamento e emprego*” (FREUD, 1905b:224) das excitações sexuais, isto é, novas formas de satisfação da pulsão. A atividade sublimatória, ao possibilitar a troca do objetivo e do objeto pulsional, abre caminho, portanto, para uma realização sublimatória da pulsão sexual (CASTIEL, 2007:110).

Na obra freudiana, é em geral para o campo da cultura que as excitações de origem sexual são redirecionadas, em busca de outras formas de satisfação. Neste sentido, ganha evidência uma segunda característica que poderíamos identificar como uma marca de origem da atividade sublimatória, a saber, sua articulação com a esfera cultural. Já no caso Dora (FREUD, 1905a[1901]), a sublimação foi aproximada do alcance de objetivos mais elevados e mais valorizados, ao ser

definida como um mecanismo capaz de garantir a fonte de “*energia para um grande número de nossas realizações culturais*” (FREUD, 1905a[1901]:53-54). Também nos *Três ensaios* esta articulação é confirmada, mas foi de fato no texto de 1908 (FREUD, 1908b) que a relação entre a atividade sublimatória e a civilização foi pormenorizada pela primeira vez. Apresentada como um destino dado à pulsão sexual, alternativo ao recalque e à descarga sexual direta, desde 1905 (FREUD, 1905b:222-224), a sublimação seria a mais interessante alternativa disponível aos sujeitos frente à exigência civilizatória de supressão das pulsões (FREUD, 1908b). Assim, o processo de sublimação pulsional seria capaz de colocar “*à disposição da atividade civilizada uma extraordinária quantidade de energia*” (FREUD, 1908b:193), consolidando-se como a via principal de constituição da cultura (GARCIA, 1998:79).

A importância deste mecanismo para a organização civilizatória volta a ser abordada em detalhes em *O mal-estar na civilização* (FREUD, 1930[1929]), quando a sublimação é considerada “*um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada*” (FREUD, 1930[1929]:118). Assim, ao possibilitar a construção da cultura, oferecendo uma forma de satisfação pulsional compatível com as exigências sociais, a sublimação se revela como um mecanismo de especial importância para os seres humanos e, neste sentido, quando a atividade sublimatória é possível, “*o destino pouco pode fazer contra nós*” (FREUD, 1930[1929]:98). Com esta proposta apresentada no texto de 1930, reafirma-se aquele que seria um outro traço distintivo da sublimação, sua função protetora.

De fato, a sublimação aparece aproximada de uma idéia de proteção já na correspondência com Fliess, de 1897, relacionada à depuração e ao embelezamento dos fatos, como forma de atenuar o confronto com as fantasias sexuais (GARCIA, 1998:77). Também em Dora (FREUD, 1905a[1901]) e nos *Três ensaios* (FREUD, 1905b) a função protetora da sublimação pode ser percebida, uma vez que atividade sublimatória seria uma forma de proteger o sujeito contra a violência da livre manifestação das pulsões, que caracterizaria uma vida sexual perversa.



No artigo metapsicológico a respeito das pulsões (FREUD, 1915) a referência à proteção oferecida pela atividade sublimatória é, de certa forma, mais explicitada. A sublimação é então apresentada como um dos destinos “*que se contrapõem ao avanço das pulsões, o que nos permite tratar tais destinos como se fosse modos de defesa contra as pulsões*”. A sublimação seria, assim, uma forma de evitar a descarga sexual direta (FREUD, 1915:147).

A função protetora da sublimação estaria, assim, diretamente relacionada ao caráter assexual deste processo psíquico, uma vez que representaria uma alternativa à intensidade própria da esfera da sexualidade. Este afastamento com relação à esfera da sexualidade próprio da sublimação evidencia ainda uma outra importante possibilidade de proteção oferecida por este mecanismo, que estaria ligada à sua participação na construção da cultura. Considerando a proposta freudiana de um desamparo primordial do homem, a “*existência humana só é viável na cultura que garante sua continuidade histórica e possibilita seu avanço*” (GARCIA, 1998:79). Desta forma, a sublimação, enquanto processo fundamental para as realizações culturais, seria ainda uma resposta singular frente à condição de desamparo (GARCIA, 1998). Assim, quando, em 1930 (FREUD, 1930[1929]:98), a sublimação é identificada como uma das mais eficientes formas de alcance da felicidade, a atividade sublimatória tem sua função protetora atrelada ao seu caráter assexual e à sua vinculação com a cultura.

O aspecto protetor da atividade sublimatória é, contudo, uma característica controversa deste mecanismo psíquico porque, apesar de ter sido freqüentemente reafirmada por Freud, algumas observações acerca do processo sublimatório sugerem que esta função protetora só se faz possível frente a determinadas condições. Talvez o requisito mais necessário à manutenção do caráter protetor da atividade sublimatória esteja relacionado aos limites de sua realização (GARCIA, 1998). Neste sentido, em situações em que se verifica um abuso do processo sublimatório (FREUD, 1910a[1909]; 1912), o caráter protetor deste mecanismo parece ser anulado.

### 2.1.1 Entre *solução conveniente* e *exploração abusiva*: a perspectiva clínica

Relacionada ao alcance de metas culturais “*mais elevadas*” (FREUD, 1905a[1901]:53), além de se oferecer como uma forma de proteção aos sujeitos, a sublimação é repetidamente apresentada no texto freudiano como um destino pulsional de caráter bastante positivo. É neste sentido, inclusive, que em 1910 e 1912, em trabalhos que privilegiam discussões sobre a clínica, Freud sugere que a sublimação seria um desfecho interessante para uma análise (GARCIA, 1998). De acordo com esta proposta, este mecanismo psíquico poderia ser “*uma solução conveniente*” (FREUD, 1912:157) para lidar com as inclinações pulsionais liberadas pelo percurso analítico. Apesar disso, Freud enfatiza que o alcance da sublimação não deve ser tomado pelos analistas como uma meta a ser perseguida por uma análise. O primeiro obstáculo que se imporia a esta aspiração diz respeito ao fato de que nem todos os pacientes estariam aptos a realizá-la:

Nem todo neurótico possui grande talento para sublimação; pode-se presumir que muitos deles de modo algum teriam caído enfermos se possuíssem a arte de sublimar seus instintos. (FREUD, 1912:157)

Assim, quando de fato pudesse auxiliar no desenlace de um percurso analítico, a possibilidade de sublimar se evidenciaria espontaneamente, dispensando qualquer esforço no sentido de induzi-la. Contudo, caso a atividade sublimatória seja instigada além das possibilidades do sujeito, pode-se configurar uma situação bastante penosa, relacionada a um excesso sublimatório. Neste caso, outras formas de satisfação mais acessíveis poderiam ser preteridas na tentativa de se alcançar conquistas socialmente mais interessantes, tornando “*a vida [dos pacientes] ainda mais árdua do que a sentem ser, de qualquer modo*” (FREUD, 1912:158).

Os riscos trazidos por uma ampliação exagerada da atividade sublimatória, no entanto, não se restringem à esfera clínica e a existência de um limite à sublimação é recorrentemente assinalada por Freud (GARCIA, 1998). Em *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna* (FREUD, 1908b), Freud se apressa em destacar que a sublimação, apesar de se revelar interessante para os sujeitos e para a cultura, está submetida a limites. Para evitar prejuízos advindos do exagero

da atividade sublimatória, este destino pulsional precisa ser acompanhado também de certa quantidade de satisfação sexual direta, o que reforça o caráter complementar destas duas finalidades (FREUD, 1908b; GARCIA, 1998). Assim, se realizada em excesso, a sublimação pode se configurar como uma “*exploração abusiva*” (FREUD, 1910a[1909]:50), caso interfira com a satisfação sexual direta, uma vez que ambas seriam igualmente essenciais a um funcionamento psíquico dito satisfatório. Freud ressalta:

A plasticidade dos componentes sexuais, manifesta na capacidade de sublimarem-se pode ser uma grande tentação a conquistarmos maiores frutos para a sociedade por intermédio da sublimação contínua e cada vez mais intensa. Mas assim como não contamos transformar em trabalho senão parte do calor empregado em nossas máquinas, de igual modo não devemos esforçar-nos em desviar a totalidade da energia do instinto sexual da sua finalidade própria. Nem o conseguiríamos. E se o cerceamento da sexualidade for exagerado, trará consigo todos os danos duma exploração abusiva. (FREUD, 1910a[1909]:50)

Neste sentido, em situações em que ocorra uma indução abusiva à atividade sublimatória, embora o caráter assexual e o vínculo deste mecanismo com a esfera cultural permaneçam bastante evidentes, parece que a função de proteção para o sujeito comumente associada à sublimação é minimizada (GARCIA, 1998). Evidentemente, um excesso desta espécie não corresponde ao que se busca alcançar através de um percurso analítico. Assim, Freud destaca que, apesar de serem louváveis os esforços por alcançar a sublimação pulsional, em uma análise é preciso que se trabalhe dentro das possibilidades do próprio paciente. Neste sentido, ressalta-se que “*como médico, tem-se acima de tudo de ser tolerante com a fraqueza do paciente, e contentar-se em ter reconquistado certo grau de capacidade de trabalho e divertimento para uma pessoa mesmo de valor moderado*” (FREUD, 1912:158).

Os riscos relacionados a um eventual excesso sublimatório não invalidam, contudo, os benefícios subjetivos trazidos pela sublimação e, por esta razão, a importância deste mecanismo para a clínica não é jamais recusada por Freud. É neste sentido, portanto, que em *Esboço de psicanálise* (FREUD, 1940[1938]:209) a capacidade do paciente de sublimar suas pulsões é descrita como tendo um grande papel no desfecho de uma análise, o que parece confirmar que os destinos culturais afastados da sexualidade estrita que a sublimação oferece às forças

libidinais podem, de fato, se constituir como uma interessante forma de proteção aos sujeitos.

## 2.2

### **A sublimação no contexto da 1ª tópica: *Três ensaios e Leonardo***

Os elementos que caracterizam o conceito de sublimação, conferindo-lhe certa especificidade podem, de fato, ser reconhecidos a partir de diversas proposições sobre a atividade sublimatória apresentadas por Freud ao longo de seus textos. Entretanto, se examinados separadamente, cada um destes fragmentos teóricos em que a sublimação é pensada psicanaliticamente revela que, ainda que possua tais traços distintivos, este mecanismo psíquico foi abordado de formas bastante distintas no que diz respeito ao seu funcionamento. Assim, no percurso do pensamento freudiano, a atividade sublimatória foi aproximada de diferentes propostas teóricas, o que acabou por conferir ao conceito riqueza teórica e complexidade inegáveis. Desta forma, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, 1905b) e *Leonardo Da Vinci e uma lembrança de sua infância* (FREUD, 1910b) revelam-se como trabalhos importantes para compreensão da maneira como a sublimação foi inicialmente concebida no contexto da primeira tópica, à luz da primeira teoria pulsional e aproximada de noções como as de apoio, vias de influência recíproca e formação reativa (PEREIRA, 2000b).

Em *Três ensaios* (FREUD, 1905b) encontramos não apenas as definições básicas da sublimação, como também as primeiras discussões teóricas mais pormenorizadas envolvendo este conceito. Logo no primeiro ensaio - dedicado à questão das aberrações sexuais -, a sublimação é associada a alvos sexuais provisórios, que ganham evidência frente a condições que adiam ou mesmo impedem a realização da atividade sexual dita normal (FREUD, 1905b:146). A obtenção de prazer através destas metas transitórias está em certa medida, compreendida no processo sexual regular, servindo como antecipação ao ato sexual. Contudo, uma demora exagerada nestes propósitos provisórios pode ocasionar uma fixação, de modo que a consecução do alvo sexual normal é efetivamente substituída pela obtenção de prazer por estas vias, o que caracterizaria uma perversão. Entre os atos preliminares que poderiam, eventualmente, dar origem a uma fixação desta espécie, estaria o prazer em olhar

(escopofilia) que, frente à exigência civilizatória de ocultação do corpo, consiste na insistência em visualizar o objeto sexual integralmente, desejando a revelação das partes ocultas, que freqüentemente correspondem aos genitais (FREUD, 1905b:147). Contudo, destaca Freud, não necessariamente uma intensificação do ato escopofílico levaria à constituição de uma perversão, pois a curiosidade inicialmente dirigida aos genitais pode ser sublimada, transformando-se em um interesse visual pela imagem do corpo como um todo, podendo encontrar na arte outras formas de satisfação. Desta forma, parte da libido inicialmente destinada ao prazer de ver (escopofilia) poderia ser desviada para um alvo mais elevado, como as atividades artísticas (FREUD, 1905b). Desta forma, a sublimação estabelece um laço significativo e duradouro com o sentido da visão, o que reaparece posteriormente no texto sobre Leonardo.

A atividade sublimatória é examinada em diferentes momentos dos *Três ensaios*, mas é em especial no ensaio a respeito da sexualidade infantil que encontramos mais evidentemente a consolidação dos aspectos que se revelariam essenciais a este mecanismo. A sublimação é então descrita como um desvio das metas sexuais para outros fins, ligados a realizações culturais, contudo a ênfase, agora, recai sobre seu papel durante o período de latência. Nesta etapa do desenvolvimento da pulsão sexual, a sexualidade ainda não se acha pronta para a reprodução e encontra-se espalhada pelas diversas zonas erógenas, ainda sem possibilidade de se organizar sob o primado dos genitais, o que colabora para que permaneça em estado de latência. Durante esta fase, no entanto, o afluxo das pulsões sexuais não cessa, sendo necessário, assim, que a energia pulsional ganhe novos destinos. Neste momento, a sublimação, descrita como um desvio total ou parcial destas forças para novas metas que colaborem para realizações culturais (FREUD, 1905b:166), é apresentada como o mecanismo primordial em curso durante o período de latência e é destacada a importância dos diques psíquicos (asco, vergonha, moral) como formações reativas aptas a conter a livre satisfação da sexualidade infantil. Sublimação e formação reativa encontram-se aqui vinculadas na função de defesa, o que é explicitado em uma nota de rodapé acrescentada ao texto em 1915:

[Nota] No caso aqui discutido, a sublimação das forças pulsionais sexuais efetua-se pelo caminho da formação reativa. Em geral, no entanto, pode-se

distinguir a sublimação e a formação reativa como dois processos conceitualmente diferentes. A sublimação também pode dar-se por outros mecanismos mais simples (FREUD, 1905b:167)

Segundo Mellor-Picaut (1983), apenas após a publicação de *Sobre narcisismo: uma introdução* (FREUD, 1914a) Freud pôde afirmar a diferença entre estes dois processos, uma vez que, só a partir de 1914, novos elementos ampliaram a compreensão acerca do mecanismo sublimatório.

Há ainda um último aspecto ao qual Freud associa a atividade sublimatória nos *Três ensaios*. Trata-se de uma curta e imprecisa observação sobre as vias de influência recíproca, que se respalda essencialmente na idéia de apoio. Neste sentido, sugere Freud que se a emergência da pulsão sexual se dá através de vias que partem de atividades biológicas de ordem não-sexual para chegar à sexualidade, possivelmente estes mesmo caminhos poderiam ser percorridos na direção oposta. Em outras palavras, de acordo com esta proposta, através das chamadas vias de influência recíproca, a pulsão sexual poderia encontrar formas de se manifestar em funções não-sexuais. A existência destas vias explicaria grande parte dos sintomas neuróticos, nos quais uma perturbação na sexualidade implica prejuízos a funções não-sexuais - como nos casos de cegueira histórica (FREUD, 1905b:193-4). Neste contexto, emerge a questão de se também a sublimação não poderia ocorrer desta forma, de modo que a atração da pulsão sexual para alvos não-sexuais que se verifica na sublimação se valeria exatamente destas vias de influência recíproca (FREUD, 1905b:194). Contudo, o próprio autor reconhece o caráter enigmático e, até aquele momento, pouco explorado destas investigações que não avançam tanto nas reflexões acerca da noção de sublimação. Apesar disso, Laplanche (1980) entende que na descrição destas vias de influência recíproca está presente o elemento mais fundamental do mecanismo da sublimação, a saber, a articulação entre os planos do sexual e do não-sexual, compreendidos a partir do modelo do apoio (LAPLANCHE, 1980:56).

Ainda no âmbito da primeira tópica, é consenso entre os estudiosos da sublimação que o trabalho publicado por Freud em 1910, sobre Leonardo Da Vinci, é uma peça fundamental no percurso de construção deste conceito. Nele encontramos considerações a respeito da atividade sublimatória ancoradas em dois aspectos fundamentais: a pulsão de saber e a investigação sexual infantil (PEREIRA, 1999; 2000a). Em um acréscimo feito em 1915 aos *Três ensaios*,

esses dois aspectos são discutidos (FREUD, 1905b[1915]:182). A pulsão de saber é então apresentada como passível de ser decomposta em pelo menos dois componentes elementares. O primeiro deles seria um modo sublimado da pulsão de dominação que, embora seja originariamente de ordem não sexual - pertencente à esfera da auto-conservação, portanto (FREUD, 1905b[1915]:149) -, pode ser sublimada graças à relação de apoio estabelecida com componentes da pulsão sexual<sup>2</sup> (LAPLANCHE, 1980:81-83; PEREIRA, 1999:34). Já o segundo componente da pulsão de saber seria a pulsão de ver, descrita como uma pulsão parcial, mas que também implicaria em um movimento de apoio, uma vez que a atividade visual congrega aspectos ligados tanto à sexualidade quanto à auto-conservação (MEZAN, 2001). Por outro lado, no que tange à investigação sexual infantil, já desde 1905 (FREUD, 1905b) e, posteriormente, em 1909 (FREUD, 1909), Freud propõe que esta se refere à atividade de formulação, por parte das crianças, de teorias que dêem conta dos mistérios e enigmas sexuais com os quais se deparam desde muito cedo, tais como a questão da diferença entre os sexos, a origem dos bebês e a natureza da relação sexual.

Ainda no trecho tardiamente incluído nos *Três ensaios* (FREUD, 1905b[1915]) encontramos uma afirmativa que evidencia a intrínseca relação existente entre esses dois aspectos que fundamentariam a atividade sublimatória de Leonardo:

... na criança, a pulsão de saber é atraída, de maneira insuspeitadamente precoce e inesperadamente intensa, pelos problemas sexuais, e talvez até seja despertada por eles (FREUD, 1905b[1915]:182).

Esta consideração se revela bastante congruente com as hipóteses apresentadas no trabalho de 1910, segundo as quais, em sua infância, Leonardo teria experimentado uma intensa excitação das pulsões de ver e de saber, o que contribuiu para uma exacerbada atividade de pesquisas sexuais infantis e, conseqüentemente, elevou o nível de excitação do menino (FREUD, 1910b:119). Esta intensificação da sexualidade infantil de Leonardo também estaria relacionada a vicissitudes da história precoce do artista, entre as quais se

---

<sup>2</sup> Laplanche (1980) destaca que esta relação de apoio ocorreria nos mesmos moldes que, em 1905, se supunha fundamentar a organização sado-masoquista, na qual a pulsão de dominação, mesclada à pulsão sexual, assumiria grande relevância (LAPLANCHE, 1980; FREUD, 1905b:148-149).

destacavam a ausência do pai durante seus primeiros anos e a ternura excessiva por parte de sua mãe. Com a emergência da puberdade, no entanto, estas exacerbações da infância enfrentaram uma barreira de recalque que culminou no “*afastamento de toda atividade sexual grosseira*” (FREUD, 1910b:120). Entretanto, ao contrário do que se poderia supor, e que aconteceria à maioria dos sujeitos que enfrentassem tais caminhos no desenvolvimento de sua libido, Leonardo não adoeceu frente a estes impedimentos colocados à sexualidade graças a configurações de sua sexualidade infantil:

Devido à sua tendência muito precoce para a curiosidade sexual, a maior parte das necessidades de seu instinto sexual puderam ser sublimadas numa ânsia geral de saber, escapando assim à repressão. (FREUD, 1910b:120)

Confirmando o caráter complementar e alternativo da relação entre sublimação e recalque na organização psíquica, a destacada facilidade de acesso a este segundo destino pulsional com que contou Leonardo evitou o estabelecimento de uma neurose. Então, a privilegiada disposição à atividade sublimatória, embora estivesse ligada a talentos específicos do jovem artista, foi em grande parte vivificada pela exacerbação da pulsão de ver ainda em sua infância, confirmando a associação entre sublimação e a pulsão escopofílica assinalada por Freud já em 1905 (FREUD, 1905b:147).

É neste contexto de discussão que são, então, apresentados os três destinos possíveis para a curiosidade infantil: a inibição neurótica, a erotização do pensamento com a produção de sintomas obsessivos e, finalmente, a sublimação. A atividade de pesquisa da infância de Leonardo, assim, teria seguido pelo terceiro caminho, escapando “*ao destino da repressão sendo sublimada desde o começo em curiosidade e ligando-se ao poderoso instinto de pesquisa como forma de se fortalecer*” (FREUD, 1910b:74).

Contudo, é ainda na própria história de Leonardo Da Vinci que encontramos evidências de que “*a repressão quase total de uma vida sexual real não oferece as condições mais favoráveis para o exercício das tendências sexuais sublimadas*”, pois a esfera da sexualidade termina por se impor (FREUD, 1910b:120). Tendo a criação artística como “*válvula de escape*” do sexual desde sua entrada na puberdade, Leonardo não tardou a enfrentar uma inibição que acabou por comprometer severamente sua produção pictórica. Entretanto, a libido sexual



insatisfeita que possivelmente emergiria como sintoma frente à falência da atividade artística foi redirecionada para uma nova sublimação, descrita por Freud como sendo ainda mais antiga e cujas raízes estariam mesmo em características da primeira infância (FREUD, 1910b:121). Assim, aos poucos, o talentoso artista foi se transformando em ávido pesquisador. Segundo Pereira (1999), esta mudança se justifica, uma vez que as atividades científicas se mostravam mais apuradas e refinadas e, por isso, mais afastadas do que a pintura da esfera pulsional, que precisava ser evitada (PEREIRA, 1999:32). No entanto, se, por um lado, “*Leonardo representava a fria rejeição da sexualidade*” (FREUD, 1910b:64), por outro, mesmo na atividade científica mais ascética, era possível identificar marcas indeléveis de sua origem sexual, inclusive em função da maneira insaciável e infatigável com que investigava (FREUD, 1910b:121).

Apesar das diferenças entre os dois tipos de produção empreendidos por Leonardo em distintos momentos de sua vida serem inequívocas, Laplanche (1980) identifica um aspecto em comum às atividades de pintor e de cientista: em ambos os casos, a pulsão de ver permanece em evidência (LAPLANCHE, 1980:85). Assim como a atividade pictórica, também as investigações intelectuais de Leonardo trazem em si um aspecto notoriamente visual e representacional, evidenciado pelo caráter maquínico dos esboços e esquemas de seus projetos. Referindo-se à relação estreita entre a pulsão de ver e a atividade sublimatória – mecanismo que, em última análise, viabiliza tanto a pintura quanto a pesquisa (FREUD, 1910b:121; LAPLANCHE, 1980) – Laplanche (1980) conclui que Leonardo nunca foi capaz de se libertar da visão (p.85).

Da mesma forma que as apresentações peculiares do recalque e da sublimação foram decisivas para o encaminhamento dado às moções pulsionais em Leonardo, haveria ainda um terceiro fator que se revela de extrema importância para sua organização psíquica, a saber, uma fixação ligada à natureza de sua relação com sua mãe (FREUD, 1910b:120). De fato, Freud sugere que a intensa ligação erótica estabelecida com a figura materna de sua primeira infância o levou a uma saída identificatória que culminou em uma escolha narcísica de objeto:

O menino reprime seu amor pela mãe; coloca-se em seu lugar, identifica-se com ela, e toma a si próprio como um modelo a quem devem assemelhar-se

os novos objetos de seu amor. Desta forma, ele transformou-se num homossexual. (FREUD, 1910b:92).

Foi, então, o amor do menino Leonardo por sua mãe a parcela libidinal não encaminhada para sublimação que permaneceu ligada a fins sexuais, ainda que de forma atrofiada, sob domínio do recalque (FREUD, 1910b:120). Esta fixação inconsciente permaneceu preservada no inconsciente, mas, posteriormente, foi capaz de interferir na organização libidinal construída no início da puberdade, exigindo uma nova configuração que tornou o artista um pesquisador (FREUD, 1910b: 120-121).

No texto sobre Leonardo, portanto, a sublimação é efetivamente articulada às noções teóricas próprias do contexto da primeira tópica e da primeira teoria pulsional, sendo pensada a partir das relações estabelecidas entre as esferas do sexual e do não-sexual, através da noção de apoio e dos destinos dados à sexualidade. Entretanto, a atividade sublimatória, em certa medida, também parece ser aproximada neste texto de formulações teóricas envolvendo a homossexualidade, a identificação e o narcisismo. De fato, as considerações mais significativas sobre a sublimação apresentadas após 1910 foram trazidas em 1914, no texto sobre o narcisismo, quando novas hipóteses começaram a ser propostas acerca deste mecanismo psíquico.

### 2.3

#### **A transição de 1914: sublimação não é idealização**

No artigo *Sobre o narcisismo: uma introdução* (FREUD, 1914a) as considerações acerca da sublimação acompanham o desenvolvimento que Freud oferece a respeito das instâncias ideais. De acordo com as propostas trazidas neste trabalho, o ideal seria a formação para a qual se deslocaria o amor por si mesmo anteriormente experimentado pelo eu real da infância. Impedido de seguir usufruindo plenamente da perfeição e da completude que caracterizam o eu infantil, a criança dirige o amor por si para a formação do ideal, estabelecendo, assim, num primeiro movimento, seu eu-ideal (FREUD, 1914a:111).

Sugerindo que haja certa confusão na diferenciação entre o processo de formação dos ideais e a sublimação, Freud (1914a) procura deixar claras as diferenças entre estes dois mecanismos psíquicos. Assim, primeiramente, enfatiza que a sublimação se dá em relação ao plano pulsional e envolve exclusivamente a

libido objetal, consistindo, em última análise, em uma troca de meta da pulsão que passa, então, a buscar sua satisfação através de objetivos afastados da esfera sexual estrita. A formação de um ideal, por sua vez, ocorrendo a partir do mecanismo de idealização, pode se dar tanto na esfera da libido objetal quanto da libido do eu, mas seu mecanismo, diferentemente do que ocorre com a sublimação, incide sobre o objeto, e não sobre a pulsão. A idealização, assim, refere-se à exaltação e à valorização psíquica do objeto, sem, no entanto, resultar em uma transformação de fato em sua natureza (FREUD, 1914a:111). No que diz respeito à relação entre ambos, Freud enfatiza que, embora apresentem destinos diferentes, os mecanismos de formação de um ideal e de sublimação das pulsões podem operar de forma articulada:

Aquele que trocou seu narcisismo pela veneração de um ideal-do-eu elevado não conseguiu necessariamente sublimar suas pulsões libidinais. Embora para ser alcançado o ideal-de-eu requeira tal sublimação, ele não pode forçá-la. A sublimação continua sendo um processo especial, e ainda que, de início, possa ser motivado pelo ideal, a ocorrência ou não da sublimação independe dessa motivação (FREUD, 1914b:113).

A formação do ideal, ao elevar as exigências colocadas ao eu, oferece novos obstáculos à satisfação narcísica e, neste contexto, a sublimação se apresenta como uma das formas através da qual é possível obter a satisfação exigida pelo ideal. Contudo, ela não se impõe. Assim, quando a instância ideal aumenta as exigências ao eu exageradamente, ela acaba por favorecer o estabelecimento do recalque e não da sublimação (FREUD, 1914a).

Mellor-Picaut, em seu artigo *Idéalisation et sublimation* (1983), destaca que a partir do trabalho sobre o narcisismo a sublimação deixa de ser pensada exclusivamente como um destino pulsional para ser considerada, de forma mais ampla, um processo intrapulsional, tanto do ponto de vista topográfico quanto descritivo, e destaca:

A distinção entre libido do eu e libido de objeto é, então, o que determina as modalidades típicas da derivação sublimatória em direção a objetivos e objetos específicos; ela dá conta, no plano econômico, do *quantum* de descarga pulsional que pode atingir uma pulsão sublimada<sup>3</sup> (MELLOR-PICAUT, 1983:131). Minha tradução.

<sup>3</sup> Trecho original: “*La distinction entre libido du moi et libido d’object est alors ce qui conditionne les modalités topiques de la dérivation sublimatoire vers des buts et des objets*”

Assim, no texto sobre o narcisismo a atividade sublimatória é pela primeira vez descrita do ponto de vista metapsicológico. Ao mesmo tempo, segundo a autora, o trabalho de 1914 não traz maiores acréscimos à definição do conceito, pois apenas confirma a atividade sublimatória como o mecanismo no qual a meta original da pulsão, de ordem sexual, é trocada por outra, distanciada da primeira (MELLOR-PICAUT, 1983:134). Desta forma, mesmo com os novos esclarecimentos sobre seu funcionamento, a sublimação apenas permaneceu aproximada da idéia de um afastamento dos objetivos sexuais diretos, sem ser especificada em seu mecanismo. É neste sentido, inclusive, que Freud afirma: “*a tônica recai na deflexão da sexualidade*”<sup>4</sup> (FREUD, 1914a:111). Trata-se, ainda assim, de um artigo de extrema relevância para o estudo acerca da atividade sublimatória, uma vez que a hipótese do narcisismo e da diferenciação entre libido objetal e libido narcísica, bem como a aproximação entre a sublimação e as instâncias ideais são elementos essenciais à discussão proposta no artigo de 1923, *O ego e o id* (FREUD, 1923b), no qual o conceito de sublimação é efetivamente abordado de forma bastante original.

## 2.4

### **A sublimação no contexto da 2ª tópica: *O ego e o id e Mal-estar***

Em 1923, com a publicação de *O ego e o id* (FREUD, 1923b), o conceito de sublimação ganhou novos contornos teóricos, uma vez que seu mecanismo psíquico foi finalmente descrito e discutido de forma bastante específica. Neste texto, a atividade sublimatória foi apresentada no contexto da segunda tópica, se revelando, assim, um processo importante nas relações estabelecidas entre o eu, o isso e o supereu. Estas novas considerações a respeito da sublimação se fundamentam na proposta do narcisismo, a partir da qual a atividade sublimatória

---

*spécifiques; elle rend compte, sur le plan économique, du quantum de décharge pulsionelle que peut atteindre une pulsion sublimée*” (MELLOR-PICAUT, 1983:131).

<sup>4</sup> Ainda no trabalho de 1914, em um comentário crítico à publicação em que Jung questiona a teoria da libido proposta por Freud, há uma breve menção à sublimação, na qual esta é proposta como um mecanismo através do qual afasta-se inteiramente o interesse sexual por seres humanos “(mas só no sentido popular da palavra ‘sexual’)” (FREUD, 1914:97), sublimando-o em interesses religiosos ou mesmo ligados à natureza e a animais. Aqui, portanto, a atividade sublimatória é mais uma vez enfatizada como um desvio com relação à satisfação sexual direta, mantendo sua pertinência ao campo do sexual.

foi articulada com as categorias conceituais de dessexualização da libido, identificação e desfusão pulsional.

A rigor, a idéia de uma dessexualização está ligada à noção de sublimação desde suas primeiras utilizações em psicanálise (FREUD, 1950b[1892-1899]; 1905a[1901]; 1905b; 1908a; 1908b). Afinal, trata-se de um desvio da pulsão de um alvo sexual para alvos não sexuais e, portanto, parece apropriado destacar a perda do caráter sexual da pulsão - ou ao menos de seus objetivos (FERRAZ, 2000) - durante este processo. No entanto, a emergência da segunda tópica permitiu um maior desenvolvimento da idéia de dessexualização da libido, oferecendo novos elementos que ajudam a compreender a perda do caráter sexual estrito que se observa nas pulsões sublimadas. Neste sentido, em 1923, a dessexualização é apresentada como característica das formas de relação estabelecidas entre o eu e o isso:

Quando o ego assume as características do objeto [pela identificação], ele está forçando-se, por assim dizer, ao id como um objeto de amor e tentando compensar a perda do id dizendo: ‘Olha, você também pode me amar; sou semelhante ao objeto’. A transformação da libido do objeto em libido narcísica, que assim se efetua, obviamente implica um abandono de objetivos sexuais, uma dessexualização – uma espécie de sublimação, portanto. (FREUD, 1923b:44)

O modelo que havia sido apresentado em *Luto e melancolia* (FREUD, 1917[1915]) é, então, utilizado para descrever as relações estabelecidas entre o eu e o isso. Assim, o eu pode obter certo controle sobre o isso colocando-se no lugar do objeto desejado, através de identificações e esta volta da libido sobre o próprio eu promoveria uma dessexualização. Com isso, utilizando elementos já apresentados nos textos de 1914 e 1917, Freud supõe que, a partir do momento em que a libido passa a tomar o próprio eu, identificado com o objeto, como objeto de investimento, verifica-se transformação dos objetivos da pulsão em alvos não sexuais, uma renúncia das metas sexuais diretas ou, em outras palavras, uma dessexualização - aqui considerada como uma sublimação (FREUD, 1923b). Surge, então, a questão de saber se esta via pela qual se dá a mudança do alvo pulsional, que passa de libido objetal a libido narcísica graças à ação do eu no processo de identificação não seria o “*caminho universal à sublimação*” (FREUD, 1923b:44). Ao mesmo tempo, Freud também alerta para a possibilidade de esta

mudança da libido objetal em libido narcísica realizada pela instância egóica “*ocasionar uma desfusão dos diversos instintos que se acham fundidos*” (FREUD, 1923b:45).

Mais adiante no texto, a sublimação volta a ser abordada nas considerações a respeito das relações estabelecidas entre as instâncias psíquicas e as pulsões de vida e de morte. É então apresentada a hipótese de haver uma energia neutra e deslocável, passível de ser utilizada em diferentes investimentos psíquicos, sejam eles de origem erótica ou destrutiva. Esta energia seria procedente do estoque narcísico de libido, ou seja, seria “*Eros dessexualizado*” (FREUD, 1923b:60) e, apesar de ter sofrido uma dessexualização, isto é, de ter sido dirigida ao eu através das identificações, permaneceria compreendida no domínio da pulsão de vida:

Se essa energia deslocável é libido dessexualizada, ela também pode ser descrita como energia sublimada, pois ainda reteria a finalidade principal de Eros – a de unir e ligar – na medida em que auxilia no sentido de estabelecer a unidade ou a tendência à unidade, que é particularmente característica do ego. (FREUD, 1923b:61)

Apesar de a energia sublimada ser tão claramente associada a Eros, o processo que leva à dessexualização da libido coloca um impasse na relação do eu com as pulsões de vida e de morte. Isso porque, ao tentar estabelecer algum controle sobre o isso através das identificações, o eu alinha-se aos objetivos da pulsão de morte, uma vez que “*apoderando-se assim das catexias de objeto, erigindo-se em objeto amoroso único, e dessexualizando ou sublimando a libido do id, o ego está trabalhando em oposição aos objetivos de Eros*” (FREUD, 1923b:61). A hipótese de a atividade sublimatória acarretar uma desfusão das pulsões é, então, retomada e se revela estreitamente associada ao funcionamento egóico.

Mellor-Picaut (1983) destaca que em *O ego e o id* (FREUD, 1923b) são descritas duas operações paralelas que estariam ligadas à atividade sublimatória: uma delas seria a transformação da libido objetal em libido narcísica, enquanto a outra seria a sublimação propriamente dita (MELLOR-PICAUT, 1983:135). Contudo, estes processos são apresentados de forma tão articulada que, em certa medida, se torna difícil compreender os limites entre eles. Assim, verifica-se que a transformação que leva à narcicização da libido implica uma “espécie de

sublimação” (FREUD, 1923b:44), ao mesmo tempo em que, para ocorrer, a sublimação precisa que a transformação da libido objetal em libido narcísica tenha sido efetuada anteriormente, de forma que a pulsão, tendo abandonado seus investimentos objetais, esteja agora ligada ao eu e disponível para ser sublimada (MELLOR-PICAUT, 1983:135). O impasse teórico daí resultante só pode ser esclarecido uma vez que se considere que, em última análise, estão em jogo dois usos distintos da noção de sublimação (MELLOR-PICAUT, 1983:135). O primeiro deles seria um emprego menos rigoroso do termo, no qual se enfatiza o abandono das metas sexuais da pulsão, permitindo aproximar imediatamente as noções de dessexualização e sublimação. É neste sentido, inclusive, que a idéia de sublimação é evocada tanto na descrição das relações entre o eu e o isso quanto na proposta de uma energia neutra, “sublimada”: trata-se, essencialmente, de uma perda do componente sexual próprio dos investimentos objetais da libido.

Já na segunda forma de se pensar, a sublimação é tomada em sua especificidade enquanto processo psíquico, considerando o mecanismo que possibilita sua realização e a busca por novos objetos para as pulsões sublimadas. Assim, é esta segunda forma de aplicação do termo que estaria em questão quando Freud indaga “*se toda a sublimação não se efetua através da mediação do ego, que começa por transformar a libido objetal sexual em libido narcísica e, depois talvez, passa a fornecer-lhe outro objetivo*” (FREUD, 1923b:44). Desta forma, considerada em sua particularidade, a sublimação se revela estreitamente vinculada à identificação que, por sua vez, é o mecanismo que permite que as pulsões sublimadas se liguem, primeiramente, ao eu para, posteriormente, se ligarem a outros objetos (MELLOR-PICAUT, 1983:135). Mellor-Picaut (1983) então sugere que é precisamente esta associação à identificação que, em 1923, confere à sublimação uma especificidade teórica, permitindo uma descrição deste processo em mais detalhes, como não havia sido possível anteriormente:

A fonte pulsional é constituída pela libido do eu, o objeto se liga aos objetos de identificação no eu e a meta é dessexualizada uma vez que o ‘*être comme*’ substitui as moções primitivas de amor (MELLOR-PICAUT, 1983:135)<sup>5</sup>. Minha tradução.

<sup>5</sup> Trecho original: “*La source pulsionelle est constituée par la libido du Moi, l’objet se rattache aux objets d’identification à l’intérieur du Moi et le but est bien dessexualisé puisque le ‘être comme’ est venu remplacer la motion primitive d’amour*” (MELLOR-PICAUT, 1983:135).

O processo que leva à sublimação requer uma transformação da libido objetal em libido narcísica, o que se faz possível através da identificação realizada pelo eu. É justamente esta ênfase na identificação que aponta para a relevância da des fusão já que *“quando uma transformação desse tipo se efetua, ocorre ao mesmo tempo uma des fusão instintual”* (FREUD, 1923b:71). Assim, uma vez confirmada a importância da ação do eu e do mecanismo de identificação no processo de sublimatório, ganha evidência também a possibilidade de a sublimação implicar uma des fusão pulsional, visto que após ser sublimado, o componente erótico da pulsão já não teria força para manter-se atrelado à agressividade que antes estava ligada a ele.

Os desdobramentos dados à des fusão pulsional ocasionada pela sublimação encontram-se, por sua vez, estreitamente vinculados à atividade do eu:

Para com as duas classes de instintos, a atitude do ego não é imparcial. Mediante seu trabalho de identificação e sublimação, ele ajuda os instintos de morte do id a obterem controle sobre a libido, mas assim procedendo, corre o risco de tornar-se objeto dos instintos de morte e de ele próprio perecer. A fim de poder ajudar desta maneira, ele teve que acumular libido dentro de si; tornar-se assim o representante de Eros e, doravante, quer viver e ser amado. (FREUD, 1923b:73)

Segundo Pereira (2000a), destaca-se, assim, que a capacidade de sublimação mantém uma estreita vinculação com as dimensões do eu. Neste sentido, quanto mais ampliado e consistente for o eu, mais libido ele terá disponível para ligar excedentes pulsionais que se desintrincam com a sublimação (PEREIRA, 2000a:115). Em outras palavras, uma vez estabelecida a atividade sublimatória, será a dimensão egóica o elemento que determinará os destinos tomados pelas pulsões desfusionadas neste processo. Neste sentido, podemos compreender que uma organização egóica consistente em sua estrutura será capaz de realizar a atividade sublimatória da forma mais desejada, ligando os excedentes pulsionais desintrincados e encaminhando-os a novas metas culturais. De outro modo, se for excessivamente ameaçado pela crueldade do supereu ou mesmo pela intensidade das moções do isso que tenta controlar, o eu será diminuído em suas dimensões, precisando escapar aos ataques e, por isso, estaria menos disponível para oferecer novos destinos às pulsões (PEREIRA, 2000a:115).



Assim, em 1923 o funcionamento do mecanismo sublimatório é descrito de forma detalhada, sendo vinculado às identificações e, conseqüentemente, à possibilidade de uma des fusão pulsional. Frente à desintrincação das pulsões após a sublimação, portanto, caberia à instância egóica o destino das pulsões agora desfusionadas. Neste sentido, fica claro que “*o processo de sublimação mostra-se como possuindo um ténue equilíbrio*” (PEREIRA, 2000a:116), sendo o eu um elemento fundamental na manutenção deste balanceamento.

## 2.5

### **Sublimação, uma forma de proteção contra o desamparo**

Uma das últimas reflexões mais extensas oferecidas por Freud a respeito da sublimação está presente em *O mal-estar da civilização* (FREUD, 1930[1929]), no qual a discussão a respeito deste destino pulsional privilegia a esfera cultural. É nesta perspectiva, portanto, que Freud (1930[1929]) destaca a sublimação como uma das técnicas das quais a humanidade poderia dispor para minimizar o inevitável sofrimento causado pelo mundo externo. Através da possibilidade de reorientação da libido de seus objetivos iniciais para outros mais adequados à vida comunitária, isto é, através da sublimação, os homens teriam inventado formas de domínio das forças da natureza, o que lhes garantiria certo controle sobre uma das maiores fontes de seus infortúnios (FREUD, 1930[1929]:98). Assim, a necessidade de realização de atividades que assegurassem proteção contra o ambiente externo teria consolidado o trabalho, viabilizado pela sublimação, como um dos pilares da civilização (FREUD, 1930[1929]:121). Contribuindo desta maneira para a constituição das comunidades, a sublimação seria o mecanismo que tornaria possível o desenvolvimento de atividades culturais superiores, tais como a arte, a ciência e a religião (FREUD, 1930[1929]:118)<sup>6</sup>.

Estas observações apresentadas em 1930, ainda que se desenvolvam no bojo de uma reflexão acerca da cultura, também encontram na metapsicologia seus

---

<sup>6</sup> Não obstante esta ratificação do caráter positivo da sublimação para a organização subjetiva e também para esfera da sociedade, Freud (1930) volta a destacar as limitações da atividade sublimatória, como já assinalado em trabalhos anteriores (GARCIA, 1998). Neste sentido, apesar de se apresentar como uma técnica eficaz para afastar certo tipo de sofrimento, este mecanismo não asseguraria o alcance da felicidade, em primeiro lugar, porque não estaria amplamente disponível a todas as pessoas e, principalmente, porque sua intensidade seria muito ténue se comparada à satisfação sexual direta (FREUD, 1930: 98-99).

aportes fundamentais, mais especificamente no conceito de desamparo (GARCIA, 1998). Em última análise, pode-se dizer que a sugerida articulação entre sublimação e organização civilizatória se justifica a partir da postulação freudiana de uma condição de desamparo originária e inerente ao ser humano. A aproximação entre estes conceitos pode parecer pouco óbvia, uma vez que, enquanto a sublimação nos remete a uma atividade psíquica bastante sofisticada, o desamparo necessariamente se associa a aspectos mais primitivos da subjetividade (PEREIRA, 2000b:117). Contudo, de fato, estes dois elementos se encontram intimamente relacionados.

A idéia de um desamparo inicial assinalada por Freud faz referência a experiências muito precoces, nas quais o bebê nada pode fazer para aplacar o aumento das excitações causado por necessidades, ficando, portanto, desamparado e dependendo da ação de um cuidador (FREUD, 1926[1925]). Assim, em sua condição desamparada, o bebê tem no outro sua única possibilidade de alcançar a satisfação. Desta forma, é possível afirmar que “*o desamparo possibilita a constituição da dialética da alteridade: é essa situação inicial que abre, obrigatoriamente, a via do prazer para a existência do outro*” (PEREIRA, 2000b:120). Diante disso, a presença do outro passa a ser reconhecida em sua importância, precisando, assim, ser preservada, a fim de evitar o restabelecimento do estado de desamparo original.

Mesmo posteriormente, ao longo da existência, as vivências de desamparo são caracterizadas por situações em que se verifica um acréscimo do afluxo de excitações que chegam ao psiquismo e que não podem ser dominadas pelo sujeito, remetendo justamente às experiências iniciais de sua vida (FREUD, 1926[1925]). Neste sentido, portanto, o desamparo psíquico se configuraria como “*um símile natural [do] desamparo biológico*” (FREUD, 1926[1925]:162). O desamparo, assim, se confirma como uma condição inerente à humanidade, que ultrapassa ao período da infância, tangenciando toda a duração da vida. Estando vinculada às primeiras experiências de satisfação, nas quais a tensão interna provocada pela necessidade só pode ser aliviada pela intervenção de um cuidador (FREUD, 1950c[1895]), a condição de desamparo confirma, então, a importância da existência próxima do outro.

Neste contexto, a livre satisfação das moções pulsionais - sejam elas de origem agressiva ou mesmo amorosa - revela-se como uma concreta ameaça à existência do outro e, por esta razão, precisa ser renunciada. Assim, ao introduzir o sujeito na dialética da intersubjetividade, o desamparo impõe a necessidade de frustração dos objetivos iniciais da pulsão (PEREIRA, 2000b:121). É neste momento, então, que a sublimação se apresenta como um destino pulsional bastante favorável, uma vez que oferece uma via alternativa de satisfação da pulsão que não se constitui como uma ameaça ao objeto. Esta proposta confirma o que fora apresentado por Freud já desde 1905 (FREUD, 1905b), quando a sublimação foi destacada como um destino alternativo à livre manifestação das pulsões e ao recalque, além de ratificar também os fundamentos do texto de 1908, em que o mecanismo sublimatório é reconhecido em sua importância para a construção civilizatória (FREUD, 1908b) e, portanto, para a convivência com o outro.

Assim, frente à condição de desamparo, a construção da cultura se revela indispensável para a existência humana, tendo a sublimação um importante papel neste processo. Neste sentido, Garcia (1998) explicita:

Portanto, se o humano, imerso na condição de desamparo, só pode ser pensado no âmbito da cultura, por outro lado esta só pode ser entendida como produção sublimatória dos sujeitos, enquanto resposta singular de cada um frente aos impasses apresentados por sua condição primordial de desamparo, condição inevitavelmente social desde que para sua existência psíquica e sobrevivência física, o sujeito humano depende inexoravelmente e desde o início, do outro (GARCIA, 1998 :79).

Podemos observar, então, que em 1930 a sublimação se confirma como mecanismo que viabiliza a edificação da cultura e das comunidades humanas, assegurando a existência próxima do outro e, desta forma, se apresenta como um interessante mecanismo no confronto com a situação original de desamparo (GARCIA, 1998). Neste sentido, Garcia (1998) destaca que apesar de a vida civilizada impor inegáveis prejuízos aos sujeitos, “*ela também se constitui na resposta mais poderosa frente ao destino*” (GARCIA, 1998:81). A participação na mediação da relação com o outro e, conseqüentemente, na produção da cultura, amplia, assim, o caráter protetor que pode assumir a sublimação, especialmente no que diz respeito ao desamparo.

A partir disso, propomos agora examinar o contexto em que se desenvolve o trabalho atualmente, a fim de investigar como se dá a ação da sublimação nesta que é uma das áreas de destaque da sociedade contemporânea. Com base nas proposições da psicanálise acerca da sublimação e de sua articulação com o trabalho, no cenário atual o trabalho deveria se apresentar como uma atividade caracterizada por seu caráter assexual, por sua relevância social, bem como pela possibilidade de se constituir como uma forma de proteção aos sujeitos, inclusive, frente à condição de desamparo. Contudo, a experiência subjetiva do trabalho parece por em questão alguns destes pressupostos.

### 3

## As transformações sociais do trabalho

A língua portuguesa, em sua norma culta, reserva ao termo “trabalho” diversas possibilidades de aplicação, sem que isso, no entanto, leve a variações radicais no sentido da palavra. Expressões como “trabalho de parto”, “trabalho acadêmico”, “trabalho voluntário”, “trabalho do sonho”, “trabalho escravo”, embora apontem para significados muito distintos entre si, apresentam em comum o uso do vocábulo “trabalho” enquanto atividade - ou produto de uma atividade - que conjuga esforços para um determinado fim (FERREIRA, 1993). Trata-se, portanto, de uma definição bastante abrangente e pouco precisa, corroborada pela etimologia da palavra “trabalho”, cujos fundamentos são também bastante amplos. Isso porque, apesar de semelhantes em suas origens, também as línguas indo-européias garantem à idéia de trabalho sutis e relevantes variações de sentido:

[**Trabalho**] Tudo leva a crer que não exista uma raiz indo-européia comum e que cada um dos troncos ou ramos ou língua indo-europeus desenvolveu, já isoladamente, já em pares (...), o conceito. Este se associa ora a uma noção de ‘ação’, ora à de ‘produto’, ora à de ‘sofrimento, padecimento’, ora à de ‘peso, carga’ (ENCICLOPÉDIA MIRADOR, 1983:10963).

Neste sentido, o latim, língua da família indo-européia, traz já no étimo “labor” múltiplos significados, dentre os quais “obra”, “fadiga”, “projeto”, “cuidado”, “empenho”, “sofrimento”. A palavra “trabalho”, no entanto, só se estabeleceu nas línguas românicas posteriormente, derivando originalmente da palavra “tripalium” - um instrumento de tortura utilizado com escravos rebeldes (CHAUÍ, 2000). A partir desta primeira significação associada à súplica, outras associações semânticas foram estabelecidas, ajudando a tecer o conceito de “trabalho” que hoje encontramos: “*da idéia de ‘sofrer’, passou-se para a de ‘esforçar-se’ para chegar-se à de ‘laborar, obrar’*” (ENCICLOPÉDIA MIRADOR, 1983:10926). Assim, a partir desta transformação de significados associados à palavra “trabalho”, hoje os dicionários de língua portuguesa admitem que “trabalho” e “labor” sejam empregados como sinônimos em determinadas situações (FERREIRA, 1993).

Este processo de formação etimológica do vocábulo não se refere a uma questão exclusivamente de linguagem. Se tantas e tão diversificadas significações podem ser hoje atribuídas à palavra trabalho é porque, ao longo da história, muitas transformações ocorreram, não apenas nos usos da linguagem, mas principalmente nas práticas e condutas sociais ligadas a esta atividade trabalho (CHAUÍ, 2000). Neste sentido, em seu livro *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário* (CASTEL, 1995), Castel destaca:

Não penso aqui o trabalho enquanto relação técnica de produção, mas como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” um indivíduo diante dos acasos da existência (CASTEL, 1995).

Assim, se considerarmos o papel do trabalho nas organizações sociais da Antigüidade, da Idade Média e da Modernidade fica evidente como este assumiu diferentes representações, ora sendo relacionado à exclusão social – como no caso de escravos e servos -, ora figurando como elemento fundamental à integração social – principalmente a partir do período moderno (GORZ, 1988; CASTEL, 1995; CHAUÍ, 2000).

### **3.1 Da Antigüidade à Modernidade: transformações no mundo do trabalho**

Na Antigüidade, o trabalho, enquanto conjunto de atividades que garantiam a subsistência e a satisfação de necessidades, era uma ocupação de servos, excluídos da cidadania. As mulheres e os escravos, responsáveis pelo trabalho, eram considerados assujeitados por se dobrarem à necessidade, não usufruindo de liberdade e demonstrando, assim, seu espírito servil (GORZ, 1988). Nesta perspectiva, o trabalho era realizado na esfera privada, no âmbito da família, regido exatamente pelas necessidades da subsistência e da reprodução. Na esfera pública, por outro lado, davam-se as atividades da *polis*, onde o ócio era visto como um valor indispensável à vida livre e feliz, à prática da política, ao cultivo do espírito e aos cuidados com o corpo (CHAUÍ, 2000). Gorz (1988) explicita a

articulação entre as atividades concernentes ao público e ao privado, afirmando que:

...os lares deveriam ‘assumir as necessidades da vida’ para que a *polis* pudesse ser o campo da liberdade, isto é, da busca desinteressada do bem público e da vida boa (GORZ, 1988:23).

Desta forma, o trabalho, longe de atribuir uma identidade social ao homem, pertencia à esfera do privado e excluía da esfera pública aqueles que o realizavam, compreendendo os trabalhadores como degradados socialmente.

A idéia do trabalho como desonra para aqueles que o realizam, no entanto, não ficou restrita às civilizações escravagistas antigas, aparecendo também “*em quase todos os mitos que narram a origem das sociedades humanas como efeito de um crime cuja punição será a necessidade de trabalhar para viver*” (CHAUÍ, 2000:11). A própria tradição judaico-cristã, em seu discurso sobre a gênese da humanidade, proclama o trabalho como condenação dada ao primeiro homem pela justiça divina. Expulsos do ócio feliz do Paraíso, os homens passam a ser submetidos à obrigação de trabalhar. Da mesma forma, a preguiça, símbolo maior da oposição ao trabalho, afirma-se como pecado capital na cultura católica (CHAUÍ, 2000).

Durante a Idade Média, a produção de bens de consumo e a execução de serviços ligados à subsistência - a *labuta* - eram ainda realizadas por servos, além de trabalhadores por jornada, os únicos pagos por seu trabalho que, a cada dia, precisava ser realizado novamente. Tratava-se de homens que compravam “*a subsistência quotidiana com o trabalho de suas mãos sem que nada lhes [restasse] depois de comerem*” (CASTEL, 1995:104). Já os artesãos eram responsáveis pela produção de artigos mais duradouros e que, muitas vezes, permaneciam nas famílias como legado. Por isso, considerava-se que “*não ‘trabalhavam’, mas ‘realizavam obras’ nas quais podiam utilizar o ‘trabalho’ de homens de labuta chamados a cumprir tarefas mais penosas*” (GORZ, 1988:24). Os artesãos, assim, eram pagos por suas “obras” e estavam respaldados por organizações - as corporações e as guildas - que reuniam e asseguravam a realização destas práticas. Por outro lado, as classes dominantes da sociedade permaneciam isentas da realização de atividades laboriosas, o que, longe de negar a obrigação do trabalho, a reforçava. A isenção do trabalho manual era um “*privilégio por excelência*”

(CASTEL, 1995:226) e, por esta razão, a obrigação de trabalhar permanecia irrevogável para aqueles pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, que mantinham com os privilegiados laços de dependência que se configuravam com uma espécie de dívida social (CASTEL, 1995). O trabalho, assim, permanecia associado aos setores menos honrosos da sociedade, embora já não se apresentasse como uma forma de degradação social nos moldes da Antiguidade.

No período medieval, portanto, a produção material, ainda que já estivesse associada a alguma circulação de dinheiro, mais do que uma forma de ganho ou acúmulo de capital, era fundamentalmente um modo de vida, atravessado por tradições e ainda realizado na esfera exclusivamente privada (GORZ, 1988). Mais do que uma obrigação econômica, o trabalho era uma obrigação moral, uma forma de prevenir a ociosidade e os vícios a ela associados (CASTEL, 1995):

Não que o valor econômico do trabalho seja nulo, dado que representa o meio necessário para suprir as necessidades de todos os que não são socialmente dotados, (...). Porém, tal utilidade econômica não é identificada como uma dimensão autônoma do trabalho. A necessidade do trabalho está inscrita num complexo que se poderia chamar de *antropológico* – indissociavelmente moral, social e econômico – que define a condição popular em sua oposição às condições privilegiadas (CASTEL, 1995:228).

A racionalidade econômica só se apropriou do trabalho, enxergando nele uma forma de obtenção de lucro, com o início da Modernidade, momento em que Max Weber (1904) identifica a emergência do que denominou “espírito do capitalismo” e que trouxe uma série de transformações definitivas para a sociedade ocidental, inclusive para o lugar social do trabalho (GORZ, 1988; WEBER, 1904). Naquele momento, o horror e a indignação que o caracterizavam até o início do período medieval se converteram em seu contrário, isto é, em elogio e virtude (CHAUÍ, 2000). No entanto, vale destacar que mesmo na fase inicial do período moderno, ainda que mais investido de um caráter econômico, o trabalho emergia envolto em um modelo disciplinar bastante rigoroso e, por isso, uma mudança mais acentuada em seu papel social ainda levaria alguns séculos para se consolidar (CASTEL, 1995).

O livro *A ética protestante e o espírito de capitalismo* (WEBER, 1904) traz algumas contribuições relevantes para a compreensão das primeiras etapas desta transformação que marcou o início da Modernidade. Dentre elas, Weber propõe



que a articulação por afinidade entre a Reforma Protestante e a capitalismo moderno - dois fenômenos independentes em suas raízes - contribuiu para consolidação da posição do trabalho como virtude (WEBER, 1904; CHAUI, 2000). Isso porque, apesar de “*capitalismo e mercadoria [existirem] em todo tempo e em toda parte (desde que houvesse produção de excedentes)*” (CHAUI, 2000:13), a especificidade da racionalidade moderna que passou a reger a relação entre estes elementos se deve, em grande medida, ao vínculo estabelecido com o ascetismo moral protestante, em particular, com o puritanismo inglês.

De acordo com a ética protestante, o trabalho em si deveria ser a finalidade da vida, já que se constituía como uma técnica eficaz para alcançar o ascetismo, afastando todas as tentações que constituiriam uma vida impura, além de também combater as dúvidas religiosas e a indignidade moral (WEBER, 1904). Assim, ao contrário do que se verificava no período medieval, o trabalho agora se afirmava como um mandamento incondicional. Através da noção de “vocação”, a ética protestante afirmava que os homens eram convocados por Deus a realizar o seu trabalho, independentemente de sua condição social:

Mesmo o rico não deve comer sem trabalhar, pois, mesmo que não precise disso para sustentar suas próprias necessidades, há o mandamento de Deus a que tanto ele quanto o pobre deve obedecer. Para todos, sem exceção, a Providência divina reservou uma vocação que deve ser reconhecida e exercida (WEBER, 1904:123)

Em relação aos interesses econômicos privados, o puritanismo apresentava reservava algumas particularidades que não eram observáveis de maneira tão clara na cultura protestante como um todo. Utilizando interpretações pragmáticas, o discurso puritano supunha que os propósitos de algumas organizações sociais que emergiam na época - especificamente a divisão do trabalho - deveriam ser reconhecidos pelos ganhos coletivos trazidos: possibilitando a melhora quantitativa e qualitativa da produção, estas organizações contribuiriam para o “*bem comum, que é idêntico ao bem no maior número possível*” (WEBER, 1904:126). Neste sentido, percebemos o quanto a lógica protestante, em seu compromisso com a realização da vontade de Deus - compreendida como sendo a busca pelo benefício da comunidade -, abria espaço para a associação entre o trabalho e a racionalidade econômica da época, marcada pelo liberalismo e pelo utilitarismo, expressos na obra de autores como Adam Smith (WEBER, 1904).

Apesar das afinidades presentes em suas práticas, as perspectivas econômica e espiritual conservavam suas características próprias, que não deixavam esquecer suas origens tão distintas. Assim, o elemento fundamental para a ética puritana era a vocação do homem para o trabalho, mais do que o trabalho em si. Segundo Weber, *“fora da vocação bem definida, as realizações do homem são apenas casuais e irregulares, e ele gasta mais tempo no ócio do que no trabalho”* (WEBER, 1904:126). A vocação seria, em última análise, o que asseguraria o ascetismo moral através do trabalho e, por isso, sua utilidade deveria ser avaliada primeiramente em termos morais, depois em termos de benefícios gerados por ela para a comunidade e, enfim, em termos práticos, isto é, pelo critério da lucratividade. Fica claro, assim, que, ao contrário da tradição religiosa anterior à Reforma Protestante, o puritanismo não condenava a riqueza e o acúmulo de bens, desde que estes viessem como o cumprimento de uma vontade divina, isto é, em prol da comunidade, e sem se constituir como uma tentação ao gozo da vida no ócio:

Se Deus te mostra um caminho pelo qual possas, legalmente, obter mais que outro (sem dano para tua alma ou para a de outrem), e se o recusares e escolheres o de menor ganho, estarás em conflito com uma das finalidades de tua vocação e estarás recusando ser servo de Deus e aceitar Suas dádivas e usá-las para Ele, quando Ele assim o quer: poder trabalhar para ser rico para Deus e não para a carne e para o pecado (BAXTER, *apud* WEBER, 1904:127).

Com isso, Weber destaca que a significação ascética da vocação, assim como a interpretação do lucro em sua relação com o divino, justificaram em grande medida as modernas organizações sociais e as atividades dos homens de negócio (WEBER, 1904). O desenvolvimento eficaz da divisão social do trabalho, neste sentido, seria justamente um dos principais legados da afinidade entre estas duas lógicas próprias da Modernidade.

Contudo, Weber (1904) destaca que o passo seguinte à articulação das afinidades entre o puritanismo e o capitalismo foi justamente o esmaecimento do espírito do primeiro para dar lugar ao pragmatismo desencarnado do segundo. Quando o ascetismo protestante penetrou nas práticas cotidianas constituindo uma “moralidade laica”, contribuiu imensamente para a formação da moderna ordem econômica, ligada à técnica, à produção e aos bens materiais, que adquiria um

poder autônomo cada vez maior sobre os homens. Assim, “*o capitalismo vitorioso, uma vez que repousa em fundamentos mecânicos, não mais precisa de seu suporte*” (WEBER, 1904:140) e, por isso, pôde dispensar de seu funcionamento o espírito ascético religioso. Conseqüentemente, o autor constata:

...o cuidado para com os bens materiais deveria repousar sobre ‘os ombros do santo como um leve manto, que pode ser atirado de lado a qualquer momento’. Mas o destino quis que o manto se tornasse uma prisão de ferro (WEBER, 1904:140).

Esta gradual dissociação do trabalho em relação aos imperativos morais e religiosos apontada por Weber deu início a um novo momento da história ocidental no qual, pela primeira vez, o trabalho poderia (e deveria) se desenvolver “livremente” (CASTEL, 1995). Tratava-se do advento do liberalismo que forjou a construção de uma nova significação para a necessidade à qual o trabalho estava submetido: a “*necessidade de liberdade de trabalho*” (CASTEL, 1995:232).

Em 1776, em *A riqueza das nações*, Adam Smith, um dos principais teóricos do liberalismo econômico, consolidou o trabalho como a real medida do valor de troca de um produto (CASTEL, 1995). Com relação a isso, Robert Castel (1995) destaca que, embora ainda não seja uma afirmação radical como a que Marx faria mais tarde ao dizer que o trabalho constitui o valor de todo o produto, Smith certamente assegurou uma nova maneira de se conceber o trabalho. É verdade que o objetivo principal de suas obras não era refletir sobre questões ligadas ao trabalho, mas fundar a existência de um mercado no qual pudesse ocorrer a livre circulação de mercadorias e a acumulação de riquezas (CASTEL, 1995). Para isso, no entanto, era preciso que “*os produtos do trabalho aí [fossem] trocados em função de seu custo*” (CASTEL, 1995:231), o que exigia certo equilíbrio entre as partes envolvidas nesta relação. Em outras palavras, a liberdade de trocas pressupunha a liberdade do trabalho e, por esta razão, Smith defendia este novo estatuto social para o trabalho.

Se com o liberalismo econômico surgido na Modernidade o trabalho se desvinculou de qualquer fundamentação moral ou religiosa, este mesmo movimento o inscreveu radicalmente na racionalidade econômica. Desta forma, o trabalho, para assegurar seu novo lugar na sociedade, passou a agregar uma série de características com as quais, até então, não mantinha relações estreitas (GORZ, 1988). A primeira delas refere-se ao fato de que, uma vez definido pela

racionalidade econômica, a finalidade do trabalho passou a ser a troca em mercado livre e, por esta razão, o trabalho para consumo próprio perdeu seu valor frente à dimensão coletiva da sociedade (GORZ, 1988):

O trabalho para si mesmo permanece refratário, por princípio, à racionalidade econômica. De fato, ele não possui e nem pode possuir nenhum valor de troca; só possui valor de uso e só possui valor na esfera privada em que é realizado (GORZ, 1988:110).

Este princípio foi estabelecido também por Adam Smith, em 1776, que definiu como “improdutivo” o trabalho que não gerasse algo que pudesse comprar a mesma quantidade de trabalho que empregava. O trabalho era, assim, separado definitivamente da esfera da necessidade e “*a paixão racionalizadora autonomizava-se frente a qualquer outro fim*” (GORZ, 1988:113).

Para que a empreitada liberal alcançasse êxito, era preciso, portanto, que todo o trabalho fosse rigorosamente calculado e contabilizado, a fim de minimizar qualquer risco. O esforço para que estas medições fossem possíveis se deu através da “*organização científica do trabalho*” (GORZ, 1988:29). Com este recurso, as medidas quantitativas passaram a mensurar o trabalho, objetivando e tornando absolutos valores como a eficácia, o esforço e o sucesso, todos ligados à riqueza acumulada (GORZ, 1988).

A racionalização econômica do trabalho afirmou-se, portanto, gradativamente, como “*uma revolução, uma subversão do modo de vida, dos valores, das relações e das relações com a natureza, uma invenção no sentido pleno do termo*” (GORZ, 1988:30). Em seu extremo, na busca por lidar exclusivamente com grandezas materiais, esta lógica econômica precisava que, além do trabalho em si, também o trabalhador fosse, de alguma maneira, medido. Este, portanto, deveria entrar no processo produtivo despojado de sua personalidade e de sua singularidade, sendo apenas “*força de trabalho*” (GORZ, 1988:30).

Assim, no bojo desta organização racional do trabalho (CASTEL, 1995), a relação salarial sofreu profundas transformações. Com o gradual aumento da significação econômica do trabalho, foram sendo constituídos os novos contornos da condição de assalariado que, aos poucos, foi se revelando um dos pilares fundamentais da chamada “*civilização do trabalho*” (CASTEL, 1995:593) erguida

na Modernidade. Junto à questão econômica, também os princípios iluministas, em especial, o advento do individualismo, foram determinantes para a transformação das relações sociais associadas ao trabalho naquele momento. No entanto, as raízes da moderna relação salarial não estavam fincadas apenas no efervescente contexto da Modernidade, mas também em épocas anteriores, que embora, a rigor, nada tivessem em comum com o que posteriormente se definiu como a condição de assalariado, já evidenciavam nas relações de trabalho características que seriam observáveis mesmo séculos depois (CASTEL, 1995:145-146). Esta conjugação de aspectos inéditos e históricos evidencia, por sua vez, a dimensão paradoxal própria da moderna condição social conferida aos assalariados.

Neste sentido, de fato, a constituição da relação salarial da Modernidade se fundamentava em condições bastante específicas, entre elas:

...a possibilidade de circunscrever o conjunto da população ativa; uma enumeração rigorosa dos diferentes tipos de emprego e a clarificação de categorias ambíguas de emprego, como o trabalho a domicílio ou os trabalhos agrícolas; uma delimitação firme dos tempos de atividade opostos aos períodos de inatividade; a contagem exata do tempo de trabalho, etc. (CASTEL, 1995:145).

Tais aspectos foram paulatinamente se estabelecendo na sociedade desde o início da Modernidade e, com isso, foram aos poucos colaborando para a definição dos moldes condição de assalariado daquele momento. Este processo, entretanto, não foi simples ou linear, tendo envolvido sofrimentos e lutas que tiveram como maior conquista transformações nas legislações e regulamentos essenciais para assegurar um novo lugar social aos trabalhadores (CASTEL, 1995:593). A modernização das relações de trabalho, portanto, conseguiu produzir um estatuto social aos trabalhadores que, em muitos aspectos, revelou-se inédito. Com a Modernidade, pela primeira vez, o trabalho foi capaz de assegurar aos indivíduos uma identidade social qualificada por determinadas vantagens e formas de proteção. Contudo, as garantias e direitos, bem como o acesso ao consumo assegurado por esta nova sociedade salarial marcada pela racionalidade econômica, podem paradoxalmente, ser entendidas como formas de compensação pela subordinação ao trabalho que, apesar de ter perdido seus traços mais arcaicos,

manteve-se, ao menos em parte, ainda como compulsório e imposto, tal como em outros períodos da história. (CASTEL, 1995:594)

Foram certamente as idéias de Karl Marx que constituíram a mais relevante forma de repúdio à radicalização da racionalidade econômica que passou a reger o trabalho a partir do século XVIII. Marx supunha que o trabalho, em uma definição mais ampla do que aquela que lhe reservava o capitalismo moderno, era uma das dimensões mais elementares do humano, pois através dele satisfazemos necessidades e exteriorizamos capacidades (CHAUÍ, 2000). Por esta razão, Marx entendia como “alienado” o trabalho desenvolvido nos moldes capitalistas que desconsidera aptidões, capacidades e necessidades dos indivíduos, forçando-os a realizar um trabalho para os outros, e em cujo produto ele não poderia se reconhecer, além de também não poder consumir. E, à medida que não se enxergam aquilo que produzem, assumindo estes produtos como “*coisas prontas que parecem existir por si mesmas*” (CHAUÍ, 2000:35), e às quais não têm acesso em função da desproporção entre o alto valor de troca deste e o baixo salário que recebem, pode-se dizer que os trabalhadores se empobrecem enquanto geram riquezas. Assim, de acordo com a lógica marxista o capitalismo opera de forma a garantir que a riqueza seja socialmente produzida, mas que a sua apropriação não seja social e, sim, “*privada, ficando nas mãos dos detentores dos meios de produção*” (CHAUÍ, 2000:42).

As críticas e as denúncias colocadas por Marx com relação ao sistema capitalista e, conseqüentemente, à sua forma de apropriação do trabalho e dos trabalhadores, ainda não foram suficientes para operar uma real transformação dos alicerces do sistema econômico até hoje vigente no mundo ocidental (CHAUÍ, 2000). Por esta razão, a lógica fundada há mais de dois séculos permanece válida nos dias de hoje, tendo a concentração privada da riqueza como seu fundamento máximo, o que traz conseqüências fundamentais para a concepção de trabalho hoje.

### **3.2 O cenário contemporâneo**

Em *Metamorfoses do trabalho – Busca do sentido: crítica da razão econômica* (1988), André Gorz afirma, de início, que aquilo que entendemos por

trabalho nos dias atuais é, na verdade, “*uma invenção da Modernidade*” (GORZ, 1988:21). Esta afirmação se justifica através da definição oferecida pelo autor à concepção contemporânea de trabalho:

Pois a característica mais importante desse trabalho (...) é ser uma atividade que se realiza na esfera *pública*, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho remunerado (mais particularmente pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma ‘profissão’), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres. (GORZ, 1988:21)

A marca da Modernidade residiria essencialmente no fato de que, hoje, a racionalidade econômica se estabelece como eixo central do trabalho, a razão máxima de sua realização (GORZ, 1988). Esta associação entre trabalho e dinheiro, por sua vez, foi forjada justamente na Modernidade, com a consolidação do capitalismo como sistema financeiro no Ocidente (WEBER, 1904; GORZ, 1988).

A permanência da questão econômica como elemento central para a compreensão sobre a organização do trabalho na atualidade é também destacada por Richard Sennett, em *A corrosão do caráter – Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (1998). Nesta obra, o autor sugere a noção de “capitalismo flexível” (SENNETT, 1998:9) para definir aquilo que entende como sendo o sistema sócio-econômico hoje vigente nas grandes metrópoles ocidentais. Este novo momento da lógica capitalista traria algumas mudanças fundamentais com relação ao modelo econômico próprio da Modernidade, e teria o capital financeiro e os avanços tecnológicos como principais balizadores (CHAUÍ, 2000). Trata-se de um momento em que as leis de mercado, apoiadas nos processos de mundialização do capital, colocam-se como os princípios fundamentais do sistema econômico, mas, gradualmente, vão também se infiltrando no tecido social como um todo (CASTEL, 1995). Aos poucos, os imperativos de uma economia de mercado vão impondo transformações profundas em diferentes setores da sociedade, alertando para a necessidade constante de adaptação às flutuações da demanda (CASTEL, 1995:517) e, para isso, encontram nos aprimoramentos da tecnologia importantes aliados.

Emerge, então, a idéia da flexibilidade - das relações, das regras, dos procedimentos - como uma das principais características deste novo sistema que, ao ser estendido a diferentes campos da organização social, atinge também o trabalho (CASTEL, 1995; SENNETT, 1998). O trabalho, aliás, em suas diversas dimensões, é assumido, neste contexto, como um campo privilegiado de desenvolvimento e de atuação da nova lógica capitalista e, conseqüentemente, é nele que notamos significativas transformações que propomos, aqui, enxergar mais amiúde:

Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. (SENNETT, 1998:9)

Sennett (1998) coloca que o que se pretende com a aplicação do discurso da flexibilidade no mundo do trabalho é “*levantar a maldição da opressão*” própria do capitalismo do século XIX, para, com isso, dar “*às pessoas mais liberdades para moldar suas vidas*” (SENNETT, 1998:10). No entanto, o autor ressalta que, longe de abolir as regras do passado, a nova ordem, na verdade, impõe novos controles que são, inclusive, difíceis de compreender. Nesta mesma direção, Gorz (1988) ressalta que uma das formas de coerção mais eficiente que pode ser verificada na orientação atual do trabalho no sentido de uma maior flexibilização diz respeito ao fato de que este sistema não contém em si nenhum princípio de autolimitação, ignorando simultaneamente as idéias de “suficiente” e de “excesso” (GORZ, 1988:113). Assim, levada às últimas conseqüências, a organização do trabalho fundamentada essencialmente em princípios do capital flexível não admite que haja dinheiro, produtividade ou desempenho suficiente, tampouco excessivo: os princípios que hoje regulam o trabalho, não contam com “*qualquer critério que permita satisfazer-se com o que se possui, com o que se fez, com o que se projetava fazer*” (GORZ, 1988:113). Há sempre algo mais a ser feito, ganho ou conquistado, tornando impossível a finalização do trabalho e impondo a necessidade constante de aprimoramento (GORZ, 1988).

Neste cenário, ao menos dois movimentos engendrados na sociedade hoje colaboram para determinação do lugar reservado ao trabalho no arranjo social atual. O primeiro destes movimentos está relacionado à estreita relação



estabelecida entre o capital flexível e os avanços tecnológicos (CHAUÍ, 2000), uma aliança fundamental para a manutenção do trabalho sob domínio da racionalidade econômica. Esta condição colabora para o aperfeiçoamento das máquinas, a informatização e a robotização, fatores que, por sua vez, levam à redução dos custos da produção (GORZ, 1988). Com isso, uma série de empregos e cargos tornam-se excessivamente custosos para serem mantidos pelas empresas, ou tornam-se mesmo inúteis e, conseqüentemente, cada vez mais, o trabalho humano é substituído pela tecnologia nas atividades produtivas. O resultado imediato deste movimento é uma quantidade maior de pessoas sem trabalho que passam a buscar outras atividades capazes de propiciar uma remuneração. Além do aumento nas taxas de desemprego, portanto, merece destaque neste processo a criação de novos tipos de trabalho – principalmente na área de serviços – que, em verdade, consistem na remuneração de *“atividades que até então não eram remuneradas, nem consideradas como fazendo parte da economia”* (GORZ, 1988:15). Nota-se, assim, que à medida que o trabalho formal se torna escasso, são realizadas pequenas reorganizações em outros setores sociais a fim de acomodar as novas condições.

Considerando esta imperativa condição atual de escassez de trabalho formal, emerge, então, um segundo movimento que imprime conseqüências importantes na construção do lugar social reservado ao trabalho hoje: desligado, cada vez mais, do campo da necessidade e da subsistência em função, principalmente, de sua submissão à racionalidade econômica imposta pela Modernidade (GORZ, 1988), o trabalho se afirma gradativamente como elemento fundamental à satisfação dos desejos criados pelos ideais de consumo (GORZ, 1988; BAUMAN, 2007). Isso porque, a partir do momento em que princípios econômicos prevalecem dentro do âmbito do trabalho, também o que as pessoas experimentam fora de seus ofícios passa a ser assumido de acordo com estes critérios. Assim, o dinheiro ganho com a realização de uma tarefa passa a ser a finalidade última do trabalho e pode ser quantificável de acordo com o potencial de consumo que ele proporcionar:

O trabalhador está em busca desse algo que dá valor ao dinheiro ganho, que simboliza uma vida melhor que aquela sacrificada, trabalhando à noite, aos sábados, aos domingos. Esse algo pode ser o estudo dos filhos, mas também, e sobretudo, o carro, símbolo de

liberdade e evasão, a casa própria, símbolo de uma soberania abrigada do mundo exterior, os eletrodomésticos símbolos de um modo de vida mais confortável à qual (...) não se chegará nunca. (GORZ, 1988:120)

Zygmunt Bauman, em *Vida para consumo* (2007), estuda detalhadamente o desenvolvimento e o crescimento da prática do consumo na atualidade, considerando suas articulações não apenas com o trabalho, mas também com a família, com os laços sociais estabelecidos, com a juventude. O autor sugere a noção de “sociedade de consumidores” para designar uma das mais destacadas características da forma de organização social que emergiu em diversos países nas últimas décadas em decorrência, essencialmente, do próprio arranjo econômico fundamentado no capital financeiro, nos avanços tecnológicos, nos processos de globalização. De acordo com Bauman (2007), este cenário contribuiu para proporcionar a constante exposição do capital à competição intensa, estimulando a gradual transformação dos espaços sociais em mercados – de capitais, de trabalho, de mercadorias. Em uma definição breve, o autor afirma que a sociedade de consumidores poderia ser compreendida, portanto, como “*um mundo que avalia qualquer pessoa e qualquer coisa por seu valor como mercadoria*” (BAUMAN, 2007:157). No que tange às transformações no mundo do trabalho ocasionadas pela consolidação da sociedade de consumidores, Bauman (2007) apresenta uma citação esclarecedora:

...os trabalhadores são persuadidos a “precisar” de mais coisas. Para comprar aquilo de que agora necessitam, precisam de dinheiro. Para ganhar dinheiro, aumentam sua jornada de trabalho. Estando fora de casa por tanto tempo, compensam sua ausência do lar com presentes que custam dinheiro. Materializam o amor. E assim continua o ciclo. (HOCHSCHILD, 2003:208 *apud* BAUMAN 2007:153)

Em conformidade com as colocações de Gorz (1988), Bauman (2007) também reforça o lugar central ocupado pelo trabalho na sociedade contemporânea, como sendo aquilo que assegura o poder de consumo. Sem trabalho e sem renda, as pessoas são consideradas consumidores falhos, incapazes “*de cumprir seus deveres de consumo*” (BAUMAN, 2007:158). Em última análise, o trabalho acaba sendo, neste sentido, elemento fundamental para garantir o pertencimento à lógica do consumo, pedra angular da sociedade (BAUMAN, 2007).

Até aqui, portanto, notamos que ao menos dois processos em curso no seio da sociedade atual contribuem para a construção do lugar social do trabalho hoje, ambos profundamente marcados pela ênfase dada aos desígnios econômicos. Por um lado, o emprego vem se tornando escasso em seu modelo formal e, por outro, é crescente a necessidade de manter uma atividade remunerada fixa como forma de garantir a participação nos mecanismos de consumo arraigados nos hábitos sociais.

Este cenário, por sua vez, contribui forma decisiva para o estabelecimento de certas características na organização do trabalho em menor escala, isto é, nas formas de contratação, remuneração e avaliação dos trabalhadores, e também nos tipos de tarefa, prazos para cumprimento e responsabilidades envolvidas.

Sennett (1998) destina atenção especial à compreensão destas transformações realizadas nos arranjos no mundo do trabalho nas últimas décadas, detalhando os elementos que ajudam a compor o contexto marcado pela flexibilização (CASTEL, 1995; SENNETT, 1998). Mais uma vez, a articulação entre o mercado global e o uso de novas tecnologias é destacada como pilar das transformações em processo, mas, agora, Sennett (1998) enfatiza as mudanças que esta aproximação suscitou no tempo e no ritmo de trabalho (SENNETT, 1998:21). Segundo o autor, conforme as transformações vão sendo consolidadas nas organizações, algumas alterações podem ser observadas em sua rotina: a noção de “longo prazo” perde lugar, definitivamente, para a idéia de “curto prazo”; em lugar de filiação a “empregos”, encontram-se participações em “projetos”; os longos contratos de trabalho esmaecem e, em contrapartida, aumentam as contratações contingentes e temporárias; a diminuição do prazo para cumprimento das tarefas tem como conseqüência o aumento da intensidade do esforço realizado (SENNETT, 1998). Para Castel (1995), o contexto da flexibilização impõe ainda uma necessidade cada vez maior de o trabalhador se ajustar à tarefa que precisa ser realizada. Sem conhecer concreta e antecipadamente as funções que precisará desempenhar, é preciso que se *“esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda”* (CASTEL, 1995:517), em um cenário em que as próprias condições e características da função dos trabalhadores é gradualmente diluída frente às pressões do trabalho.

As mudanças, no entanto, não ficaram restritas à ação cotidiana dos trabalhadores, pois atingem também a estrutura das organizações. Com o intuito de minimizar a burocracia – um grande obstáculo às demandas da flexibilização -, as empresas se tornam cada vez mais planas, montadas em rede e menos hierarquizadas, buscando atingir o ideal de funcionar como “*um arquipélago de atividades relacionadas*” (SENNETT, 1998:23). Sennett (1998), então, chama atenção para o fato de que todas estas transformações percebidas na estrutura organizacional do trabalho têm, inevitavelmente, efeitos sobre os trabalhadores e as relações estabelecidas entre eles. A própria forma de estruturação das empresas flexíveis ofereceria uma maneira de se perceber isso:

Se uma organização, nova ou velha, opera como uma estrutura de rede flexível, frouxa, e não como um rígido comando de cima para baixo, a rede também pode afrouxar os laços sociais. (...) As redes institucionais modernas se caracterizam pela ‘força dos laços fracos’ (...) o que quer dizer, em parte, que as formas passageiras de associação são mais úteis às pessoas que as ligações de longo prazo. (SENNETT, 1998:25)

Os laços sociais mais frágeis estabelecidos pelos trabalhadores são, portanto, especialmente interessantes à cultura da flexibilização, e revelam ainda outro aspecto bastante relevante aos sujeitos nela implicados: o incentivo à autonomia, condenando qualquer forma de dependência (SENNETT, 1998). Em defesa do alcance de uma maior liberdade, o discurso corrente em empresas e organizações modernas estimula a auto-suficiência e sugere ser vergonhosa a dependência com relação a outra pessoa. É neste sentido que os laços fracos são adequados, uma vez que sustentam relações superficiais e sem compromisso, nas quais todos são independentes e autônomos na realização de suas tarefas (SENNETT, 1998). Um reflexo deste quadro aparece no fato do termo “serviço” já não ser mais utilizado para se definir uma tarefa realizada, pois, de alguma maneira, sugere a manutenção de laços de conformismo e resignação, atitudes próximas à dependência. Por outro lado, ganha destaque a figura de um consultor que “*não deve nada a ninguém*” (SENNETT, 1998:167).

Este incentivo exacerbado à autonomia dos sujeitos ainda suscita outras conseqüências. Sennett (1998) chama atenção para a erosão da confiança nos ambientes de trabalho marcados pela flexibilização. Neste sentido, ambientes que contam com um sistema tecnológico ilegível (SENNETT, 1998:75), horários

flexíveis para chegar e sair, contratos e vínculos de duração efêmera, e que ainda condenam como vergonhosas a dependência e a necessidade de ajuda para a realização de uma determinada tarefa, colaboram para o não estabelecimento da confiança entre seus membros e, eventualmente, suscitam, inclusive, a emergência de desconfianças (SENNETT, 1998:169). Assim, desconfiados e levados a acreditar e perseguir um ideal de autonomia, emerge o que Sennett (1998) identifica como um “*medo de vulnerabilidade*” (SENNETT, 1998:170):

A organizações que celebram a independência e a autonomia, longe de inspirarem seus empregados, podem despertar este senso de vulnerabilidade. E as estruturas sociais que não promovem positivamente a dependência dos outros numa crise instalam a mais neutra e vazia falta de confiança. (SENNETT, 1998:170)

Este cenário marcado por laços fracos e pela falta de confiança dá origem, então, a um contexto que “*irradia indiferença*” (SENNETT, 1998:174). Tal indiferença, por sua vez, se faz notar em características específicas do sistema, como o fato de o esforço realizado não ser proporcional à recompensa recebida ou ainda nos modos de organização institucional que, marcados pela lógica impessoal do capitalismo, consideram seus funcionários descartáveis. Esta indiferença das organizações com relação aos trabalhadores verificada na atualidade parece ir além da indiferença de que se falava com relação ao capitalismo do século XIX, pois este era mais ligado às questões materiais da produção. Agora, ao contrário, é em um sentido mais pessoal que esta indiferença é vivida. “*Está faltando o Outro, e assim estamos desligados*” (SENNETT, 1998:175). Sennett (1998:174), assim, constata que as transformações que hoje são verificadas no mundo do trabalho levam à corrosão da dimensão social em que estas atividades são realizadas e, conseqüentemente, do ponto de vista dos indivíduos, à corrosão do caráter - “*valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas próprias relações com os outros*” (SENNETT, 1998:10). Com isso, o autor denuncia a emergência de uma inequívoca vulnerabilidade das instituições e dos sujeitos, no lugar do fortalecimento pretendido. Percorrendo um caminho diferente, mas, em muitos sentidos, próximo a este proposto por Sennett (1998), Castel (1995) ressalta que “*um dos paradoxos*

*do progresso é que as sociedades mais ‘desenvolvidas’ são também as mais frágeis”* (CASTEL, 1995:563).

Castel (1995), entretanto, destaca que não seria exato responsabilizar apenas as empresas pela composição destas condições. De acordo com o autor, para além de mudanças nas formas de organização do trabalho dentro das instituições, o cenário atual compreende ainda uma profunda transformação em maior escala, no tecido sócio-político como um todo. Neste sentido, as empresas, de fato, expressam, através de suas mudanças, a lógica do mercado e da economia vigentes, buscando sempre adaptar-se a estes princípios, a fim de garantir sua rentabilidade e sua produtividade. Contudo, os efeitos que estas mudanças imprimem ao cotidiano dos trabalhadores se revelam verdadeiramente desvantajosos porque ocorrem em um contexto social erodido e pouco eficiente para assegurar direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores (CASTEL, 1995). Assim, embora “*uma sociedade não [possa] mais ignorar o mercado (...), daí não resulta que seja necessário entregar-se a ele*” (CASTEL, 1995:523). Castel (1995), então, propõe que os contrastes cada vez maiores entre os compromissos sociais e os imperativos do mercado têm conferido uma degradação acentuada dos primeiros, resultando no enfraquecimento de regulamentações que, desde a Modernidade, passaram a conferir aos trabalhadores proteções tais como aposentadoria, seguros em caso de desemprego e doença, assistência em áreas como saúde e educação, entre outras. Desta forma, com os interesses econômicos sobrepondo-se às questões sociais, verifica-se hoje uma tendência a se “*substituir o reino da regulamentação pelo da mercadoria*” (CASTEL, 1995:573).

Considerando as conquistas obtidas ao longo da Modernidade no que diz respeito às garantias e direitos assegurados aos trabalhadores, o momento atual compreende o que pode ser descrito como uma precarização do emprego e uma degradação da condição salarial (CASTEL, 1995:516). A densa malha social de outrora, que conferia proteções àqueles relacionados ao mercado de trabalho, bem como aos excluídos do contexto da produção, é aos poucos esmaecida frente ao liberalismo que ganha força não apenas entre as decisões de empresas privadas, como também em meio às determinações dos Estados. Talvez as recentes transformações sócio-políticas relacionadas ao mundo do trabalho sejam mais

perceptíveis em países da Europa, como a França que, nas décadas de 1960 e 1970, contavam com uma vigorosa estrutura política que zelava pela coesão e pela integração social (CASTEL, 1995). A partir desta perspectiva, portanto, as condições que hoje vão se consolidando na sociedade parecem ser inquestionavelmente mais desagregadoras e desestabilizadoras. Contudo, mesmo em regiões que não alcançaram no passado uma significativa consistência no tecido social, a precariedade que marca o cenário contemporâneo do trabalho se destaca pela sua repercussão e impõe conseqüências inéditas à população. Neste sentido, Castel (1995) enfatiza que a precarização verificada na atualidade não atinge apenas uma periferia desprivilegiada, mas surpreende por também promover a “*desestabilização dos estáveis*” (CASTEL, 1995:526).

A articulação entre as transformações ocorridas no ambiente das empresas e aquelas em curso no plano sócio-político se torna mais evidente se considerarmos o papel reservado aos indivíduos no contexto das atuais mudanças. No cenário da Modernidade, no qual se verificava a existência de uma espessa rede de regulação social, o individualismo se consolidava graças à dimensão coletiva que englobava. Neste sentido, os trabalhadores modernos tinham direito de existir como indivíduos, ao mesmo tempo em que contavam com proteções graças à participação em coletivos (CASTEL, 1995; MIZRAHI & GARCIA, 2007). Assim, apesar de complexa, esta articulação entre os campos do individual e do coletivo, do público e do privado colaborava para definição da cena social da Modernidade (MIZRAHI & GARCIA, 2007). Segundo Castel (1995), a esfera do trabalho ainda teria um destacado papel neste sentido:

Desse modo, se cada um pode, sem dúvida, existir como indivíduo enquanto pessoa ‘privada’, o *status* profissional é público e coletivo, e esta ancoragem permite uma estabilização dos modos de vida (CASTEL, 1995:600-601)

Contudo, esta complexa relação estabelecida entre coletivos, proteções e privacidade consolidada a partir da Modernidade parece estar hoje em discussão (CASTEL, 1995:601). No contexto da flexibilização, as formas de organização do trabalho parecem caminhar para uma maior individualização, de forma que os próprios indivíduos precisam definir sua identidade profissional e fazer com que esta seja reconhecida. Castel (1995), assim, destaca a “*diluição dos enquadramentos coletivos e dos pontos de identificação*” (CASTEL, 1995:601),

além de um desligamento com relação aos “*quadros objetivos que estruturam a existência dos sujeitos*” (CASTEL, 1995:602) inerentes a este cenário.

Este processo de exacerbação do individualismo aliada à erosão da dimensão pública da esfera profissional não se dá, contudo, alheio a paradoxos. Desta forma, se, por um lado, este incentivo à individualização e à autonomia (CASTEL, 1995; SENNETT, 1998) apontam para uma alternativa às sujeições coletivas historicamente relacionadas ao campo do trabalho, por outro, significam também “*segmentação e fragmentação das tarefas, precariedade, isolamento e perda das proteções*” (CASTEL, 1995:602). A perda das regulações sociais, portanto, promove o fortalecimento de uma forma de individualismo caracterizado mais pela falta de referências coletivas compartilhadas do que por significativos investimentos em si próprio (CASTEL, 1995:603), e associado a uma inequívoca vulnerabilidade a que são submetidos os sujeitos hoje – uma “*vulnerabilidade de após proteções*” (CASTEL, 1995:593). Este fenômeno, por sua vez, longe de estar restrito à esfera do trabalho, é verificado em diferentes setores da sociedade e encontra-se, atualmente, em ebulição, sem que se saiba com precisão suas repercussões em longo prazo (CASTEL, 1995).

A vulnerabilidade e a fragilidade que acometem os sujeitos em decorrência das formas atuais de realização do trabalho (SENNETT, 1998; CASTEL, 1995; GORZ, 1988) podem, aqui, apontar para um aspecto interessante sobre o qual podemos refletir à luz da psicanálise, uma vez que parecem pôr em xeque a articulação sugerida entre trabalho e sublimação. Tais vicissitudes subjetivas que sugerimos terem se acentuado a partir das atuais formas de organização do trabalho contrastam, de fato, com os traços distintivos que a psicanálise associa à sublimação, em particular, seu caráter protetor.



## 4 Trabalho e sublimação na atualidade

O mundo do trabalho contemporâneo se constitui, de fato, como um campo privilegiado para o estudo da atividade sublimatória e seus impasses, especialmente se retornarmos aos três traços distintivos da sublimação, a saber, seu caráter assexual, a produção de cultura que implica e sua função de proteção ao psiquismo. O trabalho profissional, tal como organizado e desenvolvido atualmente continua a se destacar por sua importância na construção da cultura, bem como pelo caráter distanciado do campo da sexualidade *stricto sensu* das atividades a ele relacionadas. Entretanto, é com relação à função protetora da sublimação que surgem significativos impasses para a compreensão da atividade sublimatória hoje.

Garcia (1998) sugere que o cenário contemporâneo traz marcas irrefutáveis da atividade sublimatória, mas, ao contrário do que se poderia supor, isto não se reflete na experiência dos sujeitos:

Se considerarmos a tese freudiana segundo a qual a ciência é uma produção cultural sublimatória, teremos, inevitavelmente, que concluir que a sociedade tecnológica contemporânea traz a marca inegável da sublimação. (...) Não padecemos, portanto, de uma carência sublimatória. No entanto, essa produção sublimatória coletiva não se apresenta ao nível da experiência individual como garantia de um viver melhor, ou de uma maior satisfação para o sujeito, o que só confirma a tese do *Mal-estar na Cultura*, mas não nos impede de procurar entender sua especificidade histórica (GARCIA, 1998:84).

Tal constatação parece, de fato, muito precisa na descrição da atualidade. Neste sentido, se considerarmos os altos índices de produtividade e a sofisticada trama social decorrentes do mundo do trabalho hoje, de fato, à primeira vista, parece que atividade sublimatória vem sendo desenvolvida plena e eficazmente neste setor da sociedade. Contudo, as experiências subjetivas daqueles implicados neste cenário, longe de descreverem atividades marcadas pela satisfação e pela emergência da singularidade, apontam para formas específicas de sofrimento, descritas especialmente a partir de vivências de acentuadas fragilidade e vulnerabilidade. Assim, parece que a atividade sublimatória, compreendida a partir da perspectiva do trabalho profissional, se apresenta hoje bastante

desvinculada da função protetora, que aqui propomos como sendo um de seus traços distintivos.

#### 4.1

#### **Em xeque a função protetora: a hipótese do excesso sublimatório e a ação da pulsão de morte**

A proteção que a sublimação pode oferecer aos sujeitos é, de fato, uma das características que tornam este mecanismo tão interessante ao psiquismo e à produção da cultura. Desta forma, a sublimação se definiria como protetora uma vez que, em última análise, trata-se de uma resposta singular dos sujeitos frente ao desamparo original e às demandas civilizatórias, capaz de conciliar questões forjadas no mundo interno e outras oriundas do contato com a realidade externa (GARCIA, 1998). É neste sentido, portanto, que a atividade sublimatória oferece um destino satisfatório ao excesso pulsional e, com isso, estabelece uma forma de regulação da relação com o outro, o que fundamenta a construção da cultura (GARCIA, 1998; PEREIRA, 2000b).

Entretanto, verifica-se que os benefícios que a atividade sublimatória pode trazer ao psiquismo encontram-se bastante próximos às ameaças que este mesmo processo pode representar, como demonstram as observações trazidas na própria obra freudiana a respeito das conseqüências nefastas de uma possível ampliação desmedida da sublimação (FREUD, 1908b; 1910a[1909]; 1912; 1930[1929]). Assim, pode-se configurar como um excesso sublimatório (GARCIA, 1998) um aumento exagerado da atividade sublimatória, o que evidencia a delicadeza dos limites que balizam este mecanismo psíquico, entre o sublime e o trágico, prenunciada nas referências de Freud à possibilidade do abuso sublimatório (FREUD, 1910a[1909]; 1912).

Os riscos trazidos por uma exacerbação da atividade sublimatória se justificam essencialmente a partir da relação inevitável, apesar de antagônica, entre sexualidade e civilização, a que Freud tantas vezes se referiu (FREUD, 1908b; 1921; 1930[1929]). O texto freudiano, na verdade, aponta para uma relação pendular entre satisfação sexual e a atividade sublimatória produtora de civilização (GARCIA, 1998), de maneira similar àquela que se dá entre libido narcísica e libido sexual (FREUD, 1914a), isto é, quanto mais sublimação menos

descarga sexual direta, e vice-versa. Desta maneira, a sublimação, quando realizada em excesso, ainda que se configure como uma via de satisfação pulsional, pode representar um detrimento à gratificação sexual direta e seus efeitos danosos emergiriam, assim, na medida em que implicasse uma restrição excessiva à sexualidade. Parece, portanto, que *“na argumentação freudiana o excesso sublimatório se reflete, necessariamente, no prejuízo do sexual”* (GARCIA, 1998:82). Pode se chegar à mesma conclusão percorrendo a direção oposta e partindo da restrição sexual. Neste sentido, o impedimento à sexualidade também poderia resultar em um excesso de atividade sublimatória, dado o movimento oscilatório entre estas atividades. Em ambos os cenários, portanto, fica claro que a possibilidade de a sublimação resultar em benefícios para os sujeitos depende de que sua realização se dê paralelamente à manutenção de vias de satisfação que conservem o caráter sexual estrito. A sublimação, assim, se organiza a partir de um equilíbrio com relação ao sexual, isto é, o prejuízo a um destes dois pólos se apresenta como excesso no outro. Neste sentido, a proteção oferecida pela sublimação repousa justamente na possibilidade de evitar, por um lado, um excesso pulsional próprio à satisfação sexual direta e, por outro, um déficit à satisfação sexual decorrente do recalque.

Estas considerações a respeito da possibilidade de configuração de um excesso sublimatório, contudo, se fundamentam essencialmente nas investigações em torno da sublimação realizadas no âmbito da primeira tópica e da primeira teoria pulsional. Mesmo quando, posteriormente, Freud volta a discutir o abuso sublimatório no *Mal-estar* (FREUD, 1930[1929]) as contribuições a respeito da atividade sublimatória apresentadas no âmbito da segunda teoria pulsional e da segunda tópica não são destacadas. No entanto, foi justamente a partir do texto de 1923 que a sublimação pôde ser examinada mais detalhadamente, como resultante de uma determinada forma de movimentação e transformação pulsional, e aproximada dos conceitos de narcisismo, identificação, eu e pulsão de morte. Neste contexto, pode-se supor que a ampliação do entendimento a respeito da sublimação, proposto a partir da segunda teoria pulsional e da segunda tópica, ofereça meios de se compreender melhor também as implicações psíquicas de um eventual excesso sublimatório.

De fato, a compreensão de que a sublimação envolve uma transformação da libido objetal em libido narcísica, através do mecanismo de identificação trouxe novos e significativos elementos para o estudo sobre a atividade sublimatória, entre os quais deve-se destacar a participação da instância egóica neste processo e a desusão pulsional aí implicada (FREUD, 1923b). Assim, inicialmente, o eu, ao se identificar com o objeto, engendraria uma dessexualização da pulsão que, por sua vez, teria como consequência uma desusão pulsional. Frente à desusão, a instância egóica desempenharia ainda outra função fundamental à atividade sublimatória: caberia a ela oferecer uma nova meta às pulsões agora desfusionadas (FREUD, 1923b:61). Este processo, então, evidencia o eu como “*verdadeiro administrador das questões pulsionais*” (PEREIRA, 2000a:114). Neste sentido, Pereira (2000a) sugere:

Caberá ao eu, bem-fornido libidinalmente, impor às pulsões agora desfusionadas um destino que lhes seja favorável, ou seja, um destino que o proteja da angústia, sem precisar lançar mão de notáveis dispêndios de energéticos, como acontece diante do recalçamento ou ainda de outras defesas mais extremas (PEREIRA, 2000a:115).

A sublimação, assim, enquanto alternativa à descarga sexual direta e ao recalque, representa, para o eu, uma possibilidade de satisfação das demandas do isso sem implicar um desgaste em suas relações com o supereu ou com a realidade externa (FREUD, 1923b:73). Através da atividade sublimatória - e da identificação que ela supõe - o eu tenta se colocar como objeto de investimento para o isso, mas, desta maneira, precisa enfrentar as consequências que este mecanismo suscita, isto é, a desusão pulsional, já que, oferecendo-se como objeto de amor a pulsões do isso, a instância egóica é chamada a lidar com os excedentes pulsionais que este processo libera (FREUD, 1923b). Quando, então, o eu não é capaz de oferecer novos destinos às moções desintrincadas, pode ele mesmo perecer em função da ação das pulsões de morte. Neste sentido, o eu, ao tentar controlar as pulsões do isso, acaba exposto “*ao perigo de maus tratos e morte*” (FREUD, 1923b:73), o que demonstra a relevância da atuação da pulsão de morte na emergência da sublimação.

Segundo Pereira (2000a), as considerações sobre a atividade sublimatória apresentadas a partir de 1923b confirmam o protagonismo da pulsão de morte na tessitura deste mecanismo psíquico. Seria a pulsão de morte a força responsável

“*pela mudança radical que se opera, de meta e de objeto*” (PEREIRA, 2000a:115) na sublimação, uma vez que esta, ao desfazer certas ligações, possibilita a emergência de outros agenciamentos. Neste sentido, a dessexualização da pulsão, ao suscitar uma des fusão e uma conseqüente redução da potência erótica (FREUD, 1923b:71), tornaria mais fácil a ação da pulsão de morte. Levado às últimas conseqüências, este entendimento a respeito da participação da pulsão de morte na sublimação permite compreender a sublimação não apenas como uma alternativa a outros destinos pulsionais, mas essencialmente como “*produto do próprio esforço da pulsão [de morte]*” (PEREIRA, 2000a:116).

Considerando a participação da pulsão de morte neste processo, a mescla pulsional encaminhada para a sublimação assume, então, uma importância significativa na determinação dos desdobramentos da atividade sublimatória (PEREIRA, 1999; 2000a). Desta forma, a possibilidade de as moções pulsionais serem direcionadas para objetivos socialmente aceitos e valorizados dependerá de haver certo equilíbrio entre as forças de vida e de morte na mescla pulsional. Levando em consideração esta compreensão a respeito do funcionamento da atividade sublimatória, Pereira (1999; 2000a) sugere que seria possível distinguir três desfechos distintos para a sublimação. O primeiro deles resultaria de um predomínio de pulsão de morte na mescla pulsional, capaz de fazer com que, após a des fusão, a ruptura se manifeste de forma mais radical. Neste caso, frente a uma apresentação intensa da pulsão de morte, o eu se revela insuficiente para recapturar e oferecer novas metas às moções pulsionais. Assim, não podendo “*opor-se à força disruptiva e verdadeiramente demoníaca das pulsões*” (PEREIRA, 2000a:117), a instância egóica, então, sucumbe à desordem e ao caos. A atividade sublimatória se revela, então, marcada pela intensidade das forças disruptivas e apresenta um equilíbrio mais raro e delicado, tangenciando sempre a iminência de uma destruição. No entanto, ainda assim, eventualmente pode-se verificar situações em que há a emergência do que seria genuinamente novo e original, capaz de trazer autênticas transformações nos padrões estabelecidos culturalmente. Entretanto, em outras situações, a disjunção compromete a organização psíquica, o que parece acontecer quando grandes criações, especialmente no campo da arte e da ciência, são acompanhadas por uma extrema

fragilidade psíquica de seus criadores, algumas vezes resultando em desfechos trágicos (PEREIRA, 1999; 2000a; CARVALHO, 2006).

Um outro desfecho possível à sublimação ocorreria de forma mais branda, caso em que o eu seria capaz de oferecer um bom equilíbrio à economia psíquica, encaminhando as pulsões sexuais e agressivas, agora desintrincadas, para novas metas, distantes de seus objetivos originais e socialmente valorizadas. A compatibilidade entre as intensidades pulsionais e a capacidade egóica assegurariam, assim, um desdobramento da atividade sublimatória bastante favorável aos sujeitos e à produção cultural. Até aqui, portanto, podemos identificar a existência “*de duas sublimações, ou melhor, [de] uma variação significativa de intensidade das sublimações*” (PEREIRA, 2000a:116). Entretanto, haveria ainda um terceiro desfecho possível para a defusão pulsional verificada na sublimação. Neste último caso, ainda que encontre uma mescla pulsional favorável (PEREIRA, 2000a), o eu não é capaz de redirecionar estas moções a outras metas por estar envolvido em mecanismos de defesa que demandam a utilização de suas reservas libidinais (PEREIRA, 2000a:115). Assim, diminuída em suas dimensões em função de suas delicadas relações com o isso e com o supereu, a instância egóica “*perde temporariamente sua capacidade de administração, de poder escolher o melhor destino para as moções, ou seja, sua possibilidade de sublimação*” (PEREIRA, 2000a:115). A impossibilidade do eu de direcionar a pulsão de morte desintrincada faz com que esta força disruptiva seja absorvida pela instância superegóica que, desta forma, acentua “*seu caráter geral de severidade e crueldade*” (FREUD, 1923b:71). Alocada no supereu, a pulsão de morte, então, configura uma situação de constantes ataques ao eu. Este terceiro desfecho da sublimação, assim, se organizaria a partir do próprio funcionamento egóico no processo sublimatório, que acaba por forjar um acirrado conflito intrapsíquico envolvendo o eu e o supereu.

Esta terceira vicissitude possível à sublimação pode ainda ser acompanhada pelo aparecimento de sintomas, em função das limitações impostas às atividades do eu, envolvido em grandes esforços de defesa. Assim, este desfecho da atividade sublimatória pode compreender “*características de rigidez e compulsividade, e, por representar um fracasso, [produzir] angústia*” (PEREIRA, 2000a:117). Este desdobramento dado à sublimação pode, enfim, ser descrito

como um “*quadro em que a atividade aparentemente sublimada pretende dar conta de toda, ou quase toda, a satisfação exigida pelas pulsões*” (PEREIRA, 2000a:117). Neste cenário, então, a possibilidade de a atividade sublimatória encontrar um desfecho favorável é significativamente diminuída, dadas as restrições existentes à ação do eu.

De fato, determinadas combinações entre a pulsão de morte e o funcionamento egóico podem suscitar riscos à própria organização psíquica dos sujeitos, inclusive na realização da atividade sublimatória. Com isso, parece possível supor que tanto as vicissitudes da pulsão de morte após a defusão quanto a ação da instância egóica no percurso que leva à sublimação (PEREIRA, 2000a) seriam capazes de, em certas ocasiões, suspender o caráter protetor da atividade sublimatória do ponto de vista do sujeito, tal como ocorre frente a um abuso sublimatório (GARCIA, 1998). A partir disso, parece que a compreensão da sublimação como resultante da conciliação entre as pulsões e as instâncias psíquicas, presente no contexto da segunda tópica e da segunda teoria pulsional (FREUD, 1923b) é complementar ao entendimento deste mecanismo como uma tentativa de equilíbrio entre satisfação sexual e demandas civilizatórias, como é explicitado já no contexto da primeira tópica e da primeira teoria pulsional.

Assim, as observações acerca da atividade sublimatória propostas em diferentes momentos da obra freudiana confirmam, portanto, seu caráter de conciliação entre sexualidade e civilização. Entretanto, quando a equação destes elementos em jogo na composição da atividade sublimatória é abalada, parece que as conseqüências se evidenciam essencialmente no campo individual, gerando formas de sofrimento específicas, o que também pode ser compreendido justamente como uma suspensão da sua função protetora. No que diz respeito à cultura, por outro lado, os eventuais desequilíbrios no processo sublimatório não necessariamente se traduzem como prejuízo à produção de objetos socialmente valorizados. Desta maneira, no que tange à sublimação, há um aparente descompasso entre as esferas individual e coletiva, como parece sugerir a contribuição de Garcia (1998), o que traz conseqüências significativas para o estatuto deste conceito. Com isso, parece adequado problematizar a associação imediata da noção de sublimação com a idéia de perfeição e de sublime, já que, em algumas situações, a sublimação pode ser nefasta ao sujeito, mesmo que

produza algo socialmente relevante. Neste sentido, talvez seja mais apurado destacar a analogia deste processo psíquico com o fenômeno químico que descreve apenas uma mudança do estado da matéria (PEREIRA, 2000a). Assim, a sublimação talvez pudesse ser compreendida como “*uma mudança brusca de meta e de objeto, sem que esperemos, com isso, a produção de algo sublime, transcendente ou perfeito*” (PEREIRA, 2000a:117). Parece, enfim, que a função protetora da sublimação, do ponto de vista do sujeito, seria inerente a apenas uma das vicissitudes sublimatórias. A possibilidade de este desfecho mais desejável efetivamente ocorrer fica, portanto, reservada às ocasiões em que a atividade sublimatória resulta de uma relação harmoniosa entre a pulsão de morte e a instância egóica, o que, por sua vez, talvez “*só [seja] acessível a poucas pessoas*” (FREUD, 1930[1929]:98).

Se, com o Freud da segunda tópica, sugerimos uma ampliação do conceito de sublimação em psicanálise, compreendendo como sublimatórias também situações que podem oferecer risco ao funcionamento psíquico, precisaríamos, agora, distinguir o que seria, de fato, exclusivo deste mecanismo psíquico. Pensamos, então, que através de uma discussão comparativa entre sublimação e idealização, iniciada por Freud em 1914, é possível definir o que mais caracteriza este conceito. Desta forma, paralelamente a esta ampliação do entendimento acerca da atividade sublimatória, possível através da consideração da implicação da pulsão de morte e da instância egóica neste processo, propomos agora um segundo movimento, em direção oposta, através do qual será possível detalhar e circunscrever melhor os contornos específicos do conceito de sublimação em psicanálise.

## **4.2**

### **Os limites entre a sublimação e a idealização**

A ausência de uma conceituação definitiva a respeito da sublimação na obra freudiana contribui para que, em psicanálise, seja comum haver referências a este mecanismo psíquico que consideram apenas sua descrição, isto é, compreendendo-o simplesmente como uma passagem de objetivos sexuais da pulsão para outros objetivos não-sexuais, mais adequados às exigências ideais (MELLOR-PICAUT, 1983:135). Neste sentido, um investimento de caráter não



sexual em objetos socialmente valorizados, supostamente viabilizado pela força da pulsão sexual, pode ser rapidamente considerado como resultado de uma atividade sublimatória. Um exame mais apurado, contudo, revela que o processo psíquico que torna possível a sublimação possui certas especificidades e, por esta razão, não necessariamente investimentos de natureza aparentemente não sexual, direcionados à construção e à produção de cultura se realizam através de uma atividade sublimatória.

Foi com a publicação de *O ego e o id* (FREUD, 1923b) que as especificidades do mecanismo psíquico vigente na atividade sublimatória puderam ser pensadas mais minuciosamente, especialmente a partir da articulação estabelecida entre sublimação e identificação. Desta forma, seria a possibilidade de o eu se identificar com o objeto investido pela pulsão que permitiria que a libido objetal fosse transformada em libido narcísica, tomando o próprio eu como objeto, para que, posteriormente, pudesse ser redirecionada, em sua forma sublimada, a outros objetos pertencentes à esfera cultural (FREUD, 1923b). O mecanismo identificatório desempenha, assim, um papel fundamental no processo que leva à perda do componente sexual da pulsão que se verifica na sublimação.

O conceito de identificação fez-se presente na obra de Freud desde muito cedo. Inicialmente relacionada aos sintomas histéricos, a identificação foi gradualmente sendo ampliada em sua significação e em sua importância para o processo de constituição subjetiva (LAPLANCHE & PONTALIS, 1982). Contudo, assim como a sublimação, este conceito não chegou a ser sistematizado nos textos freudianos, a não ser por uma descrição sucinta apresentada no capítulo VII de *Psicologia de grupo e a análise do ego* (FREUD, 1921), onde são diferenciados três tipos distintos da identificação. O primeiro deles seria uma forma primitiva de relação com os objetos, anterior a qualquer escolha objetal, “*a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa*” (FREUD, 1921:133). É nesta proposta que se ancora a noção de identificação primária, referente à relação originária com as figuras parentais, em um momento (mítico) primordial da história do sujeito. A identificação secundária, por outro lado, seria um substituto da escolha de objeto, organizando-se como um processo que possibilita a introjeção do objeto que foi perdido ou abandonado. Assim, a identificação permitiria que o eu interiorizasse traços do objeto perdido e, desta

forma, se confirmaria como sucedânea de uma vinculação libidinal. Há ainda uma terceira manifestação da identificação, que não envolve um investimento libidinal, mas resulta da percepção de um traço em comum. Neste caso, a qualidade compartilhada pelos sujeitos funciona como base da identificação que, desta forma, pode levar ao estabelecimento de laço com o objeto, como acontece nos grupos e na formação de sintoma, em especial na histeria (FREUD, 1921:134-136).

A identificação assume importância destacada em algumas situações específicas, como na gênese do homossexualismo e na melancolia (FREUD, 1921). Em ambas estas circunstâncias, a identificação promove uma transformação significativa no eu através da substituição de um investimento por uma identificação. Deste modo, fica claro que as contribuições trazidas em 1921 a respeito do processo identificatório o vinculam, de forma geral, à introjeção no eu de objetos perdidos ou ao menos não inteiramente disponíveis ao investimento libidinal (FREUD, 1921).

Ainda em *Psicologia das massas* (FREUD, 1921), o mecanismo de identificação é oposto à idealização, o que traz considerações interessantes para pensarmos a atividade sublimatória. A idealização é descrita, então, como o estado de devoção em que o objeto é supervalorizado em seus atributos – tal como já fora anunciado em 1914 –, o que é freqüentemente observado em ocasiões de apaixonamento (FREUD, 1921). Verifica-se, então, uma fascinação e uma servidão do eu ao objeto que se torna “*cada vez mais sublime e precioso*” (FREUD, 1921:143) e, desta forma, passa a ocupar o lugar do ideal do eu (FREUD, 1921:144). Na idealização, portanto, “*uma quantidade considerável de libido narcísica transborda para o objeto*” (FREUD, 1921:143), enquanto o eu é empobrecido libidinalmente.

As diferenças entre os processos de idealização e identificação, no que se refere à instância egóica e seus objetos, tornam-se, a partir de 1921, bastante evidentes. Na idealização ocorre um empobrecimento libidinal do eu, na identificação, ao contrário, destaca-se o enriquecimento desta instância através da introjeção de traços do objeto. Da mesma maneira, enquanto é a presença de um objeto que é supervalorizado pelo eu que ocorre no mecanismo da idealização, é a ausência de um objeto, que precisa ser, de alguma forma, restabelecido no interior

do eu, que está em curso na identificação. Por fim, verificamos que a idealização consiste em colocar o objeto no lugar do ideal do eu, contrariamente à identificação, na qual o próprio eu passa a ocupar o lugar do objeto (FREUD, 1921: 144; MELLOR-PICAUT, 1983:136).

Frente às evidentes diferenças entre estes dois mecanismos psíquicos é, portanto, curioso notar que, em uma determinada passagem do próprio texto de 1921, a idealização é descrita como “*uma devoção sublimada a uma idéia abstrata*” (FREUD, 1921:143). Esta observação parece associar a atividade sublimatória ao processo de idealização, o que, de certa forma, seria diferente da proposta apresentada em 1923, na qual a sublimação é associada à identificação (FREUD, 1923b). Assim, é interessante perceber que, em 1921 e em 1923, a sublimação aparece articulada ora à idealização, ora à identificação, respectivamente. Um exame mais apurado sobre estes conceitos, contudo, pode elucidar estas articulações que, a princípio, parecem pouco claras

#### 4.2.1

#### **Sublimação e idealização na constituição psíquica**

A idealização foi discutida por Freud no texto sobre o narcisismo (FREUD, 1914a), quando foi vinculada à formação do ideal do eu e diferenciada do mecanismo sublimatório. A discussão a respeito da idealização e da sublimação emerge, assim, articulada à questão do ideal, e esta vinculação, aos poucos, se revelou ser de grande importância. Em verdade, o percurso teórico que reúne as considerações acerca das instâncias psíquicas ligadas à função de ideal evidencia, de forma privilegiada, em que medida se aproximam e se diferenciam idealização, sublimação e identificação.

Assim, de acordo com as propostas apresentadas no trabalho de 1914, a idealização poderia ocorrer tanto na esfera da libido narcísica quanto na esfera da libido objetual, sendo a supervalorização do objeto em curso na paixão o exemplo mais evidente da idealização que envolve a libido de objeto (FREUD, 1914b:113). Por outro lado, quando ligada à libido narcísica, a idealização daria origem ao ideal, instância psíquica formada a partir de uma diferenciação no eu, e para a qual se desloca a perfeição e a completude próprias do amor por si mesmo

desfrutado durante a infância (FREUD, 1914b:112). Na tentativa de recuperar o narcisismo infantil, o eu passa a guiar-se por este ideal, procurando alcançá-lo.

Em *Psicologia de grupo e análise do ego* (FREUD, 1921), a idealização é novamente associada à construção do ideal a partir do narcisismo infantil, mas, naquele momento, enfatiza-se a ação deste mecanismo psíquico nas relações com objetos, diferentemente de 1914, texto que privilegia a ação da idealização em sua relação com a instância ideal. Segundo Mellor-Picaut (1983), quando, na idealização, um objeto é colocado no lugar do ideal do eu, observa-se uma reprodução da situação infantil, na qual se verifica uma “*relação entre alguém com poderes superiores e alguém que está sem poder e desamparado*” (FREUD, 1921:146). Nestas ocasiões, ama-se o objeto em função dos atributos que se gostaria de adquirir para o próprio ego e, com isso, busca-se alcançar a satisfação narcísica através deste objeto, posto no lugar de ideal (FREUD, 1921:144).

Em *O ego e o id* (FREUD, 1923b), a formação do ideal volta a ser discutida, apresentando contudo, significativas diferenças com relação à instância ideal apresentada no texto sobre o narcisismo<sup>7</sup>. Sinteticamente, pode-se dizer que se, em 1914, o ideal do eu se revela estreitamente articulado ao narcisismo infantil e à idealização, em 1923, o mesmo termo é utilizado pra designar, no entanto, uma instância psíquica que é herdeira do complexo de Édipo e vinculada à sublimação. A proximidade com a questão edípica e com o mecanismo de sublimação podem, assim, ser consideradas como fundamentos da noção de ideal do eu trazida em *O ego e o id* (FREUD, 1923b), termo que é, inclusive, substituído, neste momento, por *supereu* para designar uma das instâncias psíquicas que, ao lado do eu e do isso, compõe a segunda tópica freudiana. Com esta substituição, é enfatizada a função de consciência moral e de crítica que passam, então, a caracterizar o *supereu*.

---

<sup>7</sup> No texto de 1914, os termos “ideal do eu” e “eu ideal” são utilizados, sem que se faça qualquer distinção explícita entre eles. Autores pós-freudianos, contudo, destacam que seria possível perceber uma diferença significativa entre estas noções. Neste sentido, ainda que ambas essas instâncias sejam constituídas a partir da idealização e do narcisismo infantil (GARCIA-ROZA, 1984), o “eu ideal” se apresentaria como verdadeiro herdeiro do narcisismo, ao passo que o “ideal do eu” apontaria para uma construção ideal já marcada pela castração. No presente trabalho, entretanto, priorizaremos apenas o que estes conceitos trazem em comum, isto é, sua origem narcísica e sua função ideal.

É a partir desta perspectiva que no texto inaugural da segunda tópica, o supereu/ideal do eu é apresentado como uma instância originada de uma modificação ocorrida no eu, estreitamente vinculada à dissolução do complexo de Édipo e não ao narcisismo. A origem desta instância psíquica estaria atrelada, ao mesmo tempo, a fatores da própria história do sujeito, representados pelo Complexo de Édipo, e a fatores de caráter biológico, enquanto desamparo infantil (FREUD, 1923b:50). Desta forma, as primeiras e mais primitivas identificações estabelecidas com as figuras parentais seriam reforçadas pelas identificações secundárias forjadas a partir da trama edípica, dando origem a um “precipitado no ego”, composto por identificações que representam resíduos destas escolhas de objeto primitivas, bem como por uma enérgica oposição a elas (FREUD, 1923b:49). Esta referência às figuras parentais que engendram a organização edípica, culminando na formação do supereu/ideal do eu, se enraíza, por sua vez, na própria condição de desamparo que caracteriza os seres humanos (FREUD, 1923b). Neste sentido, Garcia (1999) explicita:

O anseio pelo pai, que marca o movimento de constituição superegóica se relaciona estreitamente com o estado de desamparo, `origem de todos os motivos morais` (FREUD, 1950c[1895]), expressão enigmática que, no entanto, parece significar que a constituição do primeiro ego ideal, futuro *locus* dos motivos morais, e o lugar fundamental do outro, semelhante, na constituição dos sujeitos humanos se dão a partir do estado de dependência e desamparo originais (GARCIA, 1999:149).

Frente à condição humana de desamparo, portanto, o supereu assinala a “*expressão permanente [da] influência dos pais*” (FREUD, 1923b:50). Para tanto, o mecanismo identificatório se revela imprescindível na composição desta instância psíquica, pois possibilita a transformação do investimento incestuoso em identificação com as figuras parentais. Desta maneira, portanto, o supereu se confirma como herdeiro do complexo de Édipo (FREUD, 1923b:51). Em outras palavras, pode-se dizer que a instância superegóica se apresenta como uma tentativa de conciliar o risco do desamparo e a ameaça de castração.

Este processo de formação do supereu/ideal do eu engendrado pela identificação implica uma dessexualização ou ainda uma sublimação (FREUD, 1923b). Trata-se, em última análise, de uma metabolização da pulsão (MELLOR-PICAUT, 1983) que pretende converter a libido objetal em libido narcísica,

transformando o vínculo com as instâncias parentais. Portanto, a formação do supereu/ideal do eu ocorre a partir da dissolução do complexo de Édipo, da identificação com as figuras ideais e da dessexualização - ou sublimação (FREUD, 1923b:61) - pulsional engendrada neste processo. O supereu/ideal do eu, então, conserva em sua constituição a referência à dimensão conflituosa que envolve a relação do sujeito com as figuras parentais, representada pela necessidade de abandono do vínculo original, de caráter incestuoso.

Nas *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise* (FREUD, 1933[1932]), são evidenciadas distinções importantes entre a instância ideal e o supereu propriamente dito. Nesta diferenciação, o ideal emerge aproximado das contribuições trazidas em *Sobre o narcisismo: uma introdução* (FREUD, 1914a) e, portanto, da dimensão narcísica, enquanto o supereu corresponderia à instância apresentada em 1923, constituída a partir da dissolução do complexo de Édipo. Então, em 1932, o supereu é descrito como possuindo três funções distintas, a saber, “*de auto-observação, de consciência moral e de [manter] o ideal*” (FREUD, 1933[1932]:86). Desta maneira, o supereu, seria o “*veículo do ideal do ego*” (FREUD, 1933[1932]:84), confirmando a existência de uma estreita vinculação entre ideal e supereu, sem que sejam considerados sinônimos. Freud destaca também que o supereu “*descreve uma relação estrutural, e não é meramente uma personificação de abstrações tais como a da consciência*” (FREUD, 1933[1932]:84). A instância superegóica, portanto, seria constituída através dos mecanismos de identificação que, por sua vez, teria “*a natureza de uma dessexualização ou mesmo de uma sublimação*” (FREUD, 1923b:71) e, a partir disso, os vínculos originais com as figuras parentais podem ser metabolizados e, desta forma, transformados em estruturas implicadas na organização psíquica. O ideal, por sua vez, de origem narcísica, seria um “*precipitado da antiga imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuía*” (FREUD, 1933[1932]:84). Parece possível supor, portanto, que o ideal seria constituído a partir do mecanismo de idealização, relacionado à manutenção de uma perspectiva de completude narcísica. Com isso, as propostas apresentadas em 1914, sobre a instância ideal, e em 1923, a respeito do supereu, parecem ser reunidas em 1932, quando a relação entre estes dois componentes psíquicos é explicitada.

Este trajeto teórico que articula os processos de constituição do ideal e do supereu revela-se, de fato importante para a compreensão da maneira como se aproximam e se diferenciam os processos de idealização, identificação e sublimação que trazem implicações significativas para a determinação do destino dado às primeiras relações com objetos. No contexto de uma discussão sobre a constituição dos ideais e do supereu, Mellor-Picaut (1983) esclarece que:

A **idealização** aparece novamente como a perpetuação sob uma outra forma das mesmas questões libidínicas e se opõe, desta forma, à **sublimação**. Esta última, com processo de metabolização da pulsão, não se limita a uma definição em termos de afastamento do objetivo sexual ou da intelectualização. Ela, em contrapartida, se aproxima da **identificação**, logo de uma operação na qual o eu renuncia encontrar seus objetos ideais no exterior de si próprio e, pela introjeção precedida da renúncia a esses objetos, faz disso seu elemento constitutivo mais importante (MELLOR-PICAUT, 1983:137).<sup>8</sup> Minha tradução.

Então, com a idealização, o caráter de admiração narcísica próprio das primeiras relações de objeto, permanece não modificado, levando à superestimação do objeto, atribuindo-lhe uma idéia de perfeição e completude. A sublimação, enquanto dessexualização, por outro lado, se constitui como processo essencialmente pulsional, através do qual as primeiras metas e objetos pulsionais são transformados e, nela, a identificação assume um papel fundamental na constituição das instâncias psíquicas ao viabilizar a introjeção e a conseqüente dessexualização dos objetos primordiais.

Tais diferenças e relações conceituais entre estes processos psíquicos foram, na verdade, gradualmente propostas ao longo dos textos de Freud. Inicialmente, no trabalho sobre o narcisismo, a idealização foi claramente distinguida da sublimação (FREUD, 1914a) e, em seguida, em 1921, este mesmo mecanismo foi oposto à identificação (FREUD, 1921). Importantes observações feitas a respeito do conceito de idealização foram apresentadas justamente através de comparações deste processo psíquico com a sublimação e a identificação, que, por sua vez e

---

<sup>8</sup> Trecho original: “*L’idéalisaton apparaît à nouveau comme la perpétuation sous une autre forme des mêmes enjeux libidinaux et s’oppose de ce fait à la sublimation. Cette dernière, comme processus de métabolisation de la pulsion, n’est pas limitée à une définition en termes d’éloignement du but sexuel ou d’intellectualisation. Elle est, en revanche, rapprochée de l’identification, donc d’une opération où le Moi renonce à trouver ses objets idéaux à l’extérieur de lui-même et, par l’introjection précédée du renoncement à ces objets, en fait son élément constitutif le plus important*” (MELLOR-PICAUT, 1983:137).

posteriormente, foram aproximados de forma significativa (FREUD, 1923b). A distinção entre idealização e sublimação, portanto, foi se consolidando aos poucos, auxiliada pela inclusão da identificação neste percurso teórico-conceitual. Assim, frente à clara diferenciação entre estes processos psíquicos, pode-se concluir que a definição de idealização como “*uma devoção sublimada a uma idéia abstrata*”, apresentada em 1921, mantém referência ao uso frouxo e pouco preciso da noção de sublimação, destacando apenas o afastamento com relação à sexualidade *stricto sensu*. Fica evidente, assim, que, apesar de tão distintas, idealização e sublimação têm em comum a característica de serem ambas processos psíquicos que, em uma primeira leitura, parecem apresentar um distanciamento do campo da sexualidade *stricto sensu*, promovendo, cada uma delas esta mudança de uma maneira específica e bastante particular. É justamente esta possível semelhança entre a idealização e a sublimação que propomos problematizar a seguir, depois de termos marcados as significativas diferenças entre elas.

#### **4.2.2 Dessexualização e inibição quanto à meta**

Se a perda do caráter sexual estrito é um aspecto que descreve a sublimação desde suas primeiras utilizações em psicanálise, sendo, inclusive, uma de suas marcas distintivas, foi apenas em 1923, com a idéia de dessexualização, que foi possível explicar em termos metapsicológicos este processo. Assim, seria a transformação de libido objetal em libido narcísica engendrada pela identificação que fundamentaria a dessexualização em curso na sublimação. A relação entre dessexualização e sublimação se estabelece, assim, definitivamente no texto freudiano a partir de 1923 e implica uma mudança na meta pulsional.

Em *Psicologia de grupo e análise do ego*, de 1921, no entanto, emerge a noção de “pulsões inibidas quanto à meta”, cuja manifestação também implicaria um afastamento dos objetivos sexuais da pulsão. De acordo com esta proposta, frente aos obstáculos existentes na busca de satisfação, as pulsões podem enfrentar uma inibição de seus objetivos originais de caráter sexual e, neste caso, são desvinculadas da esfera da sexualidade *stricto sensu*, apresentando-se apenas de forma tenra e afetuosa (FREUD, 1921). Impedidas de atingir seus objetivos



iniciais, as pulsões inibidas, se contentam com “*certas aproximações à satisfação*” (FREUD, 1923a[1922]:311).

É com relação à origem dos sentimentos sociais que as pulsões inibidas quanto à meta ganham destaque nos textos de Freud. Seria esta forma de apresentação da pulsão que estaria por trás dos vínculos de amizade, além dos laços de ternura que envolvem pais e filhos (FREUD, 1923a[1922]:311). Assim, tais relações têm uma origem inegavelmente sexual mas, frente às restrições culturais, seus objetivos primordiais enfrentam a inibição, transformando os vínculos do sujeito com estes objetos e garantindo a emergência de relações duradouras.

As pulsões inibidas quanto à meta são discutidas também na situação de se estar amando (FREUD, 1921). Neste sentido, uma relação amorosa comportaria uma síntese de pulsões desinibidas e inibidas em seus objetivos. As forças desinibidas tendem a ser extintas após obterem satisfação, mas sua mescla com pulsões inibidas em seus objetivos, que se manifestam através da ternura, garantem a continuidade do vínculo com o objeto (FREUD, 1921:146).

Na situação amorosa, ganha destaque também a idealização do objeto amado, que passa a ser supervalorizado em seus atributos. Esta fascinação por características do objeto, por sua vez, mesmo quando envolve elementos inteiramente afastados da esfera da sexualidade, é despertada graças ao seu “*encanto sensual*” (FREUD, 1921:142), em função da ação de forças cujas metas sexuais encontram-se inibidas. Talvez, então, seja necessário supor que a inibição quanto à meta fundamenta o fenômeno da idealização.

A associação entre as pulsões inibidas em seus objetivos e a idealização, por um lado, e dessexualização e sublimação, por outro, são proposições teóricas de difícil definição conceitual, e as semelhanças existentes entre estes fenômenos psíquicos trazem obstáculos ainda maiores na determinação do que é específico de cada um deles. A dessexualização e a inibição quanto à meta têm em comum o fato de designarem processos em que a pulsão sexual aparentemente é levada a abandonar seus objetivos iniciais. Aos poucos, no entanto, as diferenças entre estas formas de apresentação da pulsão vão se evidenciando no texto freudiano.

Ainda em 1921, comentando a respeito das pulsões inibidas quando à meta, Freud se refere tanto ao caráter sexual da inibição quanto à sua diferença em relação à sublimação:

Ademais, esses instintos inibidos em seus objetivos conservam alguns de seus objetivos sexuais originais; (...). Se preferirmos, podemos identificar nesse desvio de objetivo um início da *sublimação* dos instintos sexuais ou, por outro lado, podemos fixar os limites da sublimação em algum ponto mais distante (FREUD, 1921:174).

Ainda que, neste momento, não sejam explicitadas as diferenças entre estes processos psíquicos, a sublimação já aparece aqui associada a um “*a mais*”, indo além da inibição dos objetivos pulsionais. Em um verbete escrito para uma enciclopédia em 1922, esta diferença é reafirmada com mais detalhes:

***Impulsos sexuais inibidos quanto ao objetivo*** – Os instintos sociais pertencem a uma classe de impulsos instintuais que prescindem serem descritos como sublimados, embora estejam estreitamente relacionados com estes. Não abandonaram seus objetivos diretamente sexuais, mas são impedidos, por resistências internas, de alcançá-los; contentam-se com certas aproximações à satisfação e, por essa própria razão, conduzem a ligações especialmente firmes e permanentes entre os seres humanos (FREUD, 1923a[1922]:311).

A inibição quanto à meta, portanto, não implicaria uma efetiva mudança dos objetivos sexuais da pulsão, mas apenas um impedimento de atingi-los. Por esta razão, estas forças inibidas “*conservam alguns de seus objetivos sexuais originais*” (FREUD, 1921:174). Assim, uma relação com um objeto que compreenda exclusivamente pulsões inibidas em suas metas, ainda que se desenvolva apenas de forma tenra e afetuosa, afastada de qualquer evidência de sua origem no campo da sexualidade *stricto sensu*, pode ainda conservar traços que demonstram que seu caráter sexual não foi realmente abandonado, permanecendo apenas inibido. A partir disso, é possível supor que a manutenção dos aspectos pulsionais em jogo nas relações com os primeiros objetos, observada na idealização (MELLOR-PICAUT, 1983), envolveria justamente uma inibição das metas da pulsão e, com isso, a manutenção de seu caráter sexual, ainda que de forma inibida. Estas forças, então, impedidas de atingir completa satisfação, transformariam o objeto alhures em idealizado, fascinante, enganador.

A sublimação, ao contrário, associada ao processo de dessexualização da libido, configura uma efetiva transformação dos objetivos pulsionais, oferecendo, inclusive, novas formas de obtenção de satisfação (FREUD, 1923b; 1930[1929]). Neste sentido, a atividade sublimatória compreende, em sua realização, um abandono dos objetivos e dos objetos primitivos, excluindo não apenas “*a persistência simultânea das primeiras formas da pulsão, mas também qualquer possibilidade de reconversão às formas anteriores*” (MELLOR-PICAUT, 1983:125)<sup>9</sup>.

Ao final de seu artigo *Idéalisation et sublimation* (1983), Mellor-Picaut, então, demonstra sinteticamente de que maneira se diferenciam a idealização e a sublimação, quando tais conceitos são examinados em suas especificidades:

Contrariamente à idealização que visa criar um estado conflitual (...), aprisionando o sujeito na fascinação por um objeto enganador, que instaura uma dependência proporcional à esperança que nele foi colocada, o processo de sublimação assegura ao sujeito a possibilidade de investir, como o que permite a mobilidade dos investimentos e do questionamento<sup>10</sup> (MELLOR-PICAUT, 1983:139). Minha tradução.

Assim, partindo desta compreensão acerca da idealização e da sublimação, é interessante retornar às diferenças entre estes mecanismos apresentadas no texto de 1914. Naquele momento, o que se conhecia a respeito de cada um destes processos psíquicos possibilitou apenas a conclusão de que “*na medida em que a sublimação descreve algo que ocorre com a pulsão, e a idealização, algo que ocorre com o objeto*” (FREUD, 1914a:113). Ainda que não seja incorreta, esta observação parece ser imprecisa se considerarmos as contribuições trazidas pelos textos de 1921 e 1923. Neste sentido, o processo sublimatório, ao implicar uma transformação pulsional, envolveria também uma mudança com relação ao objeto da pulsão, uma vez que este deve ser necessariamente de natureza não-sexual. Da mesma forma, ao considerarmos a supervalorização do objeto em curso na

<sup>9</sup> Trecho original: “...*la persistance simultanée des premières formes de la pulsion mais aussi toute possibilité de reconversion dans ces formes antérieurs*” (MELLOR-PICAUT, 1983:125).

<sup>10</sup> Trecho original: “*Contrairement à l’idealisation qui vise à créer un état aconflictuel (...), enfermant le sujet dans la fascination par un objet leurre, qui instaure une dépendance proportionnelle à l’espoir qui a été placé en lui, le processus sublimatoire (...) assure au sujet la possibilité de l’investir comme ce qui permet la mobilité des investissements et du questionnement*” (MELLOR-PICAUT, 1983:139).

idealização, parece adequado supor a existência de uma ação pulsional específica implicada neste mecanismo, mais precisamente uma inibição quanto à meta.

### 4.2.3 Sublimação e idealização em Leonardo

Ainda que uma significativa diferenciação entre os processos de idealização e sublimação ocorra no texto freudiano essencialmente a partir da década de 1920, Mellor-Picaut (1983) sugere que o trabalho sobre Leonardo Da Vinci (FREUD, 1910b) já ilustra os desdobramentos distintos da atividade sublimatória e da idealização. Partindo da afirmativa de Freud (1910b) de que a curiosidade de natureza sexual infantil poderia ter três destinos distintos, a saber, uma inibição neurótica, uma erotização do pensamento ou a sublimação propriamente dita (FREUD, 1910b:73), a autora sugere que Leonardo não seria um caso de “*sublimação 'pura'*” (MELLOR-PICAUT, 1983:127). Assim, as atividades de Leonardo como artista e como cientista evidenciariam não apenas a ação da sublimação como também aspectos referentes ao segundo destino possível à pesquisa infantil, isto é, a erotização do pensamento, que consiste na associação entre sexualidade e atividade intelectual. Neste caso, como consequência emergiria o que Freud apresenta como:

... uma preocupação pesquisadora compulsiva, naturalmente sob uma forma distorcida e não-livre, mas suficientemente forte para sexualizar o próprio pensamento e colorir as operações intelectuais, com o prazer e a ansiedade características dos processos sexuais. Neste caso, a pesquisa torna-se uma atividade sexual, muitas vezes única, e o sentimento que advém da intelectualização e explicação das coisas substitui a satisfação sexual; mas o caráter interminável das pesquisas infantis é também repetido no fato de que tal preocupação nunca termina e que o sentimento intelectual, tão desejado, de alcançar uma solução torna-se cada vez mais distante (FREUD, 1910b:74).

Segundo Mellor-Picaut (1983), estas características poderiam ser observadas no trabalho realizado por Leonardo, em especial na execução da estátua equestre de Francesco Sforza, bem como em outras obras que o artista nunca deu por terminadas (FREUD, 1910b:63). Este aspecto da produção artística de Leonardo se deveria, por sua vez, às “*ambições enormes, difíceis de satisfazer, e uma inibição na execução definitiva*” (FREUD, 1910b:63), o que, para Mellor-

Picaut (1983), envolveria “a ação subjacente da idealização, (...) entendida como o processo psíquico pelo qual o valor do objeto é elevado à perfeição” (MELLOR-PICAUT, 1983:127). No caso de Leonardo, seria a própria obra do artista que seria supervalorizada, devendo manter-se próxima a um ideal elevado, cuja origem permaneceria inconsciente (MELLOR-PICAUT, 1983:127). O mecanismo de idealização, assim, contribuiria para que o artista aproximasse sua obra de ideais de completude e perfeição, de modo a suscitar o que Mellor-Picaut (1983) descreve como uma “*imobilização fascinada*” (MELLOR-PICAUT, 1983:128). Neste caso, o objeto idealizado parece inacessível e irrealizável, ainda que sua natureza seja modesta (MELLOR-PICAUT, 1983:128), e é considerado “impossível” (128), o que traz significativas diferenças com relação à categoria de objeto interdito:

No caso de Leonardo ou de outros que, estando bem aquém da perfeição, agem, entretanto, da mesma forma diante de suas próprias exigências, o que parece estar mais em questão do que o proibido ou o ameaçador é o inacessível, que é sentido pelo sujeito como impossível. Enquanto a possibilidade de fuga ou de esquivo se oferece ao sujeito diante do objeto proibido ou ameaçador, o inacessível, ao contrário, coloca o objeto da busca em um lugar de fascinação, onde a tensão não pode se resolver sem poder também encontrar solução no recalque ou na realização pulsional<sup>11</sup> (MELLOR-PICAUT, 1983:128). Minha tradução.

Considerando, então, a hipótese de estas características do trabalho de Leonardo se deverem à existência latente de uma idealização, sugerimos que esta configuração supõe uma inibição da meta pulsional. Desta forma, “o caráter interminável das pesquisas infantis” (FREUD, 1910b:74), que se manifesta através de uma “preocupação [que] nunca termina” (FREUD, 1910b:74), seria originado de um impedimento à satisfação. Com isso, ainda que a atividade de artista ou pesquisador se desenvolva em um campo efetivamente afastado da esfera da sexualidade estrita, as forças por trás de sua realização conservam, em certa medida, seus caracteres sexuais sob a forma de inibição e, por esta razão,

<sup>11</sup> Trecho original: “Dans le cas de Léonard ou chez d'autres qui, pour être bien en deçà de la perfection, agissent néanmoins de même face à leurs propres exigences, ce qui semble davantage en cause que l'interdit ou le menaçant, l'inaccessible qui est ressenti par le sujet comme de l'impossible. Alors que la possibilité de fuite ou d'esquive s'offre au sujet devant l'objet interdit ou menaçant, l'inaccessible pose au contraire l'objet de la quête dans un lieu de fascination où la tension ne peut se résoudre sans pouvoir non plus trouver de solution dans le refoulement ou la réalisation pulsionnelle” (MELLOR-PICAUT, 1983:128).

evidenciam traços de “*prazer e ansiedade características dos processos sexuais*” (FREUD, 1910b:74).

Mellor-Picaut (1983) ainda destaca que esta insistência em uma tarefa que permanece sem conclusão definitiva não deve ser confundida com atos próprios da neurose obsessiva:

Por outro lado, o caráter infinito da pesquisa teórica também não pode ser confundida com a ruminacão obsessiva que, assim como é mostrado no caso do Homem dos lobos, se limita a uma reiteração estéril da mesma questão sob formas diferentes, sem que nenhuma resposta, mesmo que parcial, possa ser trazida e marque, assim, seu assujeitamento ao passado infantil<sup>12</sup> (MELLOR-PICAUT, 1983:129). Minha tradução.

Desta forma, mesmo as obras que Leonardo considerou incompletas possuiriam ao menos certa finalização, capaz de lhe atribuir valor artístico ou utilização científica e, por esta razão, não poderiam ser entendidas como simples reformulações de uma mesma questão que, no entanto, permaneceria sem qualquer resolução, como acontece na neurose obsessiva. Para Mellor-Picaut (1983), a impossibilidade de conclusão de certos trabalhos observada em Leonardo se deveria, na verdade, a qualidades específicas de seu ideal paterno, podendo ser entendida como uma repetição da atitude do pai que foi capaz de gerar um filho, mas não de criá-lo. Esta situação, portanto, se encontraria mais próxima a uma questão relacionada ao abandono do que à impossibilidade de conclusão típica dos quadros obsessivos (MELLOR-PICAUT, 1983:129). É interessante marcar ainda que a “*preocupação pesquisadora compulsiva*”, “*o caráter interminável das pesquisas*”, “*o prazer e a ansiedade*” (FREUD, 1910b:74) que marcam a erotização do pensamento descrita por Freud, parecem enfatizar mais a existência de uma tensão permanente na realização do trabalho do que uma incapacidade de conclusão das obras propriamente ditas.

Por esta razão, a impossibilidade de finalização de algumas obras de Leonardo, que, na leitura de Mellor-Picaut (1983), se deve a particularidades de sua relação artista com seu pai, precisa ser distinguida dos traços da idealização subjacente à erotização do pensamento que também são observados em Leonardo

<sup>12</sup> Trecho original: “*D'autre part, le caractère infini de la recherche théorique ne peut non plus se confondre avec la rumination obsessionnelle qui, ainsi que le montre le cas de L'homme aux loups, se limite à une répétition stérile de la même question sous des formes différentes sans qu'aucune réponse même partielle ne puisse être apportée, et marque ainsi son assujettissement au passé infantile*” (MELLOR-PICAUT, 1983:129).

(MELLOR-PICAUT, 1983). Desta forma, talvez o caráter interminável das pesquisas, descrito por Freud como característico desta saída dada à curiosidade infantil (FREUD, 1910b:74), não se manifeste tanto na realização de tarefas específicas, isoladas, mas através do esforço investigador como um todo, que não cessa e que nunca é plenamente satisfeito. Neste cenário, ainda que as atividades sejam de alguma forma finalizadas, elas seriam imediatamente – ou até simultaneamente – seguidas por outras e novas tarefas, em função do caráter compulsivo destas operações intelectuais, tal como apresentado por Freud (1910b). Estas circunstâncias são, então, acompanhadas por certa preocupação que nunca termina e “*o sentimento intelectual, tão desejado, de alcançar uma solução, torna-se cada vez mais distante*” (FREUD, 1910b:74)

A partir das hipóteses de Mellor-Picaut (1983), parece possível supor que este esforço inextinguível de investigação teria suas raízes na fascinação pelo objeto própria da idealização, capaz de suscitar uma relação marcada pela tensão e pela insistência em alcançar um objetivo inacessível, aproximado da função de ideal, através do qual se almeja alcançar uma completude narcísica. Se considerarmos a proposta de que a idealização envolve uma inibição da meta pulsional, é possível entrever ainda uma outra associação entre a idealização e a erotização do pensamento. Neste sentido, esta erotização através da qual “*a pesquisa torna-se uma atividade sexual*” (FREUD, 1910b:74) pode ser entendida como derivada da inibição da meta sexual da pulsão. Impedida de obter completa satisfação e não sendo efetivamente dessexualizada - como ocorre na sublimação-, a pulsão conserva, então, seu caráter sexual, ainda que de forma atenuada e distorcida pela inibição. Assim, os traços de prazer e ansiedade típicos desta erotização do pensamento (FREUD, 1910b:74) talvez possam ser assumidos como manifestações do caráter sexual da pulsão que permanece inibido no processo de idealização.

Esta leitura a respeito da ação da idealização no processo de produção artística de Leonardo parece, enfim, sugerir que, tal como a sublimação, também a idealização pode estar implicada no processo de produção de cultura. A rigor, esta característica já fora ressaltada por Freud *Psicologia de grupo e a análise do ego* (FREUD, 1921). Naquele momento, tanto a idealização da figura do líder, sua colocação no lugar de ideal, quanto as pulsões inibidas quanto à meta, em jogo na

formação dos laços entre os demais membros, foram assinaladas como elementos fundamentais à constituição dos grupos humanos. Então, parece plausível sugerir que não apenas a sublimação, mas também a idealização participa da produção civilizatória, sustentada não mais pela dessexualização, própria da sublimação, mas pela inibição da meta pulsional.



## 5 Trabalho e sublimação na atualidade

Nossa investigação sobre as conseqüências subjetivas trazidas pelo pertencimento ao mundo do trabalho contemporâneo, realizada sob o ponto de vista da psicanálise, teve como ponto de partida a relação entre trabalho e sublimação, proposta por Freud (1910b; 1930[1929]). Esta relação se justifica, uma vez que o trabalho, entendido como uma das atividades fundamentais à produção civilizatória, seria realizado a partir do mecanismo de sublimação das pulsões (FREUD, 1930[1929]). De fato, o conceito de sublimação, desde suas primeiras utilizações em psicanálise, se afirma como processo psíquico fundamental para a produção de cultura, ligada à realização de atividades como a arte, a religião, a ciência - e também o trabalho.

Considerando a utilização da noção de sublimação no texto freudiano nota-se que o caráter assexual, a participação no processo de produção de cultura e a função de proteção psíquica se destacam como traços distintivos da atividade sublimatória. Tais elementos parecem identificar e sintetizar aquilo que, mesmo frente a toda fragmentação das observações sobre a sublimação na obra de Freud, pode ser assumido como específico deste processo psíquico. No que se refere ao aspecto de proteção, destacamos duas vertentes. Por um lado, ao reorientar os objetivos de natureza sexual da pulsão para outros, afastados do campo da sexualidade estrita, reconhecidos e valorizados socialmente, a sublimação se afirma como uma forma de proteção contra o caráter excessivo que pode adquirir a esfera sexual. Neste sentido, satisfação sexual no sentido estrito e sublimação funcionam de forma complementar do ponto de vista do indivíduo. Por outro lado, a própria produção cultural viabilizada pela atividade sublimatória também se apresenta como uma forma de proteção psíquica, uma vez que, em última análise, representa uma resposta frente ao desamparo.

Considerando a função protetora da sublimação, apesar do valor positivo que lhe é atribuído, no texto freudiano também são apontadas configurações danosas que este processo psíquico pode adquirir, especialmente quando se apresenta um excesso sublimatório. Um abuso da sublimação poderia tornar a vida de um sujeito mais árdua (FREUD, 1912) e, neste sentido, destaca-se uma

aparente suspensão do caráter protetor da atividade sublimatória quando esta é realizada em excesso (GARCIA, 1998). À luz da primeira tópica e da primeira teoria pulsional, tais conseqüências nocivas ao psiquismo relacionadas ao abuso da sublimação se justificariam uma vez que refletiriam um prejuízo ao campo da sexualidade *stricto sensu* e, portanto, uma diminuição na satisfação sexual direta. Esta hipótese parece plausível, e encontra respaldo no texto freudiano. Ainda assim, cabe questionar se, de fato, a hipótese de um excesso sublimatório se sustenta ou se um abuso ligado a esse processo psíquico culminaria justamente em uma suspensão da sublimação, ao nível individual, apesar das produções culturalmente valorizadas que dela possam advir. Em outras palavras, considerando que, no contexto da primeira tópica e da primeira teoria pulsional os benefícios trazidos pela sublimação se devem ao fato de este processo psíquico se constituir a partir de um equilíbrio entre as demandas da sexualidade e da civilização, as ocasiões em que os ganhos civilizatórios parecem ser maiores do que os ganhos ao psiquismo ainda podem ser descritas como sublimatórias?

Também as considerações apresentadas no contexto da segunda tópica e da segunda teoria pulsional sugerem que um desajuste entre a pulsão de morte e o eu pode ocasionar desfechos da sublimação que também se revelam desfavoráveis ao sujeito, podendo, inclusive, se apresentar como ameaças ao psiquismo. A compreensão da atividade sublimatória a partir da ação destes dois agentes psíquicos sugere, então, que a função protetora não é uma marca distintiva da sublimação, mas apenas de um de seus possíveis desfechos, que supõe uma boa articulação entre as pulsões desintrincadas e o eu. Na perspectiva da segunda tópica e da segunda teoria pulsional, portanto, a perda do caráter protetor da sublimação se daria a partir de um desequilíbrio entre a ação da pulsão de morte e da instância egóica, especialmente após o processo de dessexualização e a defusão pulsional. Nestes casos, frente à impossibilidade do eu em lidar com as parcelas de pulsão de morte desintrincadas, se configurariam situações que podem representar um risco ao psiquismo. Em tais circunstâncias, a pulsão de morte poderia ser recapturada pelo supereu e, a partir disso, produzir um intrincado conflito psíquico, que se revelaria penoso e árduo para o sujeito, ou estas parcelas pulsionais poderiam ainda se manifestar de forma mais disruptiva, impossíveis de

serem redirecionadas pelo psiquismo, podendo levar a rompimentos tanto no campo da cultura como na própria organização psíquica dos sujeitos.

A perda do caráter protetor da sublimação, assim, no âmbito da primeira tópica e da primeira teoria pulsional, se daria em função de um excesso sublimatório, capaz de suscitar uma preponderância da civilização sobre a sexualidade. Já no contexto da segunda tópica e da segunda teoria pulsional, a suspensão da função protetora da sublimação pode ser entendida como decorrente de um predomínio da pulsão de morte sobre o funcionamento do eu. Nestas ocasiões, portanto, o desdobramento mais favorável da atividade sublimatória é comprometido em função de ameaças ao equilíbrio entre elementos que fundamentam a sublimação na obra freudiana, a saber, sexualidade x civilização, pulsão de morte x eu.

Tudo indica, no entanto, que a implicação da sublimação no processo de produção de cultura e seu caráter assexual permanecem como marcas distintivas deste mecanismo psíquico. Uma discussão comparativa entre os processos de sublimação e idealização, contudo, evidencia questões importantes relacionadas à participação da atividade sublimatória na constituição da cultura, colocando em questão seu papel de protagonista. De fato, apesar de se organizarem a partir de processos psíquicos bastante distintos, tanto a sublimação quanto a idealização são capazes de contribuir para a produção da cultura, a partir de seu aparente afastamento com relação à esfera da sexualidade. Entretanto, este distanciamento com relação ao sexual *stricto sensu* só se dá, de fato, no processo de sublimação, a partir do mecanismo de dessexualização, que envolve uma mudança nos objetivos e objetos da pulsão. A idealização, por outro lado, implica apenas uma inibição do caráter sexual da pulsão, que não é inteiramente descaracterizado, continuando a se manifestar, ainda que apenas de forma latente e disfarçada. Esta distinção entre a sublimação e a idealização evidencia, portanto, que, embora ambas participem do processo de produção da cultura, o fazem a partir de mecanismos diferentes.

No que tange à sublimação, portanto, verifica-se que a implicação no processo de produção da cultura, apesar de se confirmar como uma das marcas de origem deste mecanismo, não é de sua exclusividade, sendo compartilhada com outros processos psíquicos, entre os quais destacamos a idealização. Desta forma, e retomando as considerações sobre os traços distintivos da atividade

sublimatória, parece que apenas o caráter assexual, forjado a partir da dessexualização da pulsão, se afirma como um elemento, ao mesmo tempo, distintivo e exclusivo da sublimação, já que tanto sua função protetora quanto sua atuação como única protagonista da produção de cultura são colocados em questão quando consideramos, por um lado, a hipótese de um excesso sublimatório e a participação da pulsão de morte na sublimação e, por outro lado, a hipótese do papel da idealização na construção da cultura. Surge, então, a questão de saber o que está em jogo hoje no mundo do trabalho, enquanto uma das facetas da produção de cultura. Sublimação ou idealização?

Voltamos, agora, nosso olhar para o trabalho na atualidade. De fato, desde a Modernidade, o trabalho tem ocupado uma posição central no tecido social, contribuindo para a constituição do que seria uma “*civilização do trabalho*” (CASTEL, 1995:593). Valorizado hoje em sua dimensão pública, reconhecido útil socialmente, o trabalho atualmente se distingue por conferir pertencimento e identidade aos indivíduos frente à esfera coletiva (GORZ,1988). Além disso, a partir dos significativos avanços no campo da ciência e da tecnologia, o trabalho, tal como se desenvolve hoje, ainda contribui para os inéditos níveis de desenvolvimento que a humanidade tem alcançado nas áreas de saúde, comunicação, transporte, segurança, meio-ambiente, entre outros. Desta forma, considerando sua implicação na realização de atividades que são atualmente reconhecidas e valorizadas socialmente e seu afastamento do campo da sexualidade estrita, parece possível dizer que o trabalho hoje se desenvolve a partir do mecanismo de sublimação, ao menos do ponto de vista da esfera coletiva.

Entretanto, examinando as implicações subjetivas das atuais formas de realização do trabalho, parece claro que esta atividade não se traduz como uma forma de proteção psíquica. Ao contrário, estando imerso nos desígnios da racionalidade econômica, o trabalho hoje se sustenta em princípios tais como o curto prazo na realização de tarefas, vinculação a projetos efêmeros e transitórios, valorização da completa autonomia, incentivo à intensa competitividade e o pertencimento a um contexto marcado pela indiferença em relação aos indivíduos que se apresenta como impessoalidade. Estes fatores se refletem, na experiência subjetiva dos trabalhadores, como acentuados sentimentos de vulnerabilidade e

fragilidade (CASTEL, 1995; SENNETT, 1998). Desvinculados, isolados e “à deriva” (SENNETT, 1998:13) e, ao mesmo tempo exigidos, cobrados e avaliados constantemente, os indivíduos hoje se sentem confusos e ansiosos frente às incertezas que encharcam as práticas cotidianas do trabalho (SENNETT, 1998), o que evidencia como tal atividade, longe de se afirmar como capaz de oferecer formas de proteção subjetiva, é muitas vezes capaz de provocar sofrimento psíquico.

Assim, considerando a relação entre trabalho e sublimação, parece que a experiência do trabalho, atualmente, aponta para uma suspensão do caráter protetor da atividade sublimatória. Neste cenário, portanto, a sublimação se confirma como um processo psíquico fundamental à produção de trabalho, mas não se apresenta como uma forma de proteção subjetiva, podendo se constituir, ao contrário, como uma ameaça psíquica. Esta configuração adquirida pela relação entre trabalho e sublimação ressalta, assim, o descompasso existente entre as esferas individual e coletiva na realização do processo sublimatório, já que os eventuais desequilíbrios capazes de trazer prejuízos à sublimação imprimem conseqüências essencialmente aos sujeitos, enquanto a produção de objetos valorizados socialmente permanece freqüentemente preservada. Neste sentido, as formas de sofrimento hoje enfrentadas pelos trabalhadores, ainda que prejudiquem significativamente a experiência subjetiva, comumente não comprometem a realização de trabalho destes sujeitos. A exuberância que hoje se verifica nas produções civilizatórias tem, então, como contrapartida um esmaecimento dos sujeitos implicados nestes processos. Os trabalhadores atuais parecem, assim, ser eclipsados no exercício de sua própria atividade produtiva.

É possível ainda compreender o contexto contemporâneo do trabalho a partir de um outro ponto de vista, que coloca em questão a relação entre trabalho e sublimação na atualidade. Assim, considerando que a idealização também é agente construtor de cultura, sugerimos que, tal como se realiza hoje, o trabalho parece se dar mais a partir do processo de idealização, envolvendo características como a fascinação e um caráter sexual que permanece latente, do que da sublimação, que supõe uma troca de objetivos e de objetos da pulsão, na qual se verifica um efetivo afastamento com relação à esfera da sexualidade *stricto sensu*, através do mecanismo de dessexualização.

Algumas características específicas do contexto contemporâneo parecem, de fato, corroborar esta hipótese. Se organizando com base no capitalismo flexível, o cenário do trabalho atual, embora aparente oferecer mais liberdades aos trabalhadores, opera a partir de formas de controle bastante rigorosas que são, no entanto, de difícil compreensão e, por isso, consideradas ilegíveis (SENNETT, 1998). A impossibilidade de se realizar uma adequada leitura dos controles em jogo dificulta também a emergência de alternativas a eles, o que, por sua vez, colabora para uma submissão dos trabalhadores aos princípios da flexibilização, sem maiores questionamentos. Neste sentido, uma das formas de coerção mais eficazes no contexto do trabalho hoje diz respeito à inexistência de qualquer dispositivo de autolimitação (GORZ, 1988). Assim, ligada aos desígnios do mercado, a organização atual do trabalho supõe que não há limites para o aumento dos lucros, dos desempenhos, do dinheiro, o que se reflete na relação com os trabalhadores através de uma exigência também constante de esforços, de aprimoramento e, principalmente, de disponibilidade. As constantes ameaças de desemprego colaboram para a composição deste cenário, acirrando a competitividade e a exigência de melhores desempenhos. Com reflexo destas circunstâncias, verifica-se a emergência de certa obsessão e de constantes tensão e preocupação com o trabalho, que, por sua vez, vai, aos poucos, ocupando o tempo que seria direcionado a outras atividades (GORZ, 1988). A recompensa pela intensa dedicação vem, enfim, através do dinheiro, capaz de viabilizar os desejos e ideais de consumo. O prazer obtido com o consumo justifica, assim, os sacrifícios exigidos pelo trabalho (GORZ, 1988; BAUMAN, 2007).

Este cenário parece, então, evidenciar a ação da idealização, envolvendo uma supervalorização das atividades ligadas ao trabalho. As dificuldades de compreensão do sistema da flexibilização contribuiriam, assim, para uma submissão dos trabalhadores a seus pressupostos de forma acrítica e fascinada, característica da idealização (MELLOR-PICAUT, 1983). Da mesma forma, a constante exigência de resultados e aprimoramento seria experimentada pelos trabalhadores como ideais inalcançáveis que, embora sejam inatingíveis, permanecem fascinando os sujeitos, que não poupam esforços para tentar atingi-los. Neste contexto, características de tensão, prazer e ansiedade são comumente observadas, e aqui propomos que estão ligadas à ação da idealização, forjadas a

partir da inibição da sexualidade que este processo psíquico supõe, como demonstra a leitura de Mellor-Picaut (1983) sobre Leonardo. Da mesma forma, parece possível identificar traços da idealização também em uma preocupação que não termina (FREUD, 1910b), manifesta na intensa dedicação ao trabalho. Assim, os sujeitos assumem uma postura marcada pela fragilidade e vulnerabilidade (CASTEL, 1995; SENNETT, 1998), submetidos e imobilizados frente a ideais de perfeição e realização profissional que se colocam cada vez mais distantes e que, paradoxalmente - ou por isso mesmo -, se tornam fascinantes.

Este entendimento a respeito do cenário contemporâneo que supõe um predomínio do processo de idealização na experiência subjetiva do trabalho evidencia, assim, que a relação entre trabalho e sublimação não é tão definitiva e estabelecida como propõe a psicanálise. Por outro lado, implicada na realização de trabalho, a idealização se confirma como um mecanismo psíquico que, tal como a sublimação, é capaz de produzir cultura. Se comparada aos produtos da atividade sublimatória, no entanto, esta produção via idealização se caracteriza pela ausência de uma função protetora e por sua natureza sexual, que permanece apenas inibida. Da mesma maneira, se a sublimação se confirma como uma forma de satisfação pulsional alternativa à descarga sexual direta, a idealização, por outro lado, se organiza a partir de uma inibição da meta pulsional que, em última análise, se apresenta como um impedimento à satisfação pulsional. Paradoxalmente, tanto a sublimação quanto a idealização, em seu aspecto produtor de cultura, podem também ser relacionadas a uma forma de proteção aos sujeitos, em última análise, uma proteção contra o desamparo. Assim, ainda que seus processos e seus desdobramentos não assegurem um bom desfecho à economia psíquica dos sujeitos, ao contribuírem para a constituição do contexto cultural, a sublimação e a idealização confirmam sua relevância para as dimensões individual e coletiva.

Finalmente, a evidência de que também a idealização pode participar do processo de produção de cultura, suscitando, inclusive, investimentos em objetos socialmente valorizados sugere, enfim, que a produção de cultura não exige uma efetiva dessexualização da pulsão. Ousamos, então, aventar a hipótese de que não sendo exclusivamente realizado a partir do processo de sublimação, talvez o

processo de construção civilizatória possa, então, se dar conservando o caráter sexual estrito da pulsão sob a forma de uma inibição.



## 6

### Referências bibliográficas

ANTUNES, R. (1999) **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

BAUMAN, Z. (2007) **Vida para consumo** – A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIRMAN, J. Alquimia no sexual. **Cadernos de psicanálise Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano VIII, nº 9, janeiro de 1988. pp. 11-24.

\_\_\_\_\_. Détresse, horreur et sublimation – Une lecture des formations illusoires et sublimatoires chez Freud. **Esquisses psychanalytiques**, Paris, n.22, maio de 1995. pp. 19-39.

CARVALHO, A. C. (2006) Limites da sublimação na criação literária. **Estudos de psicanálise**, Rio de Janeiro, nº 29, setembro de 2006. pp. 15-24.

CASTEL, R. (1995) **As metamorfoses da questão social** – Uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CASTIEL, S. **Sublimação: clínica e metapsicologia**. São Paulo: Escuta, 2007.

CHAUÍ, M. S. “Introdução a Paul Lafargue”. *In*: LAFARGUE, P. **Direito à preguiça**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR Internacional. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1983.

FERRAZ, J. **Pulsão e libido** – Um estudo comparativo de teoria psicanalítica. Rio de Janeiro: MAUAD, 2000.

FERREIRA, A.B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FLOURNOY, O. (1965) A sublimação. **Boletim de novidades da livreria Pulsional**, São Paulo, ano VIII, nº 79, novembro de 1995. pp. 30-60.

FREUD, S. (1898) “A sexualidade na etiologia das neuroses”. *In*: **ESB**. Volume III. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1900) “A interpretação dos sonhos”. *In*: **ESB**. Volumes IV e V. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1904[1903]) “Método psicanalítico de Freud”. *In*: **ESB**. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1905a[1901]) “Fragmentos da análise de um caso de histeria”. *In*: **ESB**. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1969

\_\_\_\_\_. (1905b) “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. *In: ESB*. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1908a) “Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade”. *In: ESB*. Volume IX. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1908b) “Moral sexual 'civilizada' e doença nervos moderna”. *In: ESB*. Volume IX. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1909) “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos”. *In: ESB*. Volume X. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1910a[1909]) “Cinco lições de psicanálise”. *In: ESB*. Volume XI. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1910b) “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci”. *In: ESB*. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1912) “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”. *In: ESB*. Volume XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1914a) “Sobre o narcisismo: uma introdução”. *In: ESB*. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1914b) “À guisa de introdução ao narcisismo”. *In: Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Volume 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_. (1915) “Pulsões e destinos da pulsão”. *In: Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Volume 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_. (1917[1915]) “Luto e melancolia”. *In: ESB*. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1920) “Além do princípio do prazer”. *In: ESB*. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1921) “Psicologia de grupo e a análise do ego”. *In: ESB*. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1923b[1922]) “Dois verbetes de enciclopédia”. *In: ESB*. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1923b) “O ego e o id”. *In: ESB*. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1926[1925]) “Inibição, sintoma e ansiedade”. *In: ESB*. Volume XX. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1930[1929]) “Mal-estar na civilização”. *In: ESB*. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1933[1932]) “Novas conferências introdutórias sobre psicanálise”. *In: ESB*. Volume XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1937) “Análise terminável e interminável”. *In: ESB*. Volume XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1940) “Esboço de psicanálise”. *In: ESB*. Volume XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1950a[1892-1899]) “Rascunho A”. *In: ESB*. Volume I. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1950b[1892-1899]) “Carta 61” *In: ESB*. Volume I. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. (1950c[1895]) “Projeto para uma psicologia científica”. *In: ESB*. Volume I. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GARCIA, C. A. “Sublimação e cultura de consumo”. *In: RABELLO DE CASTRO, L. (Org.) Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. Mutações do superego. **Cadernos de psicanálise do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano 21, nº13, 1999. pp. 93-102.

GARCIA-ROZA, L.A. (1984) **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GORZ, A. (1988) **Metamorfoses do trabalho: busca do sentido** – Crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GREEN, A. (2002) **Orientações para uma psicanálise contemporânea**. São Paulo: SBPSP; Rio de Janeiro: Imago, 2008.

HOCHSCHILD, A. R. **The commercialization of intimate life: notes from home and work**. Berkeley: The University of California Press, 2003.

LAPLANCHE, J. (1980) **Problemáticas III** – A sublimação. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. B. (1982) **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MELLOR-PICAUT, S. Idéalisación et sublimation. **Nouvelle Revue de Psychanalyse**, Paris, n. XXVII, 1983. pp. 124-140.

MEZAN, R. *A trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MIZRAHI, B. G.; GARCIA, C.A. A capacidade de estar só: um contraponto winnicottiano ao ideal contemporâneo de autonomia absoluta. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 13, n.2, dezembro de 2007. pp.267-280.

PEREIRA, S. W. Freud e as vicissitudes da sublimação. **Cadernos de psicanálise da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 15, n.18, 1999. pp. 25-48.

\_\_\_\_\_. Uma nova visada sobre o tema da sublimação. **Pulsional**, São Paulo, ano XIII, nº 137, 2000a. pp. 102-118,

\_\_\_\_\_. Desamparo e sublimação: uma proposta metapsicológica. **Psychê Revista de Psicanálise**, São Paulo, ano IV, n. 5, 2000b. pp. 117-132.

PINHEIRO, T. Sublimação e idealização na obra de Freud. **Cadernos de psicanálise da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 15, n.18, 1999. pp. 11-23.

RUFFINO, R. “Do trabalho psíquico ao trabalho social”. *In*: JERUSALINSKY, A. *et al.* **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2000.

SENNETT, R. (1998) **A corrosão do caráter** – Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA JR., N. A sombra da sublimação: o imperialismo da imagem e dos destinos pulsionais na contemporaneidade. **Psychê**, São Paulo, ano VII, v. II, nº 11, 2003. pp. 29-38.

WEBER, M. A. (1904) **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.